



tempo

e presença

28

Missão e Evangelificação

Missão e Evangelização

tempo
e presença
28



CEDI
Centro Ecumênico
de Documentação e Informação

Rua Cosme Velho, 98 fundos
Telefone 205 5197
22241 Rio de Janeiro, RJ

Av. Higienópolis, 983
Telefone 66 7273
01238 São Paulo, SP

Coordenador de Publicações
Paulo Cezar Loureiro Botas

Equipe de Arte
Anita Slade
Martha Braga

Arte Final
Sonia Goulart

Foto da Capa
Sidney Waissman

Produtor Gráfico
Álvaro A. Ramos

Redatores
Carlos Cunha
José Ricardo Ramalho

Assinaturas e Expedição
Eduardo Spiller Penna

Tempo e Presença Editora Ltda.

Diretor
Domício Pereira de Matos

Conselho Editorial
Carlos Alberto Ricardo
Letícia Cotrim
Zwinglio Mota Dias
Carlos Rodrigues Brandão
Jether Pereira Ramalho
Eliseu Lopes
Henrique Pereira Junior
Carlos Mesters
Beatriz Araujo Martins

Composição, Fotolito e Impressão
Clip - Rua do Senado, 200
Tel. 252-4610

Assinatura anual: Cr\$ 600,00
Remessa em cheques pagáveis no Rio
para Tempo e Presença Editora Ltda.
Caixa Postal 16082
22221 Rio de Janeiro, RJ

Publicação mensal
Registro de acordo com a
Lei de Imprensa

Sumário

5	Editorial
7	CONSULTA NACIONAL SOBRE EVANGELIZAÇÃO
8	Devocional de Abertura
11	Aos Participantes da Consulta Nacional sobre Evangelização
18	Documentos da Consulta Nacional sobre Evangelização
18	Preâmbulo
21	A Instituição-Igreja e o Evangelho
24	Testemunho Profético
30	Evangelização Protestante na Cultura Brasileira
34	Pastoral
36	Moção nº 1
37	Moção nº 2 e Moção nº 3
38	Moção nº 4
39	Moção nº 5
41	CONFERÊNCIA MUNDIAL SOBRE MISSÃO E EVANGELIZAÇÃO
44	Boas-novas aos Pobres
53	O Reino de Deus e as Lutas Humanas
68	A Igreja e seu Testemunho do Reino
83	Cristo, Crucificado e Ressuscitado, Desafia o Poder Humano

Editorial

“Eu vim para que tenham vida e vida em abundância” (Jo 10,10)

No Pentecostes se delineiam os marcos-base de uma Nova Humanidade engravidada nos três anos de vida missionária de Jesus.

Lucas, no Terceiro Evangelho, nos fala de coisas que Jesus “começou a fazer e, nos Atos, sugere coisas que ele” continuou a fazer”.

O impacto daquelas vidas – a partir do Pentecostes sem a presença física do Mestre, o carisma do Mestre, mas, então sob o Paráclito – ia produzir páginas-glória e também páginas-tragédia: estas porque desfazia-se o pretendido monopólio dos judeus sobre o Evangelho (pensavam que fosse só para eles); aquelas, porque esse mesmo Evangelho invadia o ecumênico, destruía os “muros de separação” e escrevia a nova História que se iniciara em Cristo.

Por isso a História do Mundo e da Igreja não pode ser vista na dicotomia Mundo e Israel, como duas histórias paralelas e sim como uma única história. Esse é o sentido do discurso de Estêvão que o faz mártir, mas que – apesar de produzi-los, esses milhares de mártires – se torna incontornável quase um Fado, naquilo que tem de canção e de destino.

O que houve no limiar da História-Jesus-presente era vida, a vida que os profetas preanunciavam, vida – sementes de mulher, esmagando cabeças de serpentes que eram veneno para a morte.

Era Jesus continuando a fazer. Daí a dramática história do homem marcada pelo vento do Espírito (que é vento).

Dois encontros — Melbourne e Itaici — mais de seiscentas pessoas procedentes de diversas culturas pensaram Evangelização (nem repensaram porque Evangelização só pode ser pensada, cada etapa é Pentecostes, e é sempre nova),

Lá e cá não se descobriu nada novo, foi o Novo permanente do Cristo que descobriu e sempre vai descobrir os que pensam. Não foram “estalos” de cérebros, antes o oferecer de rostos ao “Vento” que jamais parou de soprar aqui e ali.

Nem se quis rasgar um passado da Igreja que nasceu às margens de Genesaré o que se quis e se quer — estas páginas são testemunho — é fazer com que outros não parem de pensar Evangelização.

Porque ser Igreja é manter Evangelização em ato. Vida — sempre mais vida — e vida em abundância.

Consulta Nacional sobre Evangelização

Devocional de Abertura

MEDITAÇÃO

"Quando entrardes numa cidade... curai os enfermos que nela houver e anunciai-lhes: A vós outros está próximo o Reino de Deus".

Jesus Cristo (Lc 10 8,9.)

O Brasil está em pleno processo de urbanização. Nestes últimos cinquenta anos esse processo se acelerou devido às mudanças no panorama sócio-econômico de nossa Pátria. O aparecimento da indústria não só atraiu multidões para as cidades grandes, mas também fez aparecerem novas cidades, e crescerem outras.

As cidades tornaram-se um problema, um desafio e uma oportunidade para a obra de evangelização.

Jesus se preocupou com as cidades. No texto que lemos os setenta discípulos são enviados às cidades. As cidades aceitam ou rejeitam. Nestes oito versículos finais que lemos, Jesus cita o nome de seis cidades. Uma delas já tinha desaparecido do mapa. As atitudes das cidades são objeto do julgamento de Jesus. O anúncio do Evangelho do Reino tem uma resposta não só de indivíduos, mas de coletividades urbanas.

Esta Consulta Nacional de Evangelização nos reúne nestas últimas décadas do século XX para uma reflexão sobre a estratégia de vanguarda da Igreja: a evangelização. Nestes últimos vinte anos as novas cidades crescerão e novas cidades surgirão.

As migrações internas crescerão e se multiplicarão. Os problemas das periferias urbanas deverão aumentar. As palavras de Cristo continuarão a ecoar nas Igrejas:

"Quando entrardes numa cidade... curai os enfermos... e anunciai-lhes..."

Notemos a preocupação de Jesus. A primeira coisa que devia preocupar os pregadores do Evangelho era a população enferma. Lá onde estavam os doentes, os abatidos, os leprosos e paráliticos, a parte da população que era economicamente inativa e improdutivo. No texto paralelo de Mateus a lista é mais completa: “procurai as *ovelhas perdidas*, curai *enfermos*, ressuscitai *mortos*, purificai *leprosos*, expeli *demônios*” (Mt 10. 6-8). Nas cidades brasileiras de hoje há ovelhas perdidas, enfermos, mortos, leprosos e aqueles que estão atormentados pelos novos demônios. Todos precisam ser socorridos e atendidos. Todos precisam do anúncio das Boas Notícias do Reino de Deus.

Jesus falava de uma “opção preferencial” em favor desses marginalizados: “de preferência procurai”. . . Os anunciadores da mensagem deviam ter prioridades e Jesus as aponta: *procurai, curai, ressuscitai, purificai, expeli*. Estai ao lado dessa escória, dessa massa marginalizada, desses favelados, desses que foram expulsos das favelas e não suportam a insipidez carcerária dos conjuntos habitacionais, desses menores abandonados, mulheres perdidas e velhos com frio; desses encarcerados, desempregados, migrantes, desaparecidos, exilados, torturados, solitários “sem esperança e sem Deus no mundo”.

A tarefa que Jesus deu aos seus discípulos é gigantesca. Poderão esses discípulos transferir sua tarefa para os governos? Sociedades beneficentes? Fundações do Bem-estar ou do Mal-estar? Se houver essa transferência com quem há de ficar o anúncio da voz profética? Quem avisará a chegada do Reino?

O Evangelho é ao mesmo tempo uma notícia alegre e uma denúncia.

Um convite amoroso e uma expulsão dos vendilhões do templo.

Jesus quer que o Reino de Deus chegue às cidades brasileiras. Em muitas delas as árvores estão murchando e as flores já não nascem mais; os peixes morreram e os passarinhos foram embora. Somente os urubus ficaram porque as criancinhas estão nascendo mortas ou defeituosas.

*“Ao entrardes numa cidade . . . anunciai-lhes:
A vós outros está próximo o Reino de Deus.”*

E que é o Reino de Deus? “Venha a teu reino. Seja feita a tua vontade assim na terra como no céu”. O Reino de Deus é isso.

Quando a vontade de Deus é praticada na terra como no céu. Quando os homens reconhecerem a soberania do verdadeiro Rei e se submetem ao seu cetro de libertador. É a libertação do cativo da fome, da prisão do medo, dos demônios do poder das “potestades deste mundo tenebroso”.

Neste fim de século temos que perguntar sobre a evangelização das cidades grandes, médias e pequenas. Neste fim de século quando vemos nossas cidades cada vez mais assustadas com tantos assaltos, seqüestros, linchamentos, terrorismos, e as multidões dentro das madrugadas e das noites com os olhos vermelhos e ardentes de insônia pelas muitas lutas para sobreviver. As cidades esperam as Boas Notícias do Reino de Deus, o protesto contra as injustiças, o "habeas-corpus" para libertação dos oprimidos, a abertura das prisões para os inocentes, o abrigo para todos os desabrigados velhos, mulheres e crianças.

Na Consulta Nacional sobre Evangelização que hoje se reúne neste local com representantes de Igrejas e entidades, temos a oportunidade e a responsabilidade de refletir sobre a tarefa de evangelização que engloba a ação total das Igrejas como testemunhas de Cristo, como vanguarda do Reino de Deus, como início da nova humanidade que o Criador providenciou para povoar a terra brasileira e ser nela uma bênção.

Que à semelhança do Primeiro Concílio das Igrejas Cristãs em Jerusalém o Espírito Santo do Senhor Jesus Cristo esteja presente conosco e possamos afirmar como os primeiros apóstolos e presbíteros: "Pareceu bem ao Espírito Santo e a nós". Assim, com a ajuda divina, a nossa reflexão seja propulsora de uma ação positiva que faça alvorecer dentro de nossas comunidades o verdadeiro e completo zelo evangelístico, que tenha como exemplo e inspiração viva aquele que trouxe até nós o Reino — Jesus Cristo, o Rei, Senhor e Salvador.

João Dias de Araújo

Aos Participantes da Consulta Nacional sobre Evangelização

A teologia para ser autêntica e relevante tem que ser fruto da experiência e da reflexão do povo de Deus, e não uma expressão isolada de um teólogo. Aliás, só existe teólogo quando alguém fala como porta-voz do povo de Deus, amplificando a voz desse povo.

O processo desenvolvido na Consulta Nacional sobre Evangelização foi o da produção teológica de uma centena de cristãos reunidos e unidos para refletir sobre a tarefa de vanguarda e de retaguarda da Igreja — a evangelização.

Acima das diferenças, mas sem negá-las, houve uma prática verdadeiramente ecumênica. Essa experiência era imprescindível para o êxito da Consulta porque a obra da evangelização, como é vista por Cristo na Oração Sacerdotal, deve ser fundamentada na unidade dos cristãos: *"a fim de que todos sejam um . . . para que o mundo creia que tu me enviaste . . . , para que o mundo conheça que tu me enviaste."* (Jo 17. 20-23). A expressão da unidade entre os cristãos tem propósitos evangelísticos e missionários. Não devemos encerrar o esforço para a expressão da unidade entre os cristãos como um fim em si mesmo. Cristo pediu ao Pai que essa unidade fosse um meio e um instrumento que o Espírito Santo usa para que o mundo creia no amor de Deus e para que o mundo conheça esse amor que o próprio Filho de Deus trouxe ao mundo e sobre o qual a Igreja deve testemunhar. Portanto, os cristãos que se reuniram em Indaiatuba não foram lá apenas para desfrutar das alegrias da confraternização ecumênica, mas além disso, e principalmente, reuniram-se para tomar decisões sérias sobre a obra da evangelização no Brasil.

Estavam reunidos cristãos de Igrejas ligadas às classes médias e altas de nossa sociedade, ao lado de cristãos de Igrejas inseridas nas classes mais pobres de nossa população. Representantes das regiões brasileiras mais desenvolvidas estavam sentados ao lado de representantes do Nordeste injustiçado. Homens e mulheres, todos conscientes das nossas profundas misérias e injustiças, todos sabedores das contradições todas desta época de transição nos diversos setores da vida brasileira e latino-americana — esta sociedade de "retirantes" de "paus-

de-arara” caminhando empoeirados pelas estradas em busca de “uma nova terra na qual habita a justiça” (Pe 3.13). O aspecto social da Consulta manifestou-se nessa experiência de encontro de brasileiros de várias procedências étnicas, sociais, econômicas, geográficas e religiosas procurando compreender melhor a sociedade brasileira, para melhor atuarem dentro dela como “sal da terra e luz do mundo”.

O QUE HOVE DE NOVO NA CONSULTA

1. Em termos de experiências novas, a Consulta usou a metodologia dialógica e de correlação, isto é, de ouvir primeiro as palavras dos cientistas (sociólogos, antropólogos, economistas, políticos e educadores) que descreveram e analisaram a situação da nossa realidade complexa e desafiadora, para depois refletir sobre os dados e os acontecimentos nos quais se descobria a voz de Deus interrogando a sua Igreja. A reflexão teológica como tentativa de respostas às situações humanas concretas torna-se rica e relevante porque a Revelação de Deus e a mensagem do Evangelho têm endereço certo — o ser humano em todas as circunstâncias que o envolvem. Em outros encontros de evangélicos e de católicos essa metodologia tem sido usada, mas foi uma novidade para um grupo bem expressivo de Igrejas que ainda não tinham tido essa experiência em nível nacional.

2. Outra experiência nova, pelo menos nestas últimas décadas, foi a de iniciar uma formulação da estratégia evangelizadora de caráter ecumênico. Conquanto haja muitos planejamentos para a obra de evangelização, eles são feitos por grupos denominacionais, conferências regionais, e, na maioria das vezes, a nível local. A novidade dessa Consulta é que um número bem representativo de Igrejas e de entidades eclesiais tenham-se reunido para estudar e tentar responder à importante pergunta: Como evangelizar hoje no Brasil?

3. Foi também nova a atitude de autocrítica, de confissão de pecados e de arrependimento genuíno. Ficaram fora os triunfalismos e os ufanismos eclesiais. As Igrejas representadas analisaram o seu passado e avaliaram o seu presente, agradecendo a Deus o que de bom já foi realizado, mas ao mesmo tempo, sem medo e sem ódio, desmascararam suas mistificações, seus preconceitos e suas atitudes contrárias ao Evangelho. Através dos quatro documentos está clara essa atitude que somente surge quando o Espírito Santo age, porque só ele pode fazer da Igreja uma comunidade que se reconhece pecadora e só ele indica o caminho do arrependimento e da nova vida (Ap 2.5).

SUGESTÕES PARA A LEITURA DOS DOCUMENTOS

O Grupo I produziu o documento sobre: “A Instituição-Igreja e o Evangelho”. Devemos ler esse documento assinalando o aspecto humanamente e sociologicamente *indispensável* da Instituição, mas ao mesmo tempo o seu caráter *substituível, flexível e adequador*. A instituição eclesiástica jamais deverá limitar e demarcar as áreas de operação do Espírito Santo que é soberano e livre como o vento que “sopra onde quer” (Jo 3.8), nem deve deslindar a amplitude ecumênica da evangelização. Devemos lembrar-nos do papel da casca do ovo para o pinto, antes de nascer. Ela é necessária, mas se o pinto não a quebrar, morre. Ele precisa quebrá-la porque o espaço da casca do ovo que serviu por algum tempo poderá agora asfixiá-lo e matá-lo. Novas expressões de vida urge a quebra das cascas para uma estrutura mais ampla e mais flexível, para o exercício da liberdade. Assim para que a Igreja exerce a tarefa da evangelização não pode ficar presa dentro de certas cascas institucionais obsoletas que comprometem sua vida e sua criatividade. Perguntamos:

1. Estamos sendo sinceros quando suplicamos: “Venha o teu Reino”, e não estamos interessados em aceitar as mudanças das estruturas tanto da Igreja como da Sociedade para que elas sejam veículos da presença do Reino?
2. Como as Igrejas se estão relacionando com grupos, indivíduos e instituições que estão lutando pela libertação do nosso povo?
3. Têm as nossas Igrejas estruturas missionárias para atuar nas fronteiras mais avançadas das injustiças sociais (menores abandonados, migrantes, prostitutas, favelados e outros)?
4. Têm as nossas Igrejas programa para se evangelizarem a si mesmas?
5. A obra de ação social das Igrejas não tem sido uma espécie de “chanta-gem” para aumentar o número de membros da Igreja local?

O Grupo II se preocupou com o Testemunho Profético. Devemos ler esse documento com atenção porque há nele desafios permanentes para as Igrejas de todas as épocas. A obra de evangelização sem o Testemunho Profético é uma alta traição ao nosso Senhor Jesus Cristo. É uma afronta e um desrespeito ao mandamento do Amor que ele nos ensinou. É uma omissão injustificável diante da operação viva do Espírito Santo no mundo. As proclamações e as denúncias contidas no documento refletem a luz do testemunho bíblico. Elas revelam uma opção pela liberdade legada por Cristo, conclamada pelos apóstolos e preconizada pelos Reformadores do século XVI. Como podemos ser discípulos de Cristo sem seguir o seu exemplo de denúncia e de ação libertadora diante das escravidões humanas? Ainda temos outras perguntas:

1. Como as Igrejas têm manifestado a sua solidariedade para com os pobres, os oprimidos e os marginalizados?
2. As Igrejas têm-se preocupado com os mecanismos que geram e multiplicam a pobreza?
3. É válida a desculpa de que as Igrejas evangélicas são minorias, por isso não adianta denunciar, porque a sua voz não será ouvida?
4. Afinal de que lado estamos? Do lado dos opressores e dos poderosos ou do lado dos fracos e oprimidos? De que lado esteve Jesus quando esteve no mundo?
5. O nosso silêncio não será conivência com tudo o que de errado está acontecendo? Ou são os nossos preconceitos que nos inibem?

O Grupo III tratou da Evangelização Protestante na Cultura Brasileira. Devemos ler este documento ressaltando a falácia da evangelização que visa salvar a alma individual, como se cada indivíduo não fosse fruto da cultura na qual ele vive. Cada brasileiro quer queira, quer não, está vinculado visceralmente à Cultura Brasileira, à maneira de viver do nosso povo. Essa Cultura tem expressões positivas e negativas, humanas e desumanas, opressoras e libertadoras. Não podemos evangelizar ignorando esse fato. O brasileiro para ser cristão de tradição evangélica não precisa deixar de ser brasileiro, nem tem que negar sua formação pessoal, fruto de nossa cultura. A tarefa da Evangelização não pode ignorar as expressões da cultura, antes tem que reconhecê-la, enriquecê-la, e também redimi-la daqueles aspectos destrutivos. Negligenciar essa contribuição e esse contexto cultural é confessar a incapacidade de comunicar a mensagem do Evangelho ao nosso povo.

1. Até quando a maioria dos hinos que cantamos nas Igrejas será de procedência estrangeira?
2. Até que ponto as Igrejas protestantes têm rejeitado aspectos positivos da Cultura brasileira, como a sua música, o seu rico folclore e a sua sabedoria popular?
3. É possível uma reflexão teológica brasileira que contribua para o fortalecimento da Igreja Universal do Nosso Senhor Jesus Cristo?
4. Todos os protestantes brasileiros não são culturalmente católicos, já que a nossa civilização foi moldada pela influência do Catolicismo?
5. Quais são as tentativas válidas das Igrejas protestantes para o enriquecimento da Cultura Brasileira?

Finalmente o Grupo IV considerou a estratégia da Pastoral. A ênfase desse documento é de que não é possível evangelizar sem uma Pastoral engajada e encarnada. A estratégia de Cristo e dos apóstolos foi essa — encarnação. Somente assim o Evangelho pode ser comunicado, aceito e vivido. Os leitores que não estão familiarizados com o significado da palavra “Pastoral” como é usada no documento, devem lembrar-se de que, no meio protestante, essa palavra é freqüentemente usada no sentido de indicar a atividade do pastor na sua função de líder da comunidade. No documento a palavra Pastoral tem um sentido mais comunitário, significa a ação da comunidade, da Igreja, do Povo de Deus quando se dirige às áreas de atividade libertadora do Evangelho. Nesse sentido, por exemplo, a “Pastoral da Terra” é todo o esforço que a Igreja faz para resolver esse grave problema que o nosso povo enfrenta hoje no Brasil.

1. Quais são as linhas pastorais que as Igrejas Evangélicas estão desenvolvendo no Brasil?
2. A ação pastoral deve ficar limitada aos membros de uma determinada paróquia ou Igreja ou é mais abrangente?
3. Têm as Igrejas incorporado a ação pastoral como parte do trabalho de evangelização?
4. Têm razão os membros das Igrejas que se queixam de que só ouvem sermão de evangelização, que terminam com apelos, e nunca ouvem mensagens de orientação para a vida?
5. Não deveriam ser os protestantes no Brasil os que, pela herança histórica, primeiramente lançariam uma Pastoral da Liberdade? E por que não o fizeram?

COMO USAR OS DOCUMENTOS

O grande pecado relacionado com consultas desse tipo é o que acontece depois, isto é, não acontece nada. Cada representante que esteve envolvido no processo da Consulta que produziu tão ricas sugestões e desafios, recebe os textos (quando recebe), e depois os engaveta ou os coloca na prateleira mais baixa da estante de sua biblioteca. Esperamos que, com essa Consulta, esse pecado não se repita. Daremos algumas indicações e sugestões para a divulgação e para a utilização dos documentos.

Nas lideranças

As lideranças que participaram ou não da Consulta Nacional sobre Evangelização vão receber cópias dos documentos. A primeira sugestão é de que as

lideranças tomem conhecimento dos textos através de estudos e debates pelas diretorias, comissões regionais, concílios, conselhos, sínodos, convenções regionais e nacionais; conferências, comissões diocesanas, grupos de trabalho, assessorias, enfim todos os órgãos das diversas Igrejas que tenham possibilidade de reunião com pessoas envolvidas com comunidades. É de grande proveito para quem ocupa um cargo de direção e de coordenação conhecer bem as sugestões da Consulta para transmitir e debater com os companheiros de trabalho aquilo que possa ser colocado em prática.

Nas comunidades

Se os documentos ficarem no patamar da cobertura e não descerem aos vários andares, pouco proveito terão. É necessário que eles sejam lidos e estudados por todos, nas Igrejas. Sugerimos a adaptação das conclusões aprovadas na Consulta em quatro ou cinco lições da Escola Dominical. Também sugerimos a adaptação dos documentos para serem usados em encontros, retiros espirituais, congressos de senhoras e de jovens, conferências regionais ou nacionais de Igrejas. Nas comunidades eclesiais de base os documentos poderão ser estudados com grande proveito, por isso é necessária *uma adequação do documento ao vocabulário popular*. Aliás isso já foi decidido pela coordenação que trabalhou durante a consulta e *um projeto específico será elaborado visando a produção de um grande número de cópias*.

Nas cidades e bairros

Há uma sugestão difícil de se colocar em prática, mas que vamos apresentar como desafio. Nas cidades pequenas e médias, com menos de cem mil habitantes e onde há seis ou sete igrejas de confissões diferentes tentando evangelizar isoladamente, por que não começar a experiência de um “trabalho conjunto” de evangelização? Por que não uma “convergência evangélica” para evangelizar? Nas cidades onde há Conselhos de Pastores, não seria mais fácil começar? Em muitas cidades algumas Igrejas realizam “campanhas simultâneas” de evangelização, por que não envolver todas as Igrejas nessas “simultâneas”? Nos bairros das cidades grandes onde há também várias Igrejas operando, a sugestão é a mesma. Sabemos que é difícil colocar em prática essa sugestão mas não é impossível porque já tem sido experimentada com êxito no Brasil. É necessário conjugar esforços evitando a rivalidade e a competição proselitista.

Na Educação Teológica

É indispensável o conhecimento desses documentos por professores e alunos dos Seminários Teológicos, dos Institutos Bíblicos, dos Cursos de Teologia por Extensão, dos Centros de Estudos Teológicos, dos Centros de Treinamento de Líderes, dos Cursos de Aperfeiçoamento de Pessoal das Igrejas, e pelas várias Comissões de Pastorais. A reflexão teológica dos documentos da Consulta poderá ser aprofundada e poderá sugerir novas consultas como fruto do debate e do diálogo.

Outras sugestões poderão ser acrescentadas. Ao que aspiramos é que o Documento da Consulta Nacional sobre Evangelização, o que marcou uma época histórica e teológica para o Cristianismo no Brasil, não fique só no papel, mas que entre na realidade e que, pelo impulso do Espírito Santo, desencadeie uma dinâmica vigorosa na vida das Igrejas. Neste sentido, *cumpra lembrar aos participantes da Consulta sobre o compromisso assumido em dar a maior divulgação possível aos documentos oficiais, por todos os meios, inclusive nos órgãos de divulgação das suas respectivas Igrejas, no espírito da decisão da assembléia de Itaici.*

Salvador, 15 de dezembro de 1980

Documentos da Consulta Nacional sobre Evangelização

Preâmbulo

PRESERVANDO NOSSA MEMÓRIA HISTÓRICA

Estivemos à procura de uma resposta como Igrejas Evangélicas. Tentamos encontrar algumas respostas mais recentes sobre a evangelização no contexto latino-americano e, especificamente no Brasil.

Assim sendo, nestes últimos tempos, alguns momentos foram significativos e, por isso mesmo, devem ser lembrados:

- em 1965, na capital do Estado do Espírito Santo, Vitória, acontece um encontro promovido pela CCPAL (Comissão de Cooperação Presbiteriana na América Latina), enfocando o tema – “A Natureza e a Missão da Igreja no Brasil”;

- no ano seguinte, 1966, através do simpósio promovido pela ASTE (Associação dos Seminários Teológicos Evangélicos) é focalizada a “Evangelização” (São Paulo, Capital);

- acontece em 1973 um encontro no Rio de Janeiro e surge o documento “Evangelização”, produzido pelo CEDI (Centro Ecumênico de Documentação e Informação), seguido de outros estudos e congressos, e também de lições para as Escolas Dominicais. Até esse momento, ao que se sabe, não tinha havido nenhum envolvimento das Igrejas, como tais, nesse tipo de estudos;

- no ano seguinte, 1974, através do IX Concílio Geral da Igreja Evangélica de Confissão Luterana no Brasil (IECLB), visando ao “Catecumenato Permanente – Discipulado Permanente”, ocupa-se a IECLB do tema – “Igreja Missionária no Brasil”.

Passam-se aproximadamente cinco anos e, em São Paulo, as comemorações da inauguração do grande templo da Igreja Evangélica Pentecostal "O Brasil Para Cristo" (julho de 1979), proporcionam um encontro interconfessional. (*)

Surge desse encontro interconfessional uma Comissão Organizadora, que imediatamente passa a estudar a possibilidade da realização de uma Consulta Nacional sobre Evangelização.

PRÉ-CONSULTA

Reunidos para examinar, num questionamento sério, mas em espírito fraterno, o documento preparatório enviado pela Comissão Organizadora, realizamos a Pré-consulta sobre Evangelização, em fevereiro de 1980, no Rio de Janeiro.

Ali estivemos à procura de uma integração maior como povo evangélico, que, de certo modo, representávamos.

Fomos desafiados, num primeiro momento, por aqueles que, tendo sido convidados na qualidade de cientistas sociais, nos trouxeram uma visão panorâmica e uma análise de um Brasil mais próximo de nós. Não o Brasil dos turistas brasileiros e estrangeiros, mas o Brasil contraditório: rico e pobre, de privilegiados e de injustiçados, abundante e faminto, erudito e analfabeto, potencialmente um gigante, mas dependente... Enfim, o Brasil 1980, onde estamos, onde estaremos como Igreja, para servir mais autenticamente ao nosso povo, a partir do Evangelho do Reino.

Éramos cerca de cinquenta pessoas, como membros-participantes das seguintes confissões eclesiais: Igreja Evangélica de Confissão Luterana no Brasil, Igreja Episcopal do Brasil, Igreja Metodista, Igreja Cristã Reformada, Federação Nacional de Igrejas Presbiterianas (FENIP), Igreja Evangélica Pentecostal "O Brasil Para Cristo", Igreja Evangélica Reformada, e representantes de entidades: Instituto Superior de Estudos da Religião (ISER), Centro Ecumênico

(*) Com a presença de Philip Potter, secretário geral do CMI (Conselho Mundial de Igrejas), acompanhado de Emílio Castro, da Divisão de Missão Mundial e Evangelização, do CMI; e, lado a lado, representantes de Igrejas membros do CMI: Bispo Arthur R. Krazt, da Igreja Episcopal do Brasil (Comunhão Anglicana), que nomeou o pastor Sidney A. Ruiz seu suplente; o pastor Friedrich Gierus, da Igreja Evangélica de Confissão Luterana no Brasil; o pastor Derrel

H. Santee, metodista, substituído pelo pastor Francisco A. Correia; Reverendo Joaquim Beato, presbiteriano da Federação Nacional de Igrejas Presbiterianas, representando também entidades ecumênicas, tais como o CEDI, ISER e outras e Enilson Rocha Souza, da Igreja Evangélica Pentecostal "O Brasil Para Cristo", nomeado pelo Missionário Manoel de Mello Silva, líder nacional da Igreja.

de Documentação e Informação (CEDI), Diaconia, Conselho Mundial de Igrejas (CMI), Conselho Nacional das Igrejas Cristãs, em formação (CNIC), e da Coordenadoria Ecumênica de Serviços (CESE) que preparou e organizou a Pré-consulta, em articulação com a Comissão Organizadora.

Reunidos aceitamos o desafio de, após o “ensaio” constituído pela Pré-consulta, partimos para a “representação do ensaio” noutra local, Indaiatuba (Itaici), nos meados de setembro (1981) Ver Tempo e Presença, n. 157, fev. 1980, pp. 3-11.

REALIZA-SE A CONSULTA NACIONAL SOBRE EVANGELIZAÇÃO

Somos agora um grupo maior, cerca de noventa participantes, provenientes da Igreja Evangélica de Confissão Luterana no Brasil, Igreja Episcopal do Brasil, Igreja Metodista, Igreja Evangélica Pentecostal “O Brasil Para Cristo”, Igreja Cristã Reformada do Brasil, Igreja Evangélica Reformada, Federação Nacional de Igrejas Presbiterianas, Igreja Cristã, e também representantes da Coordenadoria Ecumênica de Serviço, do Centro Ecumênico de Documentação e Informação, Instituto Superior de Estudos da Religião, Conselho Nacional de Igrejas Cristãs (em formação), Conferência Nacional dos Bispos do Brasil (CNBB), Conselho Latino-Americano de Igrejas (CLAI), Conselho Mundial de Igrejas, EUA, e Igreja Unida do Canadá.

Novamente, a fim de melhor enxergarmos o quadro da realidade brasileira atual, segundo semestre de 1980, nos reunimos. Depois de cada devocional matutina, fomos, durante dois dias, convocados a observar e estudar o “quadro” que os “pintores” (cientistas sociais) nos apresentavam.

ONDE ESTIVEMOS? ONDE ESTAMOS? ONDE ESTAREMOS?

O caminho a percorrer, o ritmo a ser imprimido durante a caminhada caberá a cada um de nós, a cada comunidade, a cada região, com as pistas que nos forem apontadas, com os recursos adquiridos nesta Consulta.

Estas pistas foram procuradas no segundo momento da Consulta, quando em quatro grupos compartilhamos nossa fé mútua, nossas experiências, e ao mesmo tempo aprofundamos os temas motivadores da Pré-consulta:

A Instituição-Igreja e o Evangelho Testemunho Profético

Evangelização Protestante na Cultura Brasileira Pastoral

Após o estudo em grupos, as conclusões foram encaminhadas ao plenário para aprovação final, visando a encaminhamento para melhor e mais ampla divulgação possível.

Face ao grande desafio do momento histórico brasileiro às Igrejas Evangélicas representadas, restou-nos, a uma só voz, suplicar:

“Se a tua graça não vai conosco, não nos faças sair daqui”
(Êxodo 33.15)

Nós, integrantes da Consulta Nacional sobre Evangelização, apresentamos às Igrejas Evangélicas do Brasil o resultado de nossa reflexão.

A Instituição-Igreja e o Evangelho

A abordagem em nível interconfessional da questão “A Instituição-Igreja e o Evangelho” impõe um aprofundamento da natureza das realidades fundamentais que são:

O EVANGELHO, A IGREJA E A EVANGELIZAÇÃO-MISSÃO

O Evangelho é a boa notícia da ação redentora, reconciliadora e libertadora de Deus a favor de todos os homens em todos os tempos. A plenitude do Evangelho manifesta-se na encarnação do Verbo, Jesus Cristo, e no seu Reino que

- a) se realiza com a sua vinda;
- b) é o centro de sua proclamação;
- c) leva a servir a Jesus na sua missão.

A ação de Deus em Cristo e através do Espírito Santo é sempre fecunda. Assim surge a Igreja como sinal visível do Reino de Deus, a Comunidade (“koinonia” – comunhão) da fé, em resposta à iniciativa libertadora de Deus. Esta resposta é dada em termos do contexto específico de cada situação histórica. Assim as comunidades cristãs, porque são históricas, humanas, têm que assumir formas institucionais específicas;

Cremos que as diversas confissões eclesiásticas representam tentativas de fidelidade ao Evangelho por parte dos cristãos em suas respectivas tradições e realidades;

Lamentamos e confessamos, na exposição de nossa fé evangélica, o pecado contra a unidade do Corpo de Cristo;

Cremos ainda que as formas institucionais das diferentes denominações evangélicas são permanentemente desafiadas pelo dinamismo do amor de Cristo a constantes reformulações;

Constatamos que o Novo Testamento não contém um modelo padrão para a Igreja como Instituição, mas uma exigência de unidade (At 2.42; Jo 17.1; 1 Co 12.3; Ef 4.4). O Espírito Santo reservou para sua exclusiva autoridade a condução do processo de adequação da estrutura da Igreja aos desafios e oportunidades;

A instituição eclesiástica vive dia a dia a tensão entre a liberdade de preservar e criar condições e formas relevantes, e a responsabilidade de discernir a intenção libertadora de Deus para cada contexto histórico;

O protestantismo brasileiro deve ser grato a Deus pelos esforços de fidelidade de seus predecessores que lhe legaram a expressão da fé cristã nas formas institucionais por nós herdadas. Mas, igualmente, estremeceamos entre a urgência e o vulto da obra de descoberta e incorporação de respostas eclesiais autênticas aos multiformes e novos desafios do cenário brasileiro de dimensões continentais;

A Igreja é enviada ao mundo por Deus que assim continua a sua obra salvífica manifesta em Jesus Cristo (Jo 20.21). Missão é um processo dinâmico de crescimento que se expande e ultrapassa todos os limites (Mt 28.18-20; At 2.47; Ef 4.15);

A missão se manifesta no proclamar das boas novas e resulta em "metanóia" (arrependimento e conversão). É imprescindível que esta proclamação seja testemunhada e vivenciada no serviço em prol do outro no contexto da sociedade em todos os seus níveis segundo o exemplo do esvaziamento (kenosis) de Cristo (Fp 2.5);

A missão é responsabilidade da Igreja toda e de cada membro da mesma. O testemunhar e servir não podem ser restritos aos meios eclesiásticos, mas devem estender-se a todas as esferas da atividade humana, tais como: vida política, econômica, social, cultural, etc. . . . ;

Nesta missão a evangelização é a proclamação do Reino de Deus. Esta proclamação não pode ser muda nem estar desacompanhada de sinais desse Reino.

O PAPEL DAS IGREJAS COMO INSTITUIÇÃO NO CONTEXTO DA EVANGELIZAÇÃO

Em vista do exposto propomos:

1. Que se busque “em primeiro lugar o Reino de Deus e a sua Justiça” (Mt 6.33) na sociedade humana;
2. Que a evangelização aconteça cada vez mais intensa e profundamente, em todas as situações humanas críticas, em termos de discipulado, isenta de características “proselitistas e dominacionais”;
3. Que o trabalho conjunto dos clérigos e leigos se fortaleça nas comunidades, a fim de que o corpo evangelizador tenha por objetivo alcançar todas as pessoas, trabalhando em harmonia, realizando-se a integração de todos os membros da missão (1 Pe 2.5-9);
4. Que mulheres e homens estejam, cada vez mais, lado a lado, envolvidos no ministério da Igreja, em todos os serviços;
5. Que as crianças, adolescentes e jovens tenham cada vez maior participação no ministério da Igreja;
6. Que o espírito de “unidade na diversidade” aconteça a cada dia no relacionamento interconfessional das Igrejas, abolindo-se o espírito discriminatório, cedendo lugar ao cumprimento da oração do Senhor: *“para que todos sejam um a fim de que o mundo creia que tu me enviaste”* (Jo 17.21 ss);
7. Que os horizontes denominacionais (institucionais) sejam alargados para que a visão ecumênica do Reino de Deus seja motivação para a ação evangelizadora;
8. Que o relacionamento com a Igreja Católica Romana, com a Igreja Ortodoxa e outras Igrejas cristãs continue sendo intensificado e aprofundado pelo estudo das Escrituras sob a orientação do Espírito Santo; e que pela colaboração mútua na ação social em prol dos oprimidos, cresçamos no alargamento da visão do Reino de Deus, dentro de um mundo dividido pelas mais diversas ideologias;

9. Que as Igrejas colaborem, em caráter interconfessional (ecumênico), lado a lado, em todas as atividades que promovam a pessoa humana, dando assim *testemunho de unidade no Senhor que liberta*.

Constatamos que os movimentos de renovação nas Igrejas, como o movimento carismático, estão assumindo proporções significativas no Brasil e no mundo. Há necessidade de que as Igrejas façam estudos aprofundados das causas, significados e implicações desses movimentos, a fim de que sejam assimilados seus valores à luz da Palavra de Deus. E alertamos para o fato de que há elementos e grupos que se chamam “carismáticos”, mas que estão fora da família cristã. Importa também desenvolver em todas as comunidades cristãs espírito de compreensão e aceitação no sentido de se reconhecer o direito e enriquecimento do “pluralismo”, dando expressão à “diversidade na unidade”, sem permitir a existência de “Igrejas paralelas”, causa de divisionismos (1 Co 1.10).

Testemunho Profético

FUNDAMENTOS BÍBLICOS E TEOLÓGICOS

1. Entendemos ser o nosso dever, na qualidade de Igrejas Evangélicas – parte do Corpo de Cristo – discernir a ação de Deus na História. Valemo-nos, para tanto, da contribuição das Ciências Humanas através de análises econômicas, sociológicas, históricas, antropológicas e políticas. Servimo-nos também, e acima de tudo, da reflexão bíblica exercida pelo Povo de Deus engajado no contexto da nossa realidade brasileira.

No Espírito de Cristo, estamos no mundo e não somos do mundo, nem tirados do mundo (Jo 17.11, 15,16); devemos entretanto levar o mundo a crer (Jo 17.20), porque somos enviados para isso (Jo 17.18; 20.21).

Assim fazendo, pretendemos exercer nosso Testemunho Profético, conclamando nossos irmãos a descobrirem, pelo Espírito Santo, os fundamentos para um testemunho pessoal e coletivo que responda ao propósito de Deus.

2. Este propósito divino apresenta-se como Boa-nova de alegria e vitória para os pobres, os cativos, os cegos, os oprimidos (Lc 4.16-21), marginalizados, rejeitados, espoliados, inferiorizados pelas discriminações, despojados de seus direitos. Isto era fato no tempo de Jesus (Mt 11.2-5).

Eles são milhões de seres humanos, espalhados pelos quatro cantos da terra, aos quais Deus promete, pelo anúncio do Evangelho, a salvação que significa a libertação de tudo quanto os oprime, aqui e agora.

3. O Mandamento do amor a Deus, que Jesus reafirma (Mc 12.29 s) e do amor ao próximo (Mc 12.31) que ele amplia: "... *como Eu vos amei*" (Jo 15.12), torna-se indispensável quando tomamos consciência de que o nosso próximo é afetado para o bem e para o mal pelas instituições sociais e por nossas próprias decisões e práticas como cidadãos.

Torna-se, por isso, impossível à Igreja realizar plenamente sua missão evangelizadora, sem assumir a posição profética de denunciar o pecado pessoal, bem como o pecado social: angústias, medo, morte, fome, injustiças, roubo, mentira, violência, corrupção, discriminação e a própria visão puramente unilateral do Evangelho.

4. A insistência da mensagem cristã no cuidado do Senhor pelos que são feitos vítimas, pelos pobres que são vendidos "por um par de sapatos" (Am 2.6), pelos pequeninos (Mt 20.40, 45) que estão famintos, nus e presos (ib. vv 35-36; 42-43) torna impossível à Igreja dar o pleno sentido à obra de evangelização sem confrontar, como fizeram os profetas e o próprio Senhor Jesus Cristo, os poderes e os poderosos deste mundo. Este confronto, já foi anunciado pelo Senhor Jesus "... *eles hão de arrastá-los aos tribunais*" (Mc 13.9), e até julgarão com isso "prestar culto a Deus" (Jo 16.2), prevenindo do ódio dos poderosos aqueles que assumem o testemunho profético como ele mesmo assumiu (Jo 15.18-20).

5. A Igreja está colocada no meio do mundo, com responsabilidade por todos os homens, como criaturas de Deus. Cabe-lhe, portanto, na proclamação do programa divino de libertação humana em todas as dimensões, dos "cansados e sobrecarregados oprimidos" (Mt 11.25-30), afirmar a natureza instrumental do Estado, da Instituição Eclesiástica, da Ciência e da Tecnologia.

Passam todos estes instrumentos a ser julgados à luz da contribuição que ofereçam para a implementação do propósito de Deus para a Humanidade. E o propósito é o de reproduzir na Criatura, a imagem do Criador: "... *até que todos cheguemos... à medida da estatura da plenitude de Cristo*" (Ef 4.13), e até que se forme Cristo em nós (Gl 4.19).

6. A soberania de Deus sempre reclamou, na pregação dos profetas, a totalidade da vida e das relações humanas: econômicas, sociais, políticas e culturais (Hc 2.9-16).

Uma das afirmações centrais da Fé Cristã é que Deus entregou essa soberania a Nosso Senhor Jesus Cristo (Mt 28.19; Fp 2.9-11; Ap 11.15). A soberania de Cristo não pode, portanto, estar restringida apenas à comunidade dos que reconhecem alegremente o seu domínio. Por conseguinte, a Igreja tem, em seu Nome, o direito e o dever de participar numa ação responsável e fiel no mundo.

POSIÇÕES POLÍTICO-IDEOLÓGICAS

1. Fiéis à herança da Reforma Protestante do século XVI e da unanimidade dos demais movimentos evangélicos da história da Igreja, nós, representantes de Igrejas Evangélicas aqui presentes, fazemos nossa opção pela liberdade do homem, responsável, em última instância, exclusivamente diante de Deus. Por isso, nenhuma ordem econômica, política, social, religiosa ou ideológica pode arvorar-se em senhora da sua consciência ou pretender o lugar do Absoluto.
2. Afirmamos que o Estado, as instituições eclesásticas, a ciência, a tecnologia e as ideologias se tornam ídolos quando pretendem transformar o homem em meio e a si mesmos em fins, deixando de colocar-se a seu serviço, e transformando-o, antes, em escravo.
3. Afirmamos o direito de manter nossa consciência crítica e nossa postura profética diante de qualquer sistema totalitário que, pretenda afirmar-se como visão de mundo e estilo de vida, propugne o ateísmo em suas várias formas de manifestação — seja o capitalismo e sua inerente divisão da sociedade em classes, com sua idolatração do lucro, a desumanização da pessoa humana, o culto da máquina, a preocupação com a quantidade sem referência à qualidade da vida, sua concentração de poder e difusão da miséria; seja do comunismo, com sua pretensão de domínio absoluto da consciência humana, com o esmagamento das liberdades, com sua luta contra a religião, com sua centralização do poder em detrimento da livre participação política, ou de quaisquer outras formas de totalitarismo que possam vir a ameaçar e submeter a pessoa humana à escravidão.

PROCLAMAÇÕES E DENÚNCIAS

Por isso, os participantes das Igrejas aqui representadas, reunidos nesta Consulta Nacional sobre Evangelização, oferecem à reflexão de todo o Povo de Deus e de todos os brasileiros este testemunho sobre alguns problemas da sociedade brasileira contemporânea, na esperança de que todos contribuam no aperfeiçoamento e alargamento desta reflexão, para um testemunho profético consciente e fiel ao propósito de Deus para toda a humanidade:

Consideramos como contrária à vontade, à glória, ao propósito e à própria pessoa de Deus toda injustiça cometida contra a pessoa humana, injustiça esta que se manifesta nas estruturas econômicas, políticas e sociais como seguem:

1. *“Ai dos que juntam casa a casa, campo a campo, e ficam como únicos moradores no meio da terra”* (Is 5.8).

1.1 Advogamos, especialmente em favor dos pobres, o direito a escolas, saúde, salários justos e dignos; à segurança e proteção contra a violência do sistema; e a moradia dentro dos padrões mínimos necessários à dignidade humana em termos de urbanização, espaço e higiene.

1.2 Somos a favor da pequena e média empresa brasileira que vive hoje situação econômico-financeira sufocante, e advertimos contra as empresas transnacionais que, escandalosamente favorecidas pelos recursos nacionais, provocam, em contrapartida, empobrecimento, exploração e desemprego de larga camada da população.

1.3 Advertimos também para os malefícios dos latifúndios, bem como daqueles que, a pretexto de se transformarem na chamada “agricultura moderna”, só ao alcance do grande capital e em nome de uma agricultura voltada para a exportação, geram o desemprego, a marginalização econômica do pequeno agricultor e a exploração do trabalho dos “bóias-frias”.

1.4 Denunciamos as empresas estatais que desviam recursos que deviam ser aplicados em projetos de benefício ao povo brasileiro, e, em vez disso, favorecem grandes grupos nacionais e transnacionais com a justificativa de criarem serviços; além disso, carregiam recursos captados à poupança popular prestigiando irregularmente regiões mais desenvolvidas do País em detrimento de outras mais pobres.

1.5 Condenamos a desumanidade de empregadores que burlam a lei e ferem a justiça, não cumprindo para com seus assalariados as obrigações sociais; manifestamos, ainda, nossa preocupação, neste sentido, com o funcionalismo público em todos os níveis.

2. *“... que é que o Senhor pede de ti, senão que pratiques a justiça?”* (Mc 6.8).

2.1 Propugnamos por um regime democrático sem adjetivos e cujos governantes sejam eleitos em todos os níveis, pelo sufrágio universal, em eleições livres.

2.2 Afirmamos que as injustiças praticadas pelo Estado e decorrentes da identificação dos que estão no poder com os interesses econômicos e políticos de pequenos grupos, das leis e instrumentos de exceção que cerceiam a organização e a participação política, da repressão aos que se lhe opõem — são pecados maiores, dada a natureza e finalidade do próprio Estado.

2.3 Propugnamos pelo estabelecimento de salvaguardas e garantias do cidadão para que ele não esteja, indefeso, à mercê dos desmandos e arbitrariedades do poder estatal.

2.4 Propugnamos pela independência e fortalecimento do poder judiciário, e por uma justiça rápida, não manipulada pelo poder econômico, e, portanto, igual para todos e ao alcance dos pobres.

2.5 Afirmamos o direito de o povo ter acesso às informações que dizem respeito à vida nacional e às necessidades individuais; denunciemos o controle arbitrário da informação manipulada para servir a grupos, parcial e tendenciosa, que não apenas escamoteia a verdade dos fatos, mas antes desveste-a e fantasia a mentira com aparência de verdade.

2.6 Condenamos um sistema de impostos indiretos que oneram pobres e favorecem ricos; mais ainda os impostos diretos que facilmente podem ser ludibriados pelos que podem pagar e se furtam de cumpri-los.

3. *“Exercitou o juízo e a justiça, julgou a causa do aflito e do necessitado. Então lhe sucedeu bem”* (Jr 22.15).

3.1 Insistimos na urgência da solução do problema do menor abandonado e do menor explorado em seu trabalho, bem como da violência nas prisões e nas ruas.

3.2 Denunciemos a discriminação sexual em relação à mulher, na sociedade brasileira, e reconhecemos tal situação em nossa realidade eclesial; tal discriminação se manifesta, principalmente, na desigualdade de oportunidades de trabalho e salário, educação, identidade sexual; condenamos o rebaixamento da mulher a mero objeto sexual promovido pelo interesse de lucro e pela difusão de valores da sociedade consumista.

3.3 Propugnamos pelo reconhecimento do direito das minorias, sejam étnicas, ideológicas, religiosas ou políticas, de participarem nas decisões que envolvem seu destino.

3.4 Denunciamos a ideologia hipócrita da “democracia racial brasileira”, e que nosso País optou determinadamente por seu “embranquecimento”, especialmente em detrimento da raça negra; denunciamos, igualmente, que a discriminação racial reforça privilégios de classe, e reafirmamos que, como Igreja, cremos na unidade da humanidade em Cristo, em quem não há divisão de classes, de raça ou de cor, porque todos somos iguais segundo o propósito de Deus.

3.5 Propugnamos por um processo humano de integração do índio à sociedade brasileira que respeite a sua autodeterminação e garanta a sua integridade cultural e econômica, hoje em risco pela expansão do capital, expressa no massacre das nações indígenas, no assassinato de suas lideranças, na invasão e posse de suas terras; denunciemos um processo de discriminação racial e de exploração do índio como mão-de-obra; insistimos no cumprimento do Estatuto do Índio (Lei nº 6.001, de 19.12.73) e na implementação de mecanismos legais e políticos que garantam a integridade do índio brasileiro.

CONCLUSÃO E PROPOSTAS

1. Encarecemos a urgência de um estudo aprofundado, por parte de todas as Igrejas, de assuntos como a desintegração da família (divórcio, aborto, drogas, o menor abandonado); a ideologia da sociedade de consumo, introduzida no recesso dos lares pelos meios de comunicação de massa, a serviço de poderosas empresas capitalistas; a “favelização” das metrópoles brasileiras; a violência urbana; o problema da ecologia; com vistas a uma orientação coerente do testemunho de seus membros e ao estabelecimento de bases para um testemunho profético comum às denominações evangélicas sobre as opções éticas exigidas da sociedade brasileira por esses desafios da civilização contemporânea.

2. Encarecemos a urgência de consultas que se proponham aprofundar o estudo de questões fundamentais da realidade brasileira contemporânea, tais como: o problema da terra, o mundo operário, educação, movimentos populares e educação popular, participação política, saúde, entre outros; e questões como a prática pastoral e seu compromisso com as classes populares, a educação religiosa, entre outros. Tais consultas exigirão pesquisas para melhor compreensão dessa realidade e da própria ação da Igreja, pesquisas que deverão ser produzidas por entidades especializadas que já se vêm dedicando a este tipo de trabalho científico.

Cremos que, ao assumir a posição de continuarmos o processo prático de tudo o que aqui apresentamos, estaremos realizando um testemunho profético, como fruto do Evangelho que estamos anunciando.

Que o Espírito Santo permaneça inspirando-nos na evangelização plena do povo brasileiro.

Evangelização Protestante na Cultura Brasileira

"Evangelização acontece no momento em que a semente do Evangelho do Reino é semeada no coração de nossa cultura, onde já podemos reconhecer manifestações da presença do Reino"

(Emílio Castro)

EVANGELIZAÇÃO E CULTURA

Evangelização acontece no momento em que a semente do Evangelho do Reino de Deus é semeada no coração de um povo que tem determinada maneira de viver (cultura). Cultura é processo criativo no qual o homem usa sua capacidade para garantir sua sobrevivência como espécie e cujo resultado determina também sua maneira de viver em sociedade. Ao mesmo tempo em que o homem determina a cultura, ele também é determinado por ela. Ele é sujeito e objeto ao mesmo tempo. Deus, o Criador, deu ao homem essa capacidade de criar; e por ser criado à imagem de Deus, o homem tem a vocação de ter e fazer história. A partir de Cristo a nova criação começa pela atuação do Espírito Santo. O homem, pelo Espírito Santo, tem a possibilidade de colocar a sua criatividade a serviço do Reino de Deus.

Evangelizar é envolver pessoas no processo criativo de Deus que fez surgir o seu Reino.

Em nosso País o processo gerador da cultura recebeu a contribuição de muitas culturas estrangeiras, o que determinou o aparecimento de muitas expressões diferentes. Mas o aspecto mais marcante da cultura dominante brasileira é que grupos minoritários apossaram-se dela na qualidade de sujeitos, colocando a grande maioria à margem, na condição de objetos. Poucos foram os espaços deixados para a livre expressão do povo, como, por exemplo, a formação de uma religiosidade e certas formas de arte e lazer populares.

ENCONTRO DA EVANGELIZAÇÃO PROTESTANTE COM A CULTURA BRASILEIRA NO PASSADO

As Igrejas Protestantes dividem-se em, pelo menos, três grupos: Igrejas Protestantes de imigração, Igrejas Protestantes Históricas de missão e Igrejas Pente-

costais. No encontro de sua evangelização com a cultura brasileira todas elas, por caminhos diversos, produziram resultados semelhantes.

As Igrejas Protestantes de imigração são as mais antigas e desenvolveram a sua evangelização no sentido de manter a identidade de grupos imigrantes no ambiente que não conseguia integrá-los. Assim, durante muitos decênios, a evangelização dessas Igrejas não se defrontou com a cultura brasileira, mas afetou-a a nível regional. Apenas recentemente é que surge a consciência de que se deve relacionar essa cultura com as culturas autóctones. A característica dominante desse processo foi que elas permaneceram como gueto social, alienadas de nossa realidade.

No seu trabalho de evangelização, as Igrejas Protestantes Históricas de missão importaram um modo americano de viver ao invés de estimular uma expressão religiosa nacional, aproveitando os elementos, as tradições e os valores da cultura brasileira. Estavam bem mais preocupadas em conseguir ovelhas para o seu rebanho numa atitude proselitista, des — ou aculturando a pessoa, enfatizando a salvação da alma. Outras vezes as Igrejas de missão têm dirigido sua ação contra aspectos culturais da tradição católica, na vida do brasileiro (ex.: uso da cruz, velas, altar, etc.), por outro lado, algo que não recebia tanto valor por parte dos católicos (ex.: Bíblia, imposição das mãos, etc.).

O mesmo se pode dizer das Igrejas Pentecostais. Entretanto a evangelização das Igrejas Pentecostais, em virtude de sua posição distinta de evangelização das Igrejas Protestantes Históricas de missão, aproximou-se mais das classes populares. Seu culto, sua organização, afastaram-se dos modelos importados. É verdade que as Igrejas Protestantes têm, com sua presença e com seu trabalho, influenciado os costumes do povo deste País em vários aspectos. Também, não é possível ignorar a herança histórica e as heranças teológicas vindas do estrangeiro, já integradas em segmentos importantes de nossa população. Mas a nota dominante é que elas limitaram a criatividade cultural do próprio povo, reservando o papel de sujeito a seus líderes e marginalizando assim os seus fiéis. Isto, aliado ao fato ainda mais grave de que as lideranças têm importado sistematicamente as expressões de vida protestante, explica a grande pobreza da cultura protestante brasileira. Não exercitou de modo significativo a capacidade de criar e determinar a sua própria vida.

As Igrejas Protestantes em geral falharam no fato de não terem procurado compreender o sincretismo religioso de cunho popular, taxando-o simplesmente de idolatria e superstição. Elas, graças à sua origem, sempre consideraram a cultura brasileira como inferior e pobre, por ter sido formada por elementos católicos e latinos. Assim, grande parte da cultura brasileira foi rejeitada no encontro da evangelização protestante com a mesma.

O ENCONTRO DA EVANGELIZAÇÃO PROTESTANTE COM A CULTURA BRASILEIRA NO PRESENTE

Até que ponto as Igrejas Protestantes estão dispostas e preparadas para evangelizar hoje no Brasil, abrindo as suas portas para o povo? Constatamos que nossas Igrejas vivem hoje uma visível tensão quanto à maneira como compreendem essa tarefa evangelizadora.

De um lado estão surgindo documentos oficiais que apontam para a urgente necessidade de que a evangelização caminhe para a periferia da sociedade, assumindo a situação dos que não têm vez nem voz.

De outro lado verificamos que a grande maioria dos protestantes resiste a esses movimentos renovadores, mantendo basicamente duas atitudes: uma evangelização proselitista que continua o processo de desculturação na medida em que tenta lidar apenas com a alma do indivíduo; e uma atitude de alienação dentro dos muros dos próprios templos, ignorando a miséria enquanto que ela não os atinja.

Outra tendência a se destacar, é o esforço da aculturação, em várias comunidades no campo da liturgia e da música.

Finalmente, uma última tendência prática entre os protestantes brasileiros é o aparecimento constante de grupos que propõem uma evangelização comprometida com o povo. Procuram ajudar o povo a determinar sua própria vida, abrindo espaços à sua criatividade. Esses grupos atuam na periferia da sociedade.

Os fatores que têm determinado esse movimento para a periferia são: a redescoberta de que este foi o caminho percorrido por Jesus Cristo, e que continua sendo o único caminho para a Igreja; e a descoberta da grave situação de extrema opressão em que vive o povo, social e culturalmente.

CAMINHOS PARA A EVANGELIZAÇÃO PROTESTANTE AO ENCONTRO DA CULTURA

O principal desafio para uma evangelização que vá ao encontro da cultura é as Igrejas Protestantes saírem de dentro dos muros de seus próprios templos e de suas subculturas, em direção ao brasileiro carente, levando em consideração a palavra do apóstolo Paulo, quando ele diz: *"Fiz-me fraco para com os fracos... fiz-me tudo para com todos, com o fim de, por todos os meios, salvar alguns"* (1 Co 9.22 s).

O encontro do cristão com o homem, numa situação de evangelização, não pode ser o encontro de um sujeito com o objeto, no qual o primeiro reduz, de modo violentador, a capacidade do outro de se autodeterminar, mas deve ser o encontro de dois sujeitos. No encontro com o pobre esse padrão será ainda mais fundamental, na medida em que ele tem sido objeto, e não sujeito, de quase todas as forças decisivas da cultura.

A autenticidade da conversão, dá-se na medida em que o objeto se torna sujeito e as mudanças daí decorrentes não sejam apenas exteriores, mas afetem a totalidade do seu ser, sobretudo a mentalidade (2 Co 5.17).

Decisivo é que o diálogo do evangelizador seja aberto. Isto traz como consequência, o fato de que a situação e as questões do evangelizando modificam a situação e a atitude do evangelizador e vice-versa.

O que vale ao nível individual vale para as Igrejas, enquanto instituições e para a sociedade como tal. A evangelização afeta a cultura, pois esta também possui elementos opressivos.

A saída da Igreja para a periferia ou para as populações carentes não pode transformar-se num simples ativismo. Esse processo evangelizador deve ser acompanhado por uma reflexão teológica que o avalie e o ilumine. Essa reflexão terá como base o próprio processo do encontro do Evangelho com a cultura.

As Igrejas Protestantes e a Igreja Católica possuem muitas e significativas experiências que podem ser de grande proveito para a reflexão e a ação nesta nova caminhada. Nela os cristãos em geral agirão ecumenicamente, na consciência de que seu comprometimento último é o Reino de Deus. Este será o chão de onde brota e se alimenta uma teologia brasileira.

A evangelização que encontra a cultura exige um novo preparo de pastores e leigos nas Igrejas. A nova educação teológica derivada dessa caminhada, deve capacitar seus agentes para um encontro efetivo com a cultura, isto é, esses agentes devem ter condições de avaliá-la, criticá-la, respeitá-la, competentemente. O evangelizador, neste diálogo, deve ser plenamente aberto à cultura e plenamente comprometido com a fé em Jesus Cristo. O culto, se pretende ser uma expressão autêntica da fé evangélica e da vida do povo, encontrar-se-á, também, com a cultura. Isto requer envolvimento de grupos existentes nas comunidades e participação ativa de todos.

Pelo fato de trabalharmos como sujeitos, este novo processo requer paciência, sabedoria e amor, pois o grande risco que ainda corremos é o de tentarmos uma renovação programada, paternalista e assistencialista, que atinja os outros superficialmente, sem o necessário acompanhamento, nessa caminhada, de

uma evolução efetiva da mentalidade. E, sobretudo, que ela seja aberta à ação do Espírito Santo.

Pastoral

EVANGELIZAÇÃO

É a encarnação nas formas mais diversas do amor divino na realidade humana, de tal sorte que Cristo seja comunicado, aceito e vivido. Na proclamação, no testemunho, e na opção, o objetivo é sempre sinalizar o amor de Deus na vida humana. O Novo Testamento revela que a ação salvífica de Deus se manifestou na encarnação do seu Filho (Jo 3,16).

A vida de Jesus de Nazaré, sua pregação, seu engajamento a favor dos injustiçados, sua solidariedade com os marginalizados, sua morte na cruz e sua ressurreição representam a ação de Deus que visa à salvação do mundo, salvação esta que envolve a criação e todos os seres humanos, na totalidade de sua existência, no presente e no futuro (1 Tm 2,4; Jo 12,44-50; Gl 4,4-5; Mc 1,14-15; Lc 4,15-21; Rm 5,1-5; Jo 10,10; Mt 20,28). Esta ação implica, superando todo o individualismo, numa participação da comunidade cristã na dinâmica histórica da construção do Reino entre os homens.

As palavras de Jesus indicam uma linha de ação que o apóstolo Paulo assumiu em sua estratégia de ação pastoral. Ele, embora sendo livre, se fez *"escravo de todos, a fim de ganhar o maior número possível"*, e ele se fez *"tudo para com todos, com o fim de, por todos os modos, salvar alguns"* (1 Co 9,19-22). Este *modus procedendi* é alimentado pelo espírito de solidariedade e visa à encarnação: o apóstolo não anuncia apenas o Evangelho, ele, antes de mais nada, deixa sua pessoa, seus conceitos, sua cultura e sua origem em segundo plano, vai ao encontro das pessoas que quer alcançar com o Evangelho e se identifica com o seu modo de viver e sua maneira de ser, para, a partir, e através dessa convivência, transmitir o Evangelho de Jesus Cristo.

Esta estratégia é incompatível com qualquer tipo de preconceito (cultura, raça, sexo, religião e posição social), paternalismo e/ou colonialismo. O apóstolo Paulo visa como processo de encarnação ao homem, a cada um em sua peculiaridade, e identifica-se com seu destino e solidariza-se com seu sofrimento até o ponto em que o sacrifício da própria vida pode ser consequência dessa atitude (Fp 2,5 ss).

FUNDAMENTAÇÃO E PRESSUPOSTOS PARA UMA PASTORAL LIBERTADORA

"Servi uns aos outros, cada um conforme o dom que recebeu, como bons despenseiros da multiforme graça de Deus" (I Pe 4.10).

A Ação Pastoral na comunidade eclesial terá por objetivo o preparo de todo o povo de Deus para sua missão no mundo. Isto significa que a pregação da palavra, os cultos, os estudos bíblicos, devem equipar os membros para um processo de crescimento e libertação.

O preparo visa à mudança de mentalidade de acordo com o espírito renovador de Cristo, que objetiva as transformações das estruturas da Igreja e da sociedade dentro da contextualidade brasileira e do mundo.

Esta Ação Pastoral é um processo dinâmico de crescimento que se expande e ultrapassa todos os limites por ser a boa notícia da ação redentora e libertadora de Deus a favor de todos os homens.

Devemos por isto estar atentos aos sinais do Reino de Deus. Esse Reino nos chama e nos envolve em seu processo libertador.

Sabemos que os sinais do Reino existem e que este Reino não se realiza plenamente aqui e agora. Entretanto, não podemos desistir nem desesperar porque a esperança, a partir do Cristo ressurreto, nos leva a cooperar para a manifestação desse Reino na situação concreta do ser humano.

A AÇÃO PASTORAL

Uma verdadeira ação pastoral se manifesta num engajamento pessoal e comunitário, através da descoberta dos dons, capacitação, treinamento, e ação que vise a ser sinal do Reino de Deus (Ef 4.11-12).

Reconhecemos que este Reino vem a despeito de nós, e sempre está à nossa frente, todavia é nossa missão contribuir para a visualização dos seus sinais: Amor, Justiça e paz.

Entendemos

O *amor* — no sentido de aceitação mútua, que ultrapassa todas as barreiras de preconceitos e discriminações, visando a criação de uma comunhão entre os homens.

A *justiça* — como defesa dos direitos e da dignidade humana, que se manifesta através dos atos concretos de promoção e solidariedade em prol de todos os injustiçados.

A *paz* — como vivência da reconciliação e da contínua renovação no Espírito Santo, que consolida a nossa esperança numa plena realização humana (Jo 14.16-27).

FORMAS DE AÇÃO PASTORAL

Em consideração ao citado acima, a ação pastoral deve ser inserida em movimentos concretos do povo, tais como grupos de base, sindicatos e associações, visando a áreas como: Família, Juventude, Educação, Direitos Humanos, Problemas da Terra, Mulher, Operário, Favelas, Desemprego e Subemprego, Violência, Migrantes, Menor Abandonado, Doentes e Anciões, Universitários, Presos, Política e Índios.

Esta ação pastoral exige a contínua reflexão com base no Evangelho, para avaliar esta ação e enriquecê-la, abrindo com isso novos caminhos para a ação pastoral.

Moção n.º 1

SITUAÇÃO DO POVO DO NORDESTE BRASILEIRO

Os representantes de Igrejas Evangélicas presentes à Consulta Nacional sobre Evangelização, ouvindo o testemunho de irmãos do Nordeste brasileiro, sentem que não podem-se calar diante da situação em que vive o povo daquela região do Brasil, onde estão evangelizando, o que representa mais de um terço da população brasileira, e denunciam os seguintes fatos:

1. Segundo dados da ONU, é o Nordeste brasileiro um dos maiores bolsões de miséria do Terceiro Mundo;
2. O analfabetismo, as condições miseráveis em que vivem grandes contingentes da população, notadamente no campo, será responsável até o ano 2000 pelo atrofamento de milhões de nordestinos, com lesões cerebrais irreversíveis causadas pela fome crônica (conforme recente trabalho publicado pelo cientista Nelson Chaves);

3. A política discriminatória do Governo em relação ao Nordeste, favorecendo as regiões mais desenvolvidas, quando deveria realizar uma política diferenciada, objetiva e racional, para a solução dos graves problemas regionais.

Moção n.º 2

USO DE LINGUAGEM TEOLÓGICA

Considerando que as Igrejas, no decorrer de sua história, desenvolveram linguagem teológica própria; e

Considerando que esta linguagem dificulta a expressão teológica em encontros confessionais (ecumênicos);

Propomos que em futuros encontros haja estudo desta linguagem teológica, em especial no que se refere à eclesiologia.

Moção n.º 3

ORAÇÃO PELA UNIDADE

— Nós, os integrantes da Consulta Nacional sobre Evangelização, reunidos pela coordenação da CESE, em Itaici (Indaiatuba, São Paulo), de 15 a 20 de setembro de 1980, sob a inspiração do Espírito Santo, ao impacto da oração sacerdotal do Senhor que orou pela unidade da Igreja, sentimos, durante os dias de reunião, a presença de Deus, abençoando-nos e iluminando nossas mentes em plena unidade de trabalho e convivência fraterna, o que nos leva a propor às nossas Denominações orações e práticas visando um caminhar para a unidade em torno da pessoa de Jesus Cristo, Senhor comum da Igreja a que servimos.

Moção nº 4

INSTITUIÇÕES EVANGÉLICAS E EVANGELIZAÇÃO

As Igrejas Evangélicas desde que iniciaram o seu trabalho de evangelização no Brasil, têm fundado escolas, orfanatos, hospitais e outras instituições de caráter assistencial. Essas instituições cresceram ao lado do trabalho das Igrejas, e, algumas delas são muito conhecidas no Brasil e até no exterior. Muitos problemas, todavia, têm surgido por causa das mudanças sociais, econômicas, políticas e religiosas do País, de tal maneira que muitas dessas instituições deixaram de refletir o testemunho do Evangelho, principalmente as escolas de primeiro e segundo graus e as universidades, que hoje não passam de instrumentos que as classes dominantes usam para a preparação de elites que irão ocupar o poder em nossa sociedade.

Nós, representantes de Igrejas Evangélicas, reunidos na Consulta Nacional sobre Evangelização, lançamos um desafio a todas as Igrejas Evangélicas no sentido de convidarem-nas para fazer um estudo sobre o presente e o futuro delas mesmas, tendo em vista a tarefa da evangelização. As seguintes indagações são levantadas para este estudo:

1. Até que ponto estas instituições estão abrindo as portas para os menos favorecidos de nossa sociedade?
2. Até que ponto elas estão perpetuando o “status quo” injusto e desumano de nossas estruturas políticas e econômicas?
3. Até onde elas prejudicam a obra da evangelização, quando criam crises dentro das Igrejas e quando absorvem grande número de seus líderes?
4. Até que ponto essas instituições se tornaram tão secularizadas que perderam totalmente o caráter evangélico?
5. Como poderiam essas instituições educacionais e assistenciais prestar um serviço relevante ao povo brasileiro, sem trair a Missão da Igreja no Brasil?

Moção n.º 5

O PROBLEMA RACIAL NO BRASIL

Nós, representantes de Igrejas Evangélicas, reunidos nesta Consulta Nacional sobre Evangelização, denunciemos o Problema Racial no Brasil, aprovando a seguinte moção:

a) Considerando que a observação desapassionada em todos os níveis da nossa estrutura social, demonstra a falácia da ideologia da “democracia racial brasileira” e do “preconceito de não ter preconceito”, já que, historicamente, nosso País optou por sua europeização em detrimento das massas não europeias, maiormente africanas, de sua população;

b) Considerando que, em nosso País, a pirâmide social é uma pirâmide invertida de cor, que se torna tanto mais branca quanto mais caminha para o ápice; que, nas grandes cidades, da periferia para os bairros da moda, vai diminuindo a percentagem de moradores de cor; que nos empregos, quanto mais alto o “status” e maior o salário, tanto menor a presença dos pretos, que são relegados ao trabalho não qualificado e de baixa remuneração; que, no sistema educacional, especialmente no segundo grau e na universidade, a proporção de pretos na população escolar está muito longe de corresponder à sua presença na população em geral;

c) Considerando que as Igrejas Evangélicas crêem na unidade da humanidade em Cristo e na igualdade de todos os homens diante de Deus;

I) Propomos com humildade, caridade e firmeza, a toda a sociedade brasileira e aos cristãos, em particular, a consideração séria e urgente do problema do racismo antinegro, como um problema que afeta diariamente milhões de brasileiros descendentes de antepassados africanos, e que interessa à justiça, à paz social e à consciência cristã.

II) Subscrevemos como um caminho eficaz no combate a esse racismo institucional, implícito e intolerável, o seguinte programa:

“O problema do negro brasileiro é o da integração absoluta, completa do negro em toda a vida brasileira (política, social, religiosa, econômica, operária, militar, diplomática, etc. . .); o negro brasileiro deve ter toda formação e toda aceitação, em tudo e em toda parte, dadas as condições competentes (que devem ser favorecidas) físicas, técnicas, intelectuais, morais, exigidas para a igualdade perante a lei”.

III) Convocamos todos os setores da sociedade brasileira para o combate ao racismo antinegro, começando na linguagem, na atitude e comportamento individual, estendendo-se ao trabalho, ao lazer público, aos serviços, à moradia, ao convívio social, aos textos escolares e religiosos, aos meios de comunicação de massa, até a rejeição completa de toda a herança social e cultural racista.

IV) Apelamos aos Poderes Executivo, Legislativo e Judiciário para que garantam que, enquanto mesmo que o preconceito não esteja arrancado pelas raízes, se façam cumprir efetivamente e se ampliem as garantias legais que preservem os cidadãos negros de qualquer discriminação econômica, social ou política, e lhes assegurem plena igualdade de oportunidades em empregos, profissões e carreiras, na educação, nos serviços, no lazer e na moradia.

V) Finalmente, como Igrejas Evangélicas no Brasil, devemos reconhecer e confessar, como de fato o fazemos, que nossa própria história não está isenta do pecado do preconceito e discriminação racial, que é uma quebra flagrante do grande mandamento de amor ao próximo (Mc 12.28-34). Dependentes de tradições teológicas historicamente européias, produzidas dentro de sociedades e Igrejas comprometidas com o preconceito e a discriminação racial; e atuando numa sociedade cuja cultura dominante e cujas instituições estão marcadas pelo mesmo pecado; — não só na composição das comunidades locais e dos órgãos eclesiásticos e administrativos regionais e nacionais, as Igrejas Evangélicas reproduzem o mesmo tipo de relações raciais existentes na sociedade brasileira em geral entre brancos e pretos; mas também na sua pregação e no seu ensino há uma ausência evidente de preocupação com o problema e, mais do que isso, uma aceitação de valores comprometidos com uma visão de mundo, eurocêntrica e, conseqüentemente, racista em suas implicações.

Conselho Mundial de Igrejas

Conferência Mundial sobre Missão e Evangelização

Melbourne, Austrália
12 a 24 de maio, 80

VENHA O TEU REINO

Prezadas irmãs e irmãos em Cristo:

Nós — mais de quinhentos cristãos de muitas nações do mundo — nos reunimos em Melbourne, Austrália, de 12 a 24 de maio de 1980, na Conferência sobre Missões e Evangelização do Conselho Mundial de Igrejas. Viemos em nome de Jesus Cristo. A nossa atenção centrou-se na oração que Jesus nos ensinou: “Venha o teu Reino”. Esta oração nos perturba e nos consola, mas, ao mesmo tempo nos une.

Reunimo-nos sob a ameaça de uma catástrofe nuclear. Nosso mundo está profundamente ferido pelas opressões que os poderosos infligem aos fracos. Estas opressões atingem nossa vida econômica, política, racial, sexual e religiosa. Nosso mundo, tão vaidoso das conquistas humanas, está repleto de pessoas que sofrem fome, pobreza e injustiça. Muitos são rejeitados.

“Acaso não têm discernimento todos aqueles que praticam iniquidades, que devoram a meu povo como se comessem pão?” (Salmo 14.4)

Os pobres e os famintos clamam a Deus. Nossa oração **“Venha o Teu Reino”** deve ser proclamada em solidariedade ao clamor de milhões que vivem na pobreza e na injustiça. Muitos sofrem a dor dum tormento íntimo e silencioso: seus rostos revelam sofrimento. A Igreja não pode viver alheia a esses rostos, porque é neles que vê o rosto de Jesus (Mt 25).

Num mundo como este, o anúncio do Reino de Deus chega a todos. Chega até aos pobres e gera neles a capacidade de afirmarem sua dignidade humana, sua libertação e sua esperança. Para o opressor, chega como juízo justo e apela ao arrependimento. Para o indiferente, chega como um apelo a tomar consciência de sua responsabilidade. A Igreja mesma, frequentemente, não tem sido fiel a seu Senhor, retardando a vinda de seu Reino. Admitimos este pecado e a nossa necessidade de perdão e purificação.

O Deus Trino, revelado na pessoa e obra de Jesus Cristo, é o centro de todos os povos e de todas as coisas. Nosso Salvador, Jesus Cristo, nasceu num presépio “porque não havia lugar para ele na hospedaria” (Lc 2.7). Ele é o centro da vida, mas se dirige aos que estão à margem dela. Ele afirma seu senhorio renunciando a ele. Ele foi crucificado fora das portas (Hb 13.12). Nesta renúncia a seu poder, ele estabeleceu seu poder salvador. As Boas-novas do Reino devem ser apresentadas ao mundo pela Igreja, o corpo de Cristo, o sacramento do Reino, em todo tempo e lugar. É através do Espírito Santo que o Reino é conduzido a sua consumação final.

Muitos dos que sofrem injustiça estão à margem da vida nacional e comunitária. Enormes multidões sofrem opressão econômica e política. Frequentemente são pessoas que não escutaram o Evangelho de Jesus Cristo, mas Jesus Cristo chega até elas. Ele exerce seu poder de salvação na periferia. Nós, participantes desta Conferência sobre Missões e Evangelização, sentimos-nos desafiados pelo sofrimento dos pobres. Oramos para que possam ouvir o Evangelho e para que todos nós possamos ser dignos proclamadores dele por nossa palavra e nossa vida. Estamos sob o juízo e a esperança de Jesus Cristo. A oração **“Venha o Teu Reino”** nos aproxima de Jesus Cristo no mundo de hoje. Nós os convidamos a se unirem a nós, no compromisso com o Senhor, pela vinda de cujo Reino oramos.

Venha o Teu Reino, ó Senhor!

Boas-novas aos Pobres

OS POBRES, OS RICOS E A VINDA DO REINO

1. O Reino de Deus que foi inaugurado em Jesus Cristo, traz justiça, amor, paz, prazer e libertação das garras de principados e potestades, todas aquelas forças demoníacas que escravizam as instituições e as vidas humanas, infiltrando-se nelas até o mais íntimo do ser. O juízo de Deus é revelado num sentido diametralmente oposto às normas, valores e estruturas deste mundo. Na perspectiva do Reino, Deus tem preferência pelos pobres.

No começo de seu ministério, Jesus, com base na palavra dada ao profeta Isaías, anunciou: *"O Espírito do Senhor está sobre mim, pois Ele me consagrou para levar a Boa-nova aos pobres..."* (Lc 4.18). Este anúncio não era novo, porque Deus já tinha manifestado sua preferência pelos pobres através da história de Israel.

Quando Israel estava debaixo da escravidão no Egito, Deus enviou a Moisés para que ele levasse o povo à terra que lhes havia prometido e onde estabeleceriam uma sociedade segundo a revelação que Deus dera através de Moisés, sociedade essa na qual todos participariam por igual. Depois que entraram na terra prometida, Deus exigiu-lhes não esquecerem que uma vez tinham sido escravos; portanto deviam cuidar das viúvas, dos órfãos, dos estrangeiros, de seus devedores, filhos, servidores, e ainda, de seus animais (Dt 5.13-15; 15.1-18). Vez por outra os profetas tiveram que fazer lembrar a Israel, a necessidade de proteger os pobres e os oprimidos e de trabalhar pela justiça de Deus.

Em Jesus, Deus se identificou com os pobres e oprimidos, enviando seu filho a viver como um galileu, falando diretamente ao povo, prometendo abençoar aqueles que atendessem às necessidades dos famintos, dos sedentos, dos forasteiros, dos faltos de roupas, dos doentes e dos prisioneiros; e, finalmente sofreu ele a morte na cruz como um criminoso político.

A Boa-nova dada à Igreja é que a graça de Deus estava em Jesus Cristo que, “sendo rico se fez pobre por causa de vocês, para que, através de sua pobreza, vocês fossem enriquecidos” (2 Co 8.9).

2. A pobreza, segundo as Escrituras, é aflição, privação e opressão; mas pode também incluir abundante alegria e liberalidade transbordante (2 Co 8.1 ss). O Evangelho que foi transmitido à Igreja Cristã, deve compreender essa contínua preocupação de Deus pelos pobres, aos quais Jesus concedeu a bênção do Reino.

A opção de Jesus pelos pobres constitui um exemplo e um desafio para todos, e mostra como deve ser recebido o Reino de Deus. Os pobres são “abençoados” pelo seu anseio de justiça e sua esperança de libertação. Eles aceitam a promessa de que Deus veio para resgatá-los e assim descobrem e identificam, nessa promessa, as suas esperanças de libertação e de uma vida humana digna.

3. As Boas-novas aos ricos confirmam o que Jesus proclamou como Evangelho para os pobres, convocando os ricos a confiarem em Deus e na sua abundante misericórdia. É um chamado ao arrependimento que significa:

- renunciar à segurança adquirida na riqueza e nas posses materiais que são, de fato, idolatria;
- abandonar a possibilidade da exploração, característica demoníaca da riqueza; e
- converter-se, duma atitude de indiferença e inimizade para com os pobres, para uma posição de solidariedade com os oprimidos.

4. A vinda do Reino como esperança para os pobres é também o momento de juízo para os ricos. À luz deste juízo e desta esperança, todos os seres humanos aparentam terem-se tornado menos humanos. A simples qualificação das pessoas em ricos e pobres é já um sintoma desta desumanização. Os pobres que têm sido vítimas do pecado, são, ainda, mais degradados pelas privações. Os ricos tornam-se menos humanos em consequência do ato pecaminoso de empobrecerem os outros.

O juízo de Deus, chega, dessa maneira, como uma sentença a favor dos pobres. Este veredicto habilita os pobres a lutarem pela derrubada dos poderes que os oprimem, fato que libertará também os ricos da necessidade de dominação. Quando isto acontece, é possível, tanto para o rico como para o pobre, se tornarem mais humanos e capazes de responderem ao desafio do Reino.

Para os pobres, este desafio significa a profunda segurança de que Deus está com e por eles. Já para o rico significa um profundo arrependimento e renúncia.

A todos aqueles que anseiam por justiça e perdão, Jesus Cristo oferece o discipulado e exige deles o serviço; mas oferece isto na certeza de sua vitória e na capacidade de partilhar de sua vida ressurreta. Dado que o Reino, em sua plenitude, é somente o dom de Deus mesmo, qualquer conquista histórica do homem só poderá ser válida e efetiva se estiver próxima da meta última: a promessa de um novo céu e de uma nova terra na qual impere a justiça. Dessa forma, este Reino é um constante desafio e inspiração em todas as nossas lutas.

QUEM SÃO OS POBRES HOJE?

5. Nada é mais evidente do que o fato da pobreza no mundo de hoje. A maioria das nações são pobres em relação com uns poucos países que acumularam para si as riquezas e os recursos de toda a parte. E mesmo dentro das nações ricas há vastos contingentes de população paupérrimos em comparação com o resto de seus patrícios em melhores condições. Temos encontrado, porém, grande dificuldade em conseguir um consenso sobre quem são os que devem ser identificados como “os pobres” hoje. Parte de nossa dificuldade de responder à pergunta “Quem são os pobres, hoje?” deriva do fato de que, embora vivamos no mesmo mundo, procedemos de situações diversas e falamos de realidades diferentes, as quais, ainda que claramente relacionadas umas às outras, possuem características diferentes. Outra de nossas dificuldades tem origem no fato de que, embora sirvamos ao mesmo Senhor e partilhemos a mesma fé, lemos as Escrituras de diferentes maneiras e enfatizamos aspectos distintos de nossa compreensão do Reino de Deus. Temos discutido muito este problema e confiamos em que mais oração, mais estudo e um compromisso maior com a missão, vão unir-nos.

6. Tem-nos ajudado muito uma definição simples contida num dos trabalhos preparatórios, que diz: “Ser pobre é não ter, experimentar necessidade e deficiência . . . os pobres são ‘os pequenos’ (Mt 2.25), a massa insignificante que não tem poder nem voz e vive à mercê dos poderosos . . . A dinâmica da pobreza é tão intensa que os pobres e os oprimidos acabam aceitando a desumanidade e a humilhação de seu estado: em outras palavras, aceitam o ‘status quo’ como o curso normal da vida. Portanto, ser pobre significa um estado de coisas e uma atitude perante a vida, uma perspectiva e, ainda mais, uma visão do mundo”. (Canaan Banana, “Good News to the Poor” - Conferência de Melbourne, Austrália, Documento nº 1.04, pp.3s).

Embora algumas vezes sejamos tentados a contrastar a pobreza “mate

com a pobreza “espiritual”, temos constatado que esta não é a maneira correta para compreender a situação. A humanidade foi criada por Deus como “alma vivente”, e estamos convencidos de que a falta de comida, moradia e roupas produz angústia e miséria, enquanto que a falta de identidade, de amor e de realização podem tornar insuportáveis, até mesmo, as situações de maior riqueza e comodidade. O Evangelho do Reino está dirigido a toda a pessoa humana em todas as relações que a vida lhe impuser. Deus está trabalhando pela libertação da totalidade da vida humana e, certamente, pela redenção do mundo.

7. Não concordamos a respeito daquilo que deveríamos enfatizar, mas temos-nos servido de diversos critérios para identificar os pobres no mundo de hoje:

a) A pobreza nas necessidades da vida

Aqueles que têm sido privados da riqueza material e cultural. Em algumas situações, esta pobreza é resultado das deficiências do meio ambiente, da falta de uma tecnologia adequada e de modelos políticos e econômicos impostos do exterior. Em muitos casos, o necessário para viver tem sido objeto de expropriação por parte de outros. A injusta acumulação de riquezas e a discriminação são as raízes da situação da maioria dos pobres deste tipo.

b) A pobreza em meio da riqueza material

Aqueles que, embora possuidores de riquezas materiais e culturais não vivem em situação de bem-estar. Tanto nos estados capitalistas quanto nos socialistas, entre pessoas que têm o suficiente — e até mais do que o suficiente — para as necessidades vitais, manifestam-se um mal-estar, uma sensação de tédio e condutas autodestrutivas, que têm motivação social e individual. Nem todos estes pobres podem-se descrever como o resultado da riqueza e da exploração injusta. Algumas pessoas diriam que estes não deveriam ser considerados “pobres”, embora se encontrem numa situação de necessidade.

c) Pobreza voluntária

Aqueles que, tendo a possibilidade de possuir riquezas materiais, estão preparados para viverem uma vida de frugalidade ou de autonegação, a fim de fazerem uso responsável dessas mesmas riquezas. Para algumas pessoas, isto vai até uma atitude de solidariedade para se identificarem com os pobres a fim de lutarem contra a pobreza gerada pela injustiça.

8. Embora tenhamos identificado os pobres em diferentes contextos, partilhámos da convicção de que o que Deus deseja é que toda a humanidade disponha de suficiente riqueza material e cultural (as necessidades da vida), e goze de bem-estar pessoal e social. Sentimos que é isto o que Nosso Senhor quis dizer quando afirmou: “Eu vim para que tenham vida, e a tenham em abundância” (Jo 10.10). Eles devem ter vida e partilhar sua vida.

ESTÓRIAS DE POBRES

9. Soubemos de um camponês da Guatemala que, num estudo bíblico realizado em sua vila rural, interpretou Isaías (40.3-5) da seguinte maneira: "O Senhor já está perto. Ele vem, mas nem os pobres somos capazes de reconhecê-lo, pois estamos no fundo duma fossa: a fossa da fome, da exploração, da doença, da pobreza e da injustiça". Os ricos exploradores tampouco podem vê-lo, porque seus olhos estão cegos por suas montanhas de dinheiro, contas bancárias e negócios. Soubemos também que, em várias nações da África, algumas Igrejas independentes do Continente são Igrejas de pobres, as quais surgiram porque as pessoas preferiam adorar a Deus numa Igreja onde se sentissem como em suas casas.

10. Tomamos conhecimento de como foi possível para uma antiga Igreja, viver por séculos como uma Igreja de pobres, apesar de ser uma minoria perseguida e oprimida por um meio hostil. Esta Igreja tem procurado manter o espírito característico de Jesus, sem se desviar do caminho da Cruz. Sua resposta face à violência tem sido uma atitude de constante amor e de paz em Cristo. Estas pessoas acreditam que a missão de sua Igreja é tornar manifesto o Reino, e convocar a outros a fim de partilharem sua vida com os pobres.

11. Escutamos várias histórias da Europa e da América do Norte, que nos ilustram como, numa sociedade rica, na qual se oferece a todos ou a quase todos os seus cidadãos o necessário para viver, ainda há muitas pessoas em estado de carência, onde as condições humanas de solidão têm levado homens e mulheres ao alcoolismo; lugares onde a falta de amor tem induzido muitos a dependerem de drogas; onde as condições de desespero quanto ao rumo que toma a sociedade têm levado muitos jovens ao suicídio como única alternativa.

12. Temos ouvido, também, de várias experiências na Ásia, tão variadas quanto as das fábricas de Hong-Kong, das pequenas aldeias das Filipinas, dos populosos bairros de Bombaim e das frotas pesqueiras das costas da Índia, Sri Lanka e Japão; e de que maneira a decisão de algumas Igrejas — através da Conferência Cristã da Ásia — de estarem "com o povo nas suas lutas", tem resultado na formação de organizações populares que lutam de maneira concreta em favor da justiça e da dignidade humana, contra os patrões, os latifundiários, os corpos governamentais e as ramificadas multinacionais. Quando o povo se organiza tem muitas coisas a dizer e sua voz pode-se escutar claramente. Além do mais, os movimentos de renovação dentro do Islamismo e do Budismo, reinterpretaram a sua tradição a favor dos pobres e dos oprimidos na Ásia.

13. Temos sabido dos enormes padecimentos dos refugiados em todo o mundo. Nos últimos anos houve um grande aumento deles. Muitos se encon-

tram em acampamentos nos quais prevalecem doenças e condições infra-humanas as mais impressionantes. Muitos outros vivem em condições de marginalização tais como isolamento, solidão, carência de recursos e, ainda, sem qualquer nacionalidade. Muitas Igrejas estão conscientes desta situação e se uniram a outros grupos por meio de diversas formas de assistência e defesa legal.

14. Soubemos também das Comunidades Eclesiais de Base na América Latina, organizadas pela Igreja Católica Romana entre os pobres, tanto nas grandes cidades quanto nas zonas rurais. Tais grupos, dirigidos por catequistas leigos e padres, que decidiram viver entre os pobres, estudam a Bíblia juntos, partilham da Eucaristia, desenvolvem atividades em comum e fortalecem os membros das suas comunidades na luta contra a injustiça. Elas se tornaram verdadeiras Igrejas dos pobres. Assumiram uma atitude dinâmica dentro da Igreja, revitalizando o espírito de comunidade e de participação, convertendo-se num fermento de fé dentro de movimentos populares mais amplos.

15. Escandalizou-nos saber que, durante esta Conferência, houve novos ataques contra os trabalhadores e contra o pessoal da Missão Urbana e Industrial na República da Coreia, o que inclui um grande número de mulheres trabalhadoras, em sua luta contínua por melhores salários, condições de trabalho decentes, liberdade para se organizarem e falarem, e pela dignidade que Deus prometeu a todo ser humano. Neste caso, aqueles que estão na Igreja e escolheram ficar ao lado dos pobres em sua miséria e em suas lutas, têm sido objeto de oposição tanto por parte dos conservadores da Igreja quanto do governo; porém, quanto mais dura a perseguição, mais pessoas se unem a eles.

A IGREJA E OS POBRES

16. A Igreja de Jesus Cristo é chamada a pregar as Boas-novas aos pobres, assim como o Senhor o fez durante o seu ministério ao anunciar o Reino de Deus. As Igrejas não podem descuidar esta tarefa evangélica. A maior parte dos habitantes do mundo são pobres e esperam um testemunho do Evangelho que realmente seja para eles "Boa-nova". A Igreja de Jesus Cristo foi comissionada para fazer discípulos entre as nações a fim de que outros saibam que o Reino de Deus está próximo e que seus sinais e seus primeiros frutos podem ser vistos no mundo entre as Igrejas, assim como na própria vida. A missão que está consciente do Reino, se preocupará pela libertação, não pela opressão; pela justiça, e não pela exploração; pela plenitude, não pela privação; pela vida, não pela morte. Não importa como sejam identificados os pobres, esta missão é para eles.

17. Ao olhar as nossas Igrejas no mundo atual, descobrimos alguns lugares

nos quais uma nova era de evangelização já começou, em que os pobres estão proclamando a Boa-nova. Noutros lugares, as Igrejas compreenderam a situação dos pobres e começaram a dar testemunho que se traduz como Boas-novas. Alguns dos relatos precedentes mostram as possibilidades de um testemunho com e a favor dos pobres. As Comunidades de Base na América Latina, são Igrejas de pobres que se dispuseram, em sua pobreza e sua opressão, a partilhar a luta pela busca de uma sociedade mais justa e pelo fim da exploração. Algumas Igrejas locais e organizações eclesiais decidiram redistribuir sua riqueza em benefício do autodesenvolvimento dos mais pobres. Dirigentes de Igrejas e grupos denominacionais estão trabalhando em reuniões de negócios e em diretórios, desafiando assim as corporações multinacionais. Através de organizações ecumênicas como o Conselho Mundial de Igrejas, há Comunidades que se uniram na busca de uma nova ordem social, política e econômica, comprometendo-se a prestar seu apoio àquelas organizações, Igrejas e líderes nacionais que comungam essa visão.

18. Devemos confessar, entretanto, que conhecemos outros lugares onde as Igrejas são indiferentes à situação dos pobres ou — o que é ainda mais grave — estão aliadas com as forças que os empobreceram, enquanto desfrutam das riquezas acumuladas às custas deles. Através do mundo inteiro, em muitos países capitalistas, as Igrejas fazem parte do sistema, apoiando a manutenção de um “status quo” o qual explora, não apenas nações e a natureza, como também os pobres de seus próprios países. As Igrejas estão alienadas dos pobres por sua mentalidade de classe média. Enquanto Jesus, durante sua vida e seu ministério, identificou-se com os pobres, as Igrejas de hoje estão cheias de pessoas satisfeitas e condescendentes que não desejam olhar a Lázaro que está à sua porta. Em alguns países socialistas, embora se tenha alcançado uma certa situação de igualdade econômica, as Igrejas ainda não reconheceram a sua responsabilidade nesse tipo de pobreza que há nas pessoas. Nos países em desenvolvimento, onde a pobreza é o destino ineludível da esmagadora maioria dos povos, algumas Igrejas limitaram-se a tornar possível que um pequeno grupo de pobres se incorporasse à elite, sem trabalhar pela superação da injustiça. Temos ouvido, também, muitos relatos de como o trabalho missionário das Igrejas, tanto em ultramar quanto em seus próprios países, tem sido financiado pelos frutos da exploração, mantidos pela associação com forças opressoras, evitando unirem-se à luta dos pobres e dos oprimidos contra a injustiça. É preciso tomarmos consciência maior destes fracassos e destes pecados, arrependemo-nos genuinamente e descobriremos caminhos para a ação que signifiquem verdadeiramente Boas-novas para os pobres do mundo.

19. Queremos afirmar que a mensagem que as Igrejas proclamam não é somente aquilo que pregam, escrevem ou ensinam. Se quiserem pregar as Boas-novas, seu próprio estilo de vida e tudo o que façam — ou deixem de fazer — será também mensagem. Jesus Cristo, em seu ministério terreno, foi

conseqüente ao proclamar as Boas-novas por meio daquilo que falou, fez e foi. Se as Igrejas querem ser fiéis discípulos e membros vivos do Corpo de Cristo, deverão também ser conseqüentes naquilo que digam, façam ou sejam.

20. Queremos *recomendar* às Igrejas-membros do Conselho Mundial de Igrejas, o seguinte:

a) Tornarem-se Igrejas solidárias com as lutas dos pobres.

Os pobres já começaram a mudar a sua própria situação. O que se requer das Igrejas é um movimento missionário que apóie o que já se iniciou, centralizando sua ação para o estabelecimento de comunidades de pobres que evangelizem, dêem testemunho, descubram e vivam expressões de fé entre as massas de pobres e oprimidos. As Igrejas necessitarão abandonar a atitude benevolente, caritativa e de superioridade com que têm tratado os pobres; em muitos casos isto significará mudança radical na vida institucional do trabalho missionário. As Igrejas também deverão estar dispostas a escutar os pobres, a fim de que possam ler o Evangelho a partir dos pobres, como também aprender quanto às maneiras que têm contribuído para que eles estejam em tal condição. As opções para expressar esta solidariedade são diversas, mas cada um deve-se ajustar à situação dos pobres e respeitar sua liderança na tarefa evangélica e missionária. É o chamado à ação em apoio às lutas dos pobres contra a opressão. Embora, no mundo de hoje, isto signifique apoio além de limites nacionais e intercontinentais, as Igrejas não devem descurar as lutas dentro de suas próprias sociedades. É o chamado para que elas mesmas participem na luta. Libertar os outros da pobreza e da opressão, é também livrar-se do vínculo que enreda as Igrejas na trama da exploração internacional. Este é o apelo a se tornarem Igrejas dos pobres. Embora nem todos aceitem o chamado para se despojarem de suas riquezas, isto poderia ser eficaz na Igreja cristã, integrando-se ela voluntariamente na comunidade dos pobres da terra.

b) Unir-se à luta contra as forças da exploração e do empobrecimento.

A pobreza, a injustiça e a opressão não abandonarão voluntariamente seu controle sobre a vida dos pobres. Portanto, é necessário entrar na luta ativa contra estas forças que criaram e mantêm a presente situação. Isto incluirá as corporações multinacionais, os governos, as próprias Igrejas e suas organizações missionárias, lá onde estas tiverem contribuído para a exploração e o empobrecimento. Em número crescente, os que ambicionem a recompensa que Jesus prometeu aos perseguidos ou a coroa de glória dos mártires do mundo atual, hão de ser os que se unam à luta contra tais forças, colocando-se ao lado dos pobres.

c) Estabelecer uma nova relação com os pobres dentro das Igrejas. .

Muitos dos pobres pertencem às Igrejas, mas só uns poucos conseguem fazer-se ouvir ou exercer influência nelas. O Novo Testamento ensina às

Igrejas que elas não devem fazer discriminação de pessoas; muitas Igrejas, porém, atualmente têm construído estruturas baseadas em divisões de status, classe, sexo e raça, tanto dentro da própria irmandade quanto dentro de sua organização. As Igrejas devem estar atentas à presença e à voz dos pobres em sua própria vida. As estruturas missionárias e vitais da Igreja ainda necessitam ser substituídas por padrões de participação e serviço. Em muitos casos, isto significará uma missão mais ampla e unificada, que não perpetue o desgaste e confusão das divisões denominacionais. O estilo de vida do clérigo e da liderança leiga deverão ser modificados, de modo que possam aproximar-se dos pobres em vez de se preocuparem por acentuar as diferenças. As Igrejas que agora utilizam as mulheres e a juventude, deverão criar oportunidades para que eles possam participar na liderança e nas decisões.

d) Orar e trabalhar pelo Reino de Deus.

Quando as Igrejas enfatizam a sua própria vida, os seus olhos são desviados do Reino de Deus, que foi o coração da mensagem de Nosso Senhor e representa a esperança dos pobres. Orar pelo Reino concentrará a atenção da Igreja naquilo que Deus está procurando oferecer à criação inteira, incluindo a humanidade. Orar pelo Reino habilitará as Igrejas e seus membros a trabalharem com mais dedicação pelo seu desenvolvimento, a buscarem mais ansiosamente os sinais do Reino na história e a esperarem mais pacientemente pela consumação final.

SEÇÃO II

O Reino de Deus e as Lutas Humanas

AS LUTAS HUMANAS, AS IGREJAS E O REINO DE DEUS: AS MUITAS LUTAS E OS DIVERSOS LUGARES ONDE ACONTECEM

1. Durante a Conferência da Comissão Mundial sobre Missão e Evangelização, realizada em Melbourne, Austrália, com o tema "Venha o Teu Reino", ouvimos e refletimos sobre o testemunho das lutas humanas. Nas celebrações, nas palestras, nos plenários, nos grupos de oração intercessória e de estudo bíblico, escutamos as vozes de pessoas comprometidas nessas lutas. Valemos da experiência que foram para nós as visitas efetuadas num fim de semana às congregações de Igrejas da Austrália. Na Seção em que estudamos este tema, tivemos uma apresentação introdutória através de um painel no qual participaram representantes de cinco áreas diversas das lutas humanas, relacionados com os subtemas da nossa Seção. Escutamos informes sobre o que acontece nas situações locais, onde há pessoas preocupadas em encontrar pontos de contato e relacionamento entre o Reino de Deus e as contínuas lutas humanas.

Existem áreas nas quais as Igrejas estão confiantes num futuro imediato. Elas sentem que chegaram a um "KAİROS", um momento de Deus no tempo, no qual podem-se unir às lutas em prol de uma vida digna e significativa para todos os seres humanos. Noutros lugares, as Igrejas parecem encontrar-se perdidas em relação a qual deve ser seu testemunho específico, ou sentem que estão ameaçadas e sufocadas pelos poderes que se opõem ao Reino de Deus. Elas apresentam tentativas individuais e comunais de auto-conservação às custas dos outros, como também exemplos de objetivos limitados demais, propostos às sociedades, à humanidade e ao mundo em geral. Em todas estas situações, as Igrejas devem continuar evangelizando-se a si próprias, a fim de poderem atuar como instrumentos efetivos do Reino de Deus. No processo destas lutas, discernimos os gemidos da criação toda, que está como nas dores de parto. Também nós, que já temos o Espírito como antecipação do que vamos receber, sofremos profundamente esperando o momento de sermos adotados como filhos de Deus, pelo qual nossos corpos serão libertados (Rm 8.22,23).

A AMBIGÜIDADE DO PROCESSO CONTÍNUO DAS LUTAS

2. Os fatos que nos têm sido apresentados fazem necessário destacarmos a ambigüidade do que está acontecendo nas lutas. Portanto, a tarefa das Igrejas cristãs será a de discernirem, em cada lugar e em cada contexto, os diversos instrumentos — dentro e fora da Igreja — que Deus possa utilizar para seus propósitos. Ele serviu-se e serve-se de diversos meios culturais e históricos, como também, religiosos e ideológicos a serviço do seu Reino. É necessário que as Igrejas acordem para sua tarefa profética nas lutas humanas; dizer “SIM” àquilo que coincide com o Reino de Deus, segundo o que foi revelado à humanidade na vida de Jesus Cristo, e dizer “NÃO” a tudo aquilo que distorce a dignidade e a liberdade dos seres humanos e de tudo o que está vivo.

O APELO ÀS IGREJAS PARA VIVEREM EM MEIO ÀS LUTAS HUMANAS

3. É certo que existe uma tentação nas Igrejas, em suas lideranças estabelecidas e naqueles que nelas têm influência, de fugirem a uma confrontação com as lutas deste mundo, baseando-se no fato de que o Reino de Deus “não é deste mundo”. Não é deste mundo, mas “está próximo”, mais precisamente, uma confrontação de principados e potestades, tal como claramente tem sido revelado às Igrejas pela vida de Jesus Cristo. É nossa convicção de que as Igrejas estão sendo chamadas a retornarem e renovarem a esperança que têm em Jesus Cristo, a fim de poderem unir forças com todos aqueles que esperam, em vez de sucumbirem pela desesperança e passividade. A fim de poderem participar na salvação de Deus em Jesus Cristo pelo Espírito Santo, as Igrejas devem renovar sua vida em Deus, nas realidades sacramentais da palavra divina, na oração e na Eucaristia. Nesta dimensão de suas vidas, elas são chamadas a lembrarem e apresentarem a Deus as lutas deste mundo, intercedendo em favor dele.

4. Isto levará as Igrejas a estarem mais agudamente cientes da sua atual relação com as contínuas lutas da humanidade, e a examinarem suas relações estruturais e sua conformação ideológica com os principados e potestades deste mundo. Devem estar abertas à autocrítica e desejosas de entrarem em diálogo com pessoas de outras convicções, crenças e ideologias, a respeito do seu próprio compromisso em suas situações, tais quais são vistas por outras pessoas. Em aberto e sincero diálogo, as Igrejas poderão tomar consciência de qual é certamente seu testemunho, como pessoas às quais tem sido confiada a revelação em Jesus Cristo, e de que, onde for possível, unirão forças, em seu nome, com outras pessoas de boa vontade. No seu testemunho do Reino de Deus, em palavras e obras, as Igrejas devem atrever-se a estar presentes nos lugares sangrentos da humanidade, perto das vítimas do mal, mesmo arriscan-

do-se a serem confundidas com os maus. O Reino de Deus real aparece na terra como o Reino do Jesus crucificado, o qual deixa seus discípulos junto dele ao pé da cruz. Sem perder de vista a esperança última do Reino de Deus, e sem renunciar a sua atitude crítica, as Igrejas devem ser ousadas e estar presentes nas lutas humanas que procurem soluções penúltimas, dando as boas-vindas a todo sinal animador de desenvolvimento.

5. A tarefa específica das Igrejas é dar a conhecer a revelação final de Deus em Jesus Cristo, com a ajuda do Espírito Santo, estabelecer sinais de tal modo que tornem visível o Reino de Deus, e oferecer nova esperança a todos aqueles que anseiam por um mundo mais humano. Entre muitos jovens em particular se dá a busca de um possível elemento de reconciliação no mundo de hoje. Como Cristo não veio a um grupo, mas a toda a humanidade, as Igrejas devem responder a esta apaixonante tarefa de serem um instrumento de reconciliação no meio das lutas humanas, o que significará ter que assumir posições bem específicas nas lutas e nos conflitos. Sobretudo, as Igrejas têm o privilégio de ser capazes de testificar o fato de que há uma esperança comum para toda a humanidade e para toda a criação — na vida e na morte — que é a ressurreição e a ascensão do Filho de Deus, e que a vinda do seu Reino está ligada à conversão da humanidade a Cristo, como Senhor desse Reino.

AS LUTAS HUMANAS CONCRETAS DESAFIANDO AS IGREJAS

6. Nas cinco subseções, as áreas em que nos temos concentrado e as formas pelas quais temos encarado os problemas correspondentes, variam muito; porém, para não deixarmos de ser concretos nas nossas reflexões e sugestões, apresentamos cada área de preocupação sob seu próprio título.

O Reino de Deus e as lutas do povo nos países que buscam libertação e autodeterminação

7. Como Igrejas e como cristãos individualmente, achamo-nos comprometidos nas lutas do povo pela libertação e pela autodeterminação em nossos próprios países. Isto significa que nós e as Igrejas às quais pertencemos, devemos despertar quanto ao papel que nos cabe desempenhar nessas lutas e estar prontos a buscar a presença de Deus naquilo que está acontecendo, mesmo que isso possa surpreender-nos.

O evangelho libertador na vida das Igrejas

8. Sempre é necessário que as Igrejas voltem à compreensão ampla do Evangelho, como proclamação de uma mensagem ao mundo, e também a proclamação de um modo de viver. As Igrejas são fiéis a sua tarefa missionária comum de levar o Evangelho ao mundo, quando deixam que este mundo desafie seu próprio estilo de vida e as estruturas que o manifestam. Reconhecemos que alguns cristãos sentem que não se podem identificar com as suas Igrejas, ou com suas congregações como sinais do Reino, já que elas, ou suas lideranças organizadas, não estão dispostas a se evangelizarem a si próprias. Quando tais pessoas sentem a necessidade de se identificarem com grupos fora da Igreja para serem sinais do Reino, é muito importante que as Igrejas voltem a reativar seus próprios recursos espirituais e cuidem dos que se uniram a outras pessoas de boa vontade. Estamos cientes de que há cristãos que desanimam da possibilidade de evangelizar suas próprias Igrejas locais, a fim de que respondam ao Evangelho que lhes tem sido confiado. Um provérbio de Ghana diz: "É impossível acordar a quem quer ficar dormindo".

9. Acreditamos que muitas vezes as Igrejas têm apoiado a ordem estabelecida a fim de preservarem sua identidade tradicional, deixando dessa forma de ser autênticos sinais do Reino de Deus. Em muitos países, as lutas de libertação e pela autodeterminação tiveram lugar fora da Igreja e, mais ainda, apesar dela. Num mundo em mudança, uma Igreja que não responde às mudanças constituiu-se numa anomalia. Uma Igreja que vive uma situação de injustiça e não é capaz de descobrir, à luz do Evangelho que lhe foi confiado, as injustiças dentro da sua própria comunidade, deixou de ser um autêntico sinal do Reino de Deus. Em muitos lugares, as Igrejas têm que descobrir novamente e mais profundamente, o que significa o Evangelho em palavras e ações, em meio às lutas humanas, como também qual é o papel da Igreja e o que é que significa ser fiel ao Evangelho numa situação concreta.

10. Também em alguns países, onde se conquistou a independência ou se produziu uma revolução libertadora, as Igrejas não se podem abstrair da urgente tarefa de reconstrução que tais sociedades devem enfrentar. Os cristãos são chamados a participar ativamente no processo de construção da nova sociedade. As Igrejas, porém, cientes da dimensão escatológica do Reino que proclamam, devem fugir à tentação de desenvolver uma relação a-crítica com os governos dos seus países. Uma Igreja que chega a ser parte da ordem estabelecida numa sociedade fixa, é uma anomalia. As lideranças das Igrejas, particularmente, devem estar constantemente atentas às advertências do próprio Jesus, a respeito da tentação de usarem a autoridade indiscriminadamente.

O papel das Igrejas na contínua busca da identidade cultural

11. A Conferência anterior da Comissão Mundial de Missão e Evangelização, realizada em Bangcoque, apelou às Igrejas a formularem sua própria resposta ao chamado de Deus; isto é: liturgia, estilos de compromisso e formas comunitárias que estão enraizadas nas suas próprias culturas. Embora isto signifique uma verdadeira participação dialógica nas lutas locais pela libertação e a autodeterminação, muitas Igrejas ainda estão sufocadas por formas e estruturas, herdadas de outros países, razão pela qual não são livres para produzirem sinais do Reino de Deus apropriados a seu contexto cultural. A Bíblia, como o cânon da proclamação das Igrejas, deve ser lida e levada à prática pelo povo à luz das suas lutas locais. As Igrejas devem conviver com as tensões existentes entre o Evangelho e suas culturas locais. Existe o risco do sincretismo para todas as Igrejas em relação a seus contextos, mas isso não deve impedi-las de lidar com a necessidade de relacionar as culturas locais com o Reino de Deus.

A posição profética das Igrejas do Terceiro Mundo

12. As Igrejas e as nações do Terceiro Mundo, devem frequentemente responder a perguntas sobre seu alinhamento, seja com o Leste, seja com o Oeste. Tais perguntas são mal dirigidas. O que devem compreender e respeitar, é que a opção primeira nesses países, enquanto procuram dar testemunho do Evangelho, é pelos pobres e os oprimidos e não por uma ideologia política. A posição adotada pela Igreja Católica em Puebla, no México, de “uma opção preferencial pelos pobres” é um claro exemplo desta afirmação. Na Nicarágua, a participação dos cristãos na Revolução e na Reconstrução Nacional, levou os marxistas a reformulare o seu conceito e as suas relações para com os cristãos e sua fé. Se uma Igreja ou seus membros chegarem a escolher o marxismo, ou qualquer outra ideologia como instrumento de análise da situação social, política ou econômica nas quais se encontrarem, será necessário evitar cuidadosamente o risco de serem sutilmente utilizados por tais ideologias, a fim de não caírem no mesmo artilho em que já caíram muitas Igrejas, com relação à ideologia implícita no capitalismo, perdendo assim sua fidelidade ao Evangelho e sua credibilidade.

O Conselho Mundial de Igrejas tem expressado de muitas maneiras sua solidariedade com as lutas de libertação, convertendo-se dessa forma, num sinal do Reino de Deus para muitas pessoas. Estes sinais têm sustentado essas pessoas na luta e, em virtude disso, as Igrejas não perderam a credibilidade entre elas. Isto deveria levar muitas Igrejas a dar a tais pessoas um apoio mais categórico.

O Reino de Deus e as lutas pelos direitos humanos

13. Na oração que Nosso Senhor ensinou a sua Igreja, somos animados a orar — solidários com todos os povos — pela vinda do Reinado Soberano de Deus, e para que a vontade de Deus se faça na terra como no céu. À luz disto, percebemos que as estruturas das nossas sociedades — sejam religiosas, políticas ou econômicas — se têm convertido em obstáculos, ou têm reprimido ativamente, ou até evitado o avanço de homens e mulheres para uma vida plena, negando-lhes, conseqüentemente, o direito à dignidade e ao crescimento oferecido por Deus. A Igreja universal é, em si mesma, um sinal do Reino de Deus, já que ela é o corpo de Cristo no mundo. Ela é chamada a ser um instrumento do Reino de Deus, continuando a missão de Cristo no mundo, na luta pelo crescimento de todos os seres humanos, até à conquista de uma vida plena. Isto significa proclamar o juízo de Deus sobre toda autoridade, poder ou força, que, aberta ou encobertamente, negue ao povo a totalidade dos seus direitos.

Áreas nas quais os direitos humanos são violados

Estruturas econômicas injustas

14. O Reino de Deus nos traz SHALOM — paz com justiça. Qualquer sistema sócio-econômico que negue aos cidadãos de uma sociedade suas necessidades básicas, é injusto e contrário ao Reino de Deus. As Igrejas devem exercer o dom profético de avaliar a eficiência dos vários sistemas sócio-econômicos vigentes no mundo e de estar a favor de modelos experimentais de uma nova ordem econômica internacional, à luz da evidência do Evangelho. As Igrejas são chamadas a se colocarem ao lado dos povos do Terceiro Mundo que sofrem por obra dos sistemas repressivos os quais sustêm o nível de vida das sociedades ricas e daqueles que são forçados a atuar dentro de padrões econômicos estranhos.

Os povos sem voz

15. As Igrejas têm responsabilidade de analisar, em profundidade, as diversas formas de desumanidade e injustiça, e de perceber que há povos que estão em condições mais desesperadas do que outros. Isto significa responder não apenas ao clamor de ajuda mais ampla e mais notória, como também de buscar aqueles que estão mais esmagadoramente oprimidos e silenciados para converter-se em seus advogados e animadores. Frequentemente, os sistemas políticos e econômicos mais repressivos, nem são percebidos como tais pelos que vivem sob seu domínio, porque não têm acesso a outros sistemas de valores e opções de estilo de vida. Se conseguem compreender a sua situação não lhes é permitido expressar a opressão e condição, porque não há livre intercâmbio com pessoas de outros sistemas. Em algumas sociedades

repressivas, os cidadãos estão impedidos de expor e compartilhar a sua dor, através de ameaças e represálias dirigidas não somente contra esses opositores, como também contra as pessoas que se possam identificar com eles.

Escalada militarista e
as doutrinas de segurança nacional

16. A corrida armamentista e a escalada na capacidade nuclear, o fracasso das conversações de paz e o forte militarismo de muitos governos nacionais, ameaçam a paz mundial e violam os direitos humanos (como claramente se demonstrou no documento do Comitê Executivo do Conselho Mundial de Igrejas, intitulado "ameaças à paz", fevereiro de 1980). Esta situação chama as Igrejas a alertarem todos os atingidos para observarem os preparativos para a guerra e as violações dos direitos humanos que são feitas em nome da Segurança Nacional, como contra-sinais do Reino de Deus. É tarefa das Igrejas exortar a todos os governos a que assegurem, em nome da dignidade humana, a liberdade de discordar por motivos de consciência.

Fazemos apelo para que cessem investigação, provas e produção de armas nucleares. As Igrejas devem estimular a adoção unilateral dos primeiros passos em tal sentido. Propomos também a imediata destruição das armas atômicas já existentes. Sugerimos, ainda mais, às Igrejas a apoiarem todos os esforços destinados a estabelecer um adiamento no desenvolvimento, uso e exportação de força nuclear, até existirem claras possibilidades de adotar garantias internacionais contra o perigoso uso da energia nuclear e seus direitos. Urge, também, a luta contra a exportação e tráfico de armas convencionais que, tantas vezes fomentam guerras internas.

Violações grosseiras
dos direitos soberanos de outras nações

17. Em anos recentes, muitos países têm utilizado sua capacidade militar para intervir nos assuntos internos de outras nações. Tem-se tirado das nações o direito a determinarem seu próprio futuro, infligindo maior sofrimento ao povo. O resultado disto, é uma nova escalada crítica nas tensões mundiais. Como cristãos individualmente e como Igrejas responsáveis pelo trabalho em nossas sociedades, somos chamados a lutar para que nossos governos respeitem e sustentem a liberdade dos povos e das nações, evitando a intervenção militar ou econômica para impor soberania sobre elas.

Situações onde os direitos humanos são violados
com base na falsa pretensão de assegurá-los

18. Em muitas situações, Igrejas, assim como pessoas em geral, se defrontam com falsas pretensões de garantir os direitos humanos. Grupos de cristãos que trabalham a favor dos direitos humanos, da democracia e da liberdade, têm sido presos, juntamente com outros com quem trabalham, com base numa série de acusações sem sentido.

O "Estado de Emergência" faz da violência e do terror o principal sustentáculo governamental de muitas Juntas Militares. Movimentos populares são eliminados e toda dissidência é silenciada. Revelações de prisões massiças, descoberta de cemitérios clandestinos, pobreza e desnutrição, demonstram que a adoção do "Estado de Emergência" não é dirigida a proteger os pobres nem os fracos.

De maneira semelhante, a opinião política nativa tem sido impiedosamente suprimida quando pode ser utilizada na promoção da ideologia estabelecida do desenvolvimento autônomo. Há países nos quais as Igrejas, com os demais cidadãos, são confrontadas pelo fato de que o governo local se autoproclama "pró-cristão" e "democrático", embora mantenha um sistema através do qual as pessoas são encarceradas ou até assassinadas, por tentarem organizar-se para resolver seus problemas comuns. O recente martírio do Arcebispo Romero, entre muitos outros, simboliza o papel do servo sofredor que algumas Igrejas deverão assumir nessa luta.

Muitas leis sobre liberdade religiosa têm sido aprovadas na presente geração, com o pretexto de que as mesmas garantiriam uma sociedade religiosamente pluralista, enquanto que, na realidade, demonstraram ser uma importante força de opressão não apenas para as Igrejas, como também para outras comunidades religiosas. Às vezes, a liberdade religiosa e política é violada sob o pretexto de que um sistema político libertador tem que ser mantido em benefício do povo.

Evangelização e missão na luta pelos direitos humanos

19. Quando as Igrejas e seus membros são envolvidos nas lutas a favor dos direitos humanos, o fazem porque viram em Jesus Cristo, como Senhor do Reino de Deus, uma radical contraposição às tentativas de privar homens e mulheres de seus direitos. Igrejas e cristãos são chamados a participarem de tais lutas, como aqueles que testemunham obedientemente o caráter particular dos apelos do Evangelho ao amor pelo inimigo, ao perdão e à reconciliação. A evangelização é parte da missão local da Igreja na vida social, política e econômica das sociedades humanas. Por isso, a participação nas lutas pelos direitos humanos é, em si mesma, um elemento central na missão total da Igreja, de proclamar, através da palavra e da ação, o Cristo Crucificado e ressuscitado.

Nas lutas pelos valores do Reino, as Igrejas cristãs devem confrontar os aspectos malignos das companhias multinacionais que, talvez, sejam hoje as mais poderosas agências do Anti-reino de Mammom.

As Igrejas, representando o corpo de Cristo nos seus contextos, devem também estruturar-se de maneira tal que todos possam ser colaboradores de Deus e ter voz no processo de tomada de decisões.

As Igrejas devem, também, expressar-se profeticamente em relação aos direitos humanos; mas devem também estar preparadas para serem um povo ao pé da Cruz no seu milênio, testemunhando sofredora e silenciosamente da sua esperança.

Nas Igrejas, não são indivíduos os que estão lutando, senão que é Cristo trabalhando através deles, e são estes pequenos acontecimentos de nossa vida cotidiana os que hão de produzir as mais amplas mudanças em direção ao Reino de Deus.

As Igrejas têm que dar destaque a estes pequenos fatos na luta pelos direitos humanos, como sinais do Reino, e oferecê-los como uma esperança para o mundo.

O Reino de Deus nos contextos do notável ressurgimento das religiões institucionais

O panorama multiforme das lutas religiosas

20. No meio das lutas humanas atuais, não é menos importante o que se observa no renascimento de religiões tais como o Hinduísmo, o Budismo, o Islamismo entre outras. A questão religiosa mexe no mais profundo da consciência humana, como também em todas as realidades da vida diária na luta dos seres humanos em busca da plenitude. Como um aspecto geral do presente reavivamento religioso, notamos a urgência em reafirmar os valores tradicionais, a busca de identidade, os esforços por encontrar uma saída para a complexidade da vida moderna, e, não poucas vezes, uma procura de novas experiências religiosas e um afã missionário em partilhar as próprias convicções.

O caráter de tais lutas em situações específicas varia enormemente. Isto é certo, não apenas quanto às diferentes comunidades religiosas, como também dentro de uma em particular. Há diferenças entre as áreas geográficas; mas também dentro de uma área geográfica particular há atitudes divergentes assumidas pelos seguidores da mesma religião.

Os elementos positivos e negativos das religiões e os reavivamentos religiosos

21. À questão de se Deus está presente no renascimento das religiões não se pode responder com um simples sim ou não. Nas diversas religiões e nos seus reavivamentos há elementos positivos e negativos; e até mesmo tal ambigüidade assume caráter diferente de uma situação para outra. Quando uma religião, ou o seu reavivamento, destaca a dignidade, os direitos e a justiça social, trazendo libertação e paz para todos, então pode-se ver a Deus atuando nela. Quando um povo busca a Deus e chega a tocá-lo e a encontrá-lo, de fato Deus não está longe de cada um deles (At 17.27). As Igrejas, sem dúvida, não devem esquecer que, quando este critério é aplicado à história e à sua vida atual, surgem as mesmas ambigüidades.

Uma atitude humilde e aberta para com os povos de outros credos

22. A atitude das Igrejas para com os contínuos reavivamentos ou reafirmações das religiões institucionais, deverá variar de acordo com a situação específica. Em alguns países a situação das Igrejas se tornou extremamente difícil, de modo especial quando o reavivamento produziu atritos nas liberdades civis, inclusive, em alguns casos, na liberdade de religião. A oração da Igreja mundial deve ser de intercessão, a fim de que os cristãos em tais situações possam encontrar forças no Espírito Santo e dar testemunho do Reino de Deus com humildade e paciência, de maneira que a opressão seja enfrentada com amor e assim Deus possa utilizar seus sofrimentos na renovação de sua fé.

Expressamos a nossa solidariedade para com eles, assim como também com todos os oprimidos. Em todas as situações de conflitos religiosos, as Igrejas são chamadas a ajudarem seus membros individualmente a reexaminarem sua lealdade básica e a melhorarem sua compreensão para com o próximo de outras confissões. Em todos os casos, as Igrejas devem procurar pontos de encontro nos seus contextos para o diálogo e a cooperação com essas pessoas. O critério acima mencionado, como também a herança cultural comum e o compromisso em prol da unidade nacional e o desenvolvimento, deveriam ser os pontos de partida para um mútuo testemunho no diálogo. Isto pressupõe uma mentalidade de abertura, respeito e veracidade entre as Igrejas e entre seus membros, para com os de outros credos, mas também pressupõe coragem para dar conta da esperança que temos em Jesus Cristo como Senhor.

23. Como tem sido assinalado em "Princípios para o Diálogo", recebido pelo Comitê Central do Conselho Mundial de Igrejas (Jamaica, 1979), uma aproximação de diálogo com crentes de outras confissões e convicções, não contra-

diz a missão. Nossa missão de testemunhas de Jesus Cristo jamais poderá ser recusada. A proclamação do Evangelho à totalidade do mundo permanece como uma constante obrigação para todos os cristãos, e deve ser cumprida no Espírito Santo de Nosso Senhor e não com o espírito agressivo das Cruzadas. "Portai-vos com sabedoria para com os que são de fora; aproveitai as oportunidades. A vossa palavra seja sempre agradável, temperada com sal para saberdes como deveis responder a cada um" (Cl 4.5,6).

O Reino de Deus no contexto de países com economias centralmente planificadas

24. A freqüente inconsistência das Igrejas, as contradições de sua própria vida, o seu constante distanciamento dos pobres, a sua convivência com o poder – todos estes fatores têm minado a credibilidade da fé cristã entre muitos daqueles que se comprometeram a lutar por um novo mundo. Isto impõe como urgente para as Igrejas equiparem seus membros de maneira tal que possam construir uma comunidade melhor, onde homens e mulheres vivam juntos em igualdade, justiça e participação dos dons de Deus.

A mensagem do Reino no contexto de países com economias centralmente planificadas

25. Os sinais do Reino de Deus necessitam ser discernidos e proclamados dentro de cada sociedade. O ensino profético do Antigo Testamento sublinha a convicção de que a justiça, a fé e o anseio pelo Reino de Deus, estão entretecidos e se condicionam uns aos outros. As visões escatológicas do Novo Testamento, a vida e os ensinamentos do próprio Jesus, mostram que o Reino de Deus está relacionado com a construção de uma sociedade que busca oportunidades iguais para todos. Em países com economias planificadas centradas, a pregação e o testemunho do Reino devem ajudar as pessoas a redescobrirem a Jesus como libertador dos seres humanos de todas as forças que os oprimem, alienam e ameaçam, tanto nas velhas como nas novas estruturas.

A participação na construção e melhoramento das sociedades com economias centralmente planificadas

26. A nível prático, a fé no testemunho do Reino de Deus, não se esgota em particular na construção e melhoramento das sociedades com economia planificada centralmente. Certas linhas de ação cristã surgem, não tanto da necessidade de estratégias políticas, senão do desejo de sermos obedientes à vontade de Deus. Um verdadeiro estilo cristão de vida deve ser redefinido

hoje, superando qualquer identificação da fé cristã com qualquer busca ideológica de normas morais. A primazia da caridade, da reconciliação, do amor ao inimigo, do perdão e da visão escatológica da história, são todos aspectos da fé cristã que estão para além de uma participação meramente passiva na edificação de uma nova e melhor sociedade.

Luta dentro da luta

27. O fato do testemunhar o Reino de Deus na construção de uma nova sociedade, significa envolver-se numa luta dentro das lutas, "porque a nossa luta não é contra o sangue e a carne" (Ef 6.12). As Igrejas não podem desprezar o fato de que, se a mensagem do Reino de Deus gera a fé, provoca também oposição, pelo que teriam de enfrentar problemas reais. Elas devem estar, porém, cientes do fato de que Deus, através do surgimento de algumas formas novas de sociedade, iniciou uma nova página de sua própria história para a humanidade. Na presença de algumas destas novas formas de sociedade, Deus convoca as Igrejas a uma nova obediência, a um novo louvor, a uma nova oração e à renovação de suas próprias formas de serviço a seus semelhantes.

28. A experiência de viver realmente, tanto nas sociedades de economia livre ou planificada centradamente, abriu um amplo campo de possibilidades para muitos cristãos, individualmente, ou para as Igrejas, como por exemplo: falar contra a afirmação do poderio militar nas relações internacionais; apoiar um reordenamento abrangente das prioridades econômicas; sustentar a moralidade da estrutura social e das relações interpessoais; desafiar os valores do consumismo e da auto-indulgência que possam desenvolver-se em qualquer sociedade. Na própria fé em Jesus Cristo e no testemunhar a vinda do Reino de Deus, eles encontram um meio envolvente e libertador para a interpretação da contínua luta na sua integridade e totalidade.

O Reino de Deus nas lutas dos países dominados pelo consumismo e pelo crescimento de grandes cidades

As Igrejas como parte das sociedades de consumo

29. A sociedade de orientação capitalista cria um constante desafio às Igrejas no seu testemunhar do Reino de Deus. Coloca na frente falsas metas de vida, explorando a voracidade das pessoas. Os cristãos que vivem em tais sociedades estão tentados a adquirir mais e mais riquezas e a superconsumir. As pessoas raramente percebem as forças e os poderes que atuam por trás das técnicas de propaganda. Em tais sociedades há muitos — e alguns são maioria — que estão livres da luta pela sobrevivência.

Eles tem fácil acesso a todas as coisas boas e ainda, e até, às luxuosas. Tais pessoas pertencem ao círculo íntimo do sistema. Outras são exploradas, privadas das suas necessidades e de seus recursos básicos, e pertencem, portanto, ao círculo exterior do mesmo sistema.

Aqueles que se acham livres de necessidades materiais, freqüentemente se encontram envolvidos em novas formas de escravidão. A quantidade de coisas torna-se mais importante do que a qualidade de vida, e a satisfação pessoal substitui a preocupação pelos outros. A procura de uma segurança legítima é mal usada, provoca temor e leva à superprodução de armamentos a fim de defender o controle dos recursos mundiais.

A intensa concentração de poder econômico atrai as pessoas aos centros industrializados, onde se alteram muitos dos modelos tradicionais de vida familiar e comunitária. Como o crescimento das grandes cidades não fornece benefícios iguais para todos, acentuam-se as diferenças entre ricos e pobres.

O Evangelho como um convite a mudar estilos de vida

30. As Igrejas, como instituições, geralmente refletem os valores da sociedade de consumo à qual pertencem. Nesta situação o Reino de Deus se converte num desafio à credibilidade das Igrejas. O Cristo crucificado e resuscitado é o Juiz dos estilos de vida superficiais e convida as Igrejas a se arrependerem e a uma nova vida. Em muitas situações de hoje, estilos de vida revistos serão mais autêntica e menos ambígua maneira de proclamar e viver o Evangelho. Isto significará formar e apoiar grupos dentro da Igreja que experimentem novas formas de comunidade cristã e de relações familiares; ainda mais, significará participar nas mudanças daquelas estruturas que provocam desequilíbrios no mundo de hoje. Tendo em vista que os que se consagraram ao Reino de Deus se tornaram minoria dentro da sociedade secular e faustosa, esta tarefa pode parecer muito difícil. Sem dúvida, para todos aqueles que esperam o Reino de Deus, há um apelo para serem fermento na massa, sal da terra e sinal do Reino que vem.

O testemunho do Reino de Deus em ação pelas mudanças

31. Quando os cristãos convertem ou mudam os modelos e estruturas de vida nas sociedades de consumo, seu testemunho do Reino de Deus pode ser levado a sério.

Isto também pode-se aplicar em relação aos missionários que são enviados de sociedades desenvolvidas a países em desenvolvimento.

As Igrejas são chamadas a conscientizarem seus membros quanto à inter-relação do mundo inteiro, a respeito da injustiça, da exploração e da desumanização que provoca a voracidade pelo lucro e pelo consumo, a proporcionarem informação e análise sobre as consequências do egoísmo para a própria sociedade de consumo e, o que é pior, para com outras sociedades. Um testemunho em ação significará comprometer-se nas lutas daqueles que estão no círculo exterior: minorias raciais, étnicas e religiosas, mulheres inferiorizadas, necessitados de asilo político, etc . . .

As Igrejas deverão promover ação e reflexão para utilizarem ao máximo os diversos dons que façam possível seu envolvimento nos assuntos da sociedade, incluindo um controle mais responsável sobre as concentrações de poder que afetam a vida das pessoas, tais como as corporações multinacionais. Especial atendimento deve-se dar à defesa de uma informação livre e honesta através dos meios massivos de comunicação, os quais, em muitos países, estão cada vez mais dominados por pessoas interessadas em distorcerem as notícias para consolidarem seu poder. Os cristãos deveriam estar à frente das tentativas de criar uma nova ordem econômica, e envolvidos em programas nacionais e internacionais por uma sociedade mais justa, participatória e ecologicamente viável. Neste contexto, toda a questão ecológica é particularmente relevante.

As Igrejas devem estimular a cooperação com grupos alheios a elas, que mostrem sinais do Reino de Deus, agindo a favor dos que estão marginalizados pela sociedade de consumo. As Igrejas devem animar-se a testemunharem o fato de que o declínio que se manifesta na economia das sociedades de consumo, não é, necessariamente, algo negativo, senão que pode abrir novos caminhos de vida mais conformes com a visão do Reino de Deus.

CONCLUSÕES

32. O trabalho desta Seção II sobre o Reino de Deus e as lutas humanas, reitera o que se disse na anterior Conferência de Bangcoque e provoca em nós e nas nossas Igrejas uma necessidade ainda mais urgente: Que devemos comprometer-nos plenamente com as constantes lutas humanas e devemos assumir uma consciência mais clara do fato de que o Evangelho do Reino de Deus que vem, está relacionado com as lutas deste mundo.

Também sentimos a necessidade de expressar arrependimento pela nossa incapacidade para sermos mais específicos em casos particulares. Isto reflete, tanto a penosa situação na qual tanta gente se encontra, como o que sentimos para com aqueles aos quais não temos podido ajudar especificamente por ser perigoso para eles. As Igrejas têm a tarefa profética de discernir, nestas lutas e nas ambigüidades que apresentam, onde estão atuando as forças do Reino e onde

estão sendo estabelecidos os elementos que se opõem a ele. A Igreja deve despertar para um novo exercício do seu papel profético e pedir para si os dons do Espírito Santo, a fim de criar sinais efetivos do Reino de Deus.

Há necessidade de que as Igrejas mudem as próprias atitudes e estilos de vida, deixando-se renovar pelo Evangelho que lhes foi confiado e possam servir à humanidade com uma interpretação verdadeira daquilo que está acontecendo em meio às muitas lutas, apontando para Jesus Cristo como aquele no qual Deus decidiu reunir todas as coisas.

As Igrejas têm uma mensagem que dá sentido às lutas e que possibilita a reconciliação no meio delas. Devem explicar essa mensagem com clareza, visto que há muitos que estão desanimados e sofrem o mal nas muitas lutas humanas que se estão desenvolvendo nos lugares onde vivem.

A Igreja e seu Testemunho do Reino

INTRODUÇÃO

1. Este título é uma afirmação que nos desafia, mas é também maravilhosa realidade. Desafia-nos porque nos obriga a examinar nossa experiência pessoal de Igreja, e a confessar quão frequentemente a vida prática de nossa Igreja ocultou, em vez de declarar, a soberania de Deus, o Pai, que Jesus Cristo nos deu a conhecer. Há, porém, aqui uma realidade. A totalidade da Igreja de Deus, em todo tempo e lugar, é um sacramento do Reino que chegou na pessoa de Jesus e chegará em plenitude quando ele retornar em glória.

2. A vida e testemunho de nossas Igrejas atuais são muito diversos e não somos chamados a julgar seus valores perante Deus. Só podemos olhar alguns aspectos dessa vida e desse testemunho a fim de determinarmos como é que a Igreja poderia representar mais efetivamente as marcas do Cristo mesmo e ser um sinal do Reino.

A proclamação da palavra de Deus é um desses testemunhos, distinto e indispensável. A história de Deus em Cristo é o coração de toda evangelização e essa história tem que ser contada, já que a vida da Igreja atual jamais revela plenamente o amor, a santidade e o poder de Deus em Cristo. Contar essa história constitui um mandato ineludível para a Igreja toda. A palavra acompanha as obras, enquanto o Reino espalha sua luz, antecipando a sua chegada, e homens e mulheres procuram viver nessa luz.

A Igreja é chamada a ser uma comunidade, uma irmandade viva e participatória. Este sinal do Reino evidencia-se lá onde nossas Igrejas estão verdadeiramente abertas aos pobres, aos desprezados, aos oprimidos, àqueles pelos quais nossa moderna sociedade bem pouco se preocupa. Assim a Igreja oferece um testemunho claro do Senhor, o qual se alegrou na companhia dos pobres e dos oprimidos.

Há um ministério de cura que muitos de nós temos deixado facilmente de lado e que o Espírito nos está ensinando novamente. Esse ministério está intimamente ligado à evangelização, tal como Jesus o expressou claramente ao comissionar seus discípulos (Lc 9.1-6). Tem muito a ver com a totalidade da pessoa, mente e espírito, e deve relacionar-se com o dom que representa a saúde oferecida pela moderna ciência médica e pelas habilidades tradicionais existentes em muitas partes do mundo.

Visto que a Igreja se encontra num mundo de culturas e nações, o nosso testemunho do Reino deve refletir tanto a universalidade do Evangelho quanto suas expressões locais. Enquanto os cristãos trabalharem unidos a serviço das necessidades dos povos em suas lutas, revelarão o poder unificador de Cristo. Enquanto respeitarem a herança de cada pessoa (cultura, língua e ideais) testemunharão a preocupação pessoal de Deus.

No centro da vida da Igreja está a Eucaristia, a pública ação de graças pelo dom de Deus em Cristo e a participação dos discípulos na vida mesma do seu Senhor. É uma antecipação do Reino que proclama a morte do Senhor até que ele venha. Celebramos a Eucaristia “enquanto” lembramos os atos de Deus na história (anamnesis), experimentando a presença do Senhor resuscitado e antecipando a grande festa final, quando Deus seja tudo em todos.

3. Em todos estes aspectos da vida da Igreja na terra, estamos cientes de nossa fraqueza, de nossas divisões, de nossa falta de entrega total e de nossa estreita visão daquilo que a Igreja é. Não temos qualquer direito de propriedade sobre o Reino, sejamos parte ou não da Igreja institucional. Portanto, oramos “Venha o teu Reino”, acreditando que só Deus pode capacitar a Igreja, tal qual se encontra na terra, para que reflita a luz e o amor de seu governo sobre todo o universo criado.

A PROCLAMAÇÃO DA PALAVRA DE DEUS

4. A proclamação das Boas-novas é o anúncio de que o Reino de Deus está perto, um repto ao arrependimento e é um convite a crer. Assim é que Jesus, ao proclamar que o Reino de Deus está perto, convoca ao arrependimento e à fé no Evangelho (Mc 1.15). Chegou o tempo, no qual a antiga esperança desse Reino, anunciada pelo profeta Isaías, se cumpriu. Jesus é enviado a proclamar as Boas-novas aos pobres, libertar os cativos, dar vista aos cegos, pôr em liberdade os oprimidos e anunciar o ano aceitável do Senhor (Lc 4.18,19), tal como Isaías tinha expressado na sua visão.

Através de Jesus, e em seu nome, os poderes desse Reino trazem libertação e plenitude, como também a dignidade e vida a todos aqueles que têm sede de justiça, e aos que combatem o consumismo, a cobiça, o egoísmo e a morte.

O Reino de Deus simplifica-se quando o Espírito Santo nos revela Jesus Cristo. A palavra se tem feito carne nele e nos seus seguidores, que proclamam em palavras e maneiras sempre novas, as glórias do seu Salvador. Paulo o afirma com plenitude e intensidade singulares: "E assim, se alguém está em Cristo, é nova criatura; as coisas antigas já passaram; eis que se fizeram novas. Ora, tudo provém de Deus que nos reconciliou consigo mesmo por meio de Cristo e nos deu o ministério da reconciliação (2Co 5.17,18). É o Reino de Deus, que proclamamos até que ele venha, contando a história de Jesus, Mestre e Salvador, crucificado e ressurreto, verdadeiro homem e verdadeiro Deus, Salvador e Senhor.

5. Há falsas proclamações e falsos evangelhos que utilizam a linguagem da Bíblia para aproximarem as pessoas, não de Deus, tal como se revela em Jesus, mas de um deus, produto da imaginação humana. Parte do ensino da Igreja deve-se orientar para ajudar as pessoas a discernirem, por si próprias, esta diferença.

6. A proclamação é responsabilidade da Igreja toda e de cada um dos seus membros, embora o Espírito dote alguns deles de dons especiais para serem evangelistas e é possível encontrarmos uma grande diversidade de testemunhos nesse sentido. Tanto a Igreja como aqueles que receberam o dom de serem evangelistas, são parte da mensagem que proclamam. A credibilidade da proclamação da Palavra de Deus, descansa na autenticidade do testemunho total da Igreja.

Uma proclamação autêntica, será a oferta espontânea de uma Igreja que:

- a) é verdadeiramente uma comunidade de adoração;
- b) é capaz de dar as Boas-vindas àqueles que dela se aproximem;
- c) através dos seus membros, promove seu serviço tanto na Igreja como na Sociedade; e
- d) está disposta a mover-se como peregrina.

Uma tal Igreja não defenderá privilégios de um grupo de elite, senão que afirmará os direitos que Deus concedeu a todos.

É o Senhor, sem dúvida, quem escolhe suas testemunhas, particularmente aquelas que proclamam as Boas-novas a partir de um contexto — os pobres, os que sofrem e os oprimidos — e os fortalece com o poder do verbo encarnado.

7. A proclamação das Boas-novas é uma necessidade permanente, e todas as pessoas, sejam crentes ou não, são desafiadas a escutarem e responderem, pois a conversão jamais está acabada. Nós reconhecemos e aceitamos com alegria a nossa obrigação especial para com aqueles que nunca escutaram as Boas-novas do Reino. Novas fronteiras estão sendo descobertas continuamente .

Jesus, nosso Senhor, está sempre à nossa frente, convidando-nos a segui-lo, muitas vezes, de maneiras inesperadas. A comunidade cristã é uma comunidade em marcha, que faz a sua proclamação, tanto a si própria como aos que estão para além da comunidade, enquanto manifesta suas outras marcas "no caminho". Neste peregrinar, a proclamação está sempre ligada a uma situação e momento específicos na história. A proclamação nunca é a-histórica ou geral. São as Boas-novas de Deus em contraposição às más-novas dessa situação específica. Por tanto, proclamamos os atuais esforços que acontecem dentro da Igreja por fazerem presente o Evangelho no contexto de cada cultura.

8. Uma área de preocupação é a antiga opressão que sofrem as mulheres na Igreja e na sociedade, fato pelo qual olhamos com gratidão e expectativas o trabalho daquelas mulheres que estão tentando proclamar um Evangelho de libertação, tanto para elas como para os homens.

9. A proclamação demanda comunicação através de ação e palavra, ensinando, aprendendo e servindo. Temos refletido sobre a teoria da comunicação, tal qual é aplicada a indivíduos e a grupos aos que escutam e falam. Isto constitui um campo considerável de estudo, fato pelo qual valorizamos o trabalho daqueles que possuem conhecimentos técnicos e teológicos com os quais ajudam a Igreja a interpretar como é que escuta e responde às pessoas.

Temos considerado a proclamação do Evangelho através dos meios de comunicação de massa e sentimo-nos gratos por termos sido desafiados, não apenas a utilizar esse recurso para a proclamação da Palavra, como também a relacioná-la com esses mesmos meios, enfrentando os poderes em nome de Jesus Cristo. Isto será parte de uma compreensão teológica da comunicação.

10. A proclamação espera pela conversão. A conversão, resultante da ação do Espírito Santo, poderá ser individual, espiritual ou emocional — e estes três elementos possuem vital importância — mas está muito mais vinculada a ele. Significa converter-se *de* para converter-se *a*. Isto implica sempre numa transferência de lealdade e significa converter-se num cidadão do Reino de Deus. Conversão significa deixar para trás nossa segurança (Mt 16.24) e arriscar-nos a uma vida de fé. Isto nos leva a experimentarmos uma espécie de solidão terrestre (Mt 8.20), dado que a Igreja é, somente, uma residência passageira (paroikia). A conversão implica uma nova relação tanto com Deus como com os outros e significa passar a fazer parte da comunidade de crentes. Ela é individual e societária, vertical e horizontal, ela é fé e obras (Tg 2.19,20). Tem a ver com essas coisas que, talvez não sejam más em si próprias, mas às quais estamos muito apegados, e se colocam no meio do caminho da nossa relação com Deus e com nosso próximo (Gn 22; Fp 3.2-8; Lc 18.22;3.13). É um processo que não termina.

Ninguém pode conhecer o Reino de Deus manifestado em Jesus e aceitar essa autoridade, senão pelo Espírito. Isto significa uma experiência tão decisiva e de tão longo alcance, que Jesus a qualificou como "um novo nascimento" (Jo 3.3-8), e Paulo, como "vestir-se do novo homem, criado segundo Deus" (Ef 4.24).

EM BUSCA DE UMA COMUNIDADE VIVA A NÍVEL LOCAL, OU VIVENDO O FUTURO AGORA

11. A Igreja deve buscar uma comunidade autêntica em Cristo a nível local. Este anseio irá além da comunidade da Igreja local, porque o Reino é um conceito mais amplo do que a Igreja. O Reino é visto como uma realidade exclusiva e aberta, que se estende até incluir pessoas, prescindindo de sexo, raça, idade e cor, manifestando-se na vigência de relações e ambientes afetivos, nos quais os povos são reconciliados e libertados para se converterem naquilo que Deus quer que sejam. Isto não significa autoconservação, mas autonegação. O Reino se expressa na disposição de aceitar o sofrimento e o sacrifício em favor dos outros, como também na disposição para reagir e responder às necessidades e idéias fora da nossa comunidade, entrando assim em diálogo e serviço. No Reino há amor, abertura e respeito pelos outros. As preocupações, as convicções, as aspirações e necessidades dos grupos ou dos indivíduos, são recebidas compreensivamente. O Reino se anima, e estimula o desenvolvimento da identidade única dos indivíduos e dos grupos dentro da comunidade humana total.

12. Como cristãos, reconhecemos as divergências existentes entre a realidade do Reino de Deus e a atual condição das nossas empíricas congregações locais. É por isso que alguns de nós encontramos caminhos diversos para levar a fraternidade da Igreja a algo mais parecido com a fraternidade do Reino que Cristo proclamou. A Igreja institucional não deve ser repudiada, pois é uma das formas através das quais a renovação pode acontecer. Sob a influência de uma renovação litúrgica e sacramental, movimentos carismáticos e retiros paroquiais de fim-de-semana, há congregações locais que estão tentando buscar a plenitude da fraternidade cristã. As comunidades domésticas e os pequenos grupos de estudo, fornecem grandes oportunidades para uma relação interpessoal mais honesta e cuidadosa do que as que se conseguem em grupos mais numerosos. Esses pequenos grupos, muitas vezes, se tornam ecumênicos.

Uma forma particularmente vital de vida congregacional é conhecida pelo nome de "Comunidades de Base". Ditas comunidades, que surgem entre os pobres e os deserdados, comprometendo-se com suas lutas por sua libertação, expressam a preocupação comum em atingir uma nova identidade e dignidade. Esses grupos constituem uma bênção de Deus e oferecem renovação à Igreja, chamando-a a uma nova presença entre os pobres e deserdados.

Há outras experiências que surgem como alternativas para a vida paroquial, e que enfocam aspectos particulares das exigências do Evangelho, i.e.: busca de um estilo de vida mais simples, preocupação pela conservação, ou como protesto político. As comunidades monásticas, após um período traumático de revalorização, estão emergindo no mundo atual com renovada confiança na sua vocação.

Surgidos das necessidades da comunidade cristã, centros de estudo e pesquisa, movimentos de jovens e organizações femininas diversas, têm tentado comprometer seus membros com a vida da comunidade, interessando-se por suas preocupações e desafiando a Igreja a tomar conhecimento delas.

O ministério ordenado deve aprender a olhar-se a si próprio, não apenas como dirigente do culto congregacional, mas também como animador e coordenador de grupos pequenos que possam existir em sua área, unindo-se uns aos outros e com o resto da Igreja num testemunho único.

13. Descobrimos que nos devemos perguntar quando poderemos viver o Reino e como o estamos vivendo agora. Sobre isso fazemos três observações, a saber:

- a) nós estamos vivendo parcialmente o Reino;
- b) existem reais limitações em nossa vida; e
- c) temos esperanças em nossa vida que ainda não se realizaram.

A existência da Igreja quando é fiel a seu testemunho, representa uma realidade positiva. A Igreja é o corpo de Cristo, e a vida de testemunho dos fiéis fala da realidade do Senhor que sofre e que ressuscitou. A totalidade da vida da Igreja está dirigida para esse testemunho sacramental: na oração, na proclamação, no serviço e na liturgia. Tal testemunho adquire ênfase e importância diferentes, dependendo do contexto no qual vive a comunidade cristã. Ao viver esta antecipação do Reino, a Igreja se vê impelida a enfrentar os valores, estruturas, ideologias e práticas da sociedade da qual faz parte.

14. A comunidade local, normalmente inclui crianças. Jesus nos ensina quão importantes elas são como sinais do seu amor para conosco. Portanto, esperamos que nossas Igrejas, não somente continuem na sua tarefa de lhes oferecer atenção e ensino afetuosos, como também pesquisem as maneiras corretas através das quais as crianças possam participar na Eucaristia, no culto e na oração.

15. A Igreja, constantemente, anula seu próprio testemunho, tanto com sua ação como com sua palavra. Às vezes, é um corpo excludente que rejeita pessoas por sua raça, sexo, classe, ou por serem humildes; como também, por sua ênfase na pregação oral, exclui aqueles que captam a mensagem primor-

dialmente através de imagens. Exclui as mulheres pelo uso de uma linguagem machista recusando-lhes plena participação, particularmente nas lideranças. A exclusão de certas classes é muito evidente na vida das Igrejas de classe média branca, no Ocidente, e naquelas que possuem o mesmo estilo em outros países, as quais muitas vezes ignoram a maneira pela qual outras classes são excluídas do corpo. Pessoas de outras classes acham-se impossibilitadas de participarem e serem ouvidas numa tal Igreja. As discriminações raciais podem ser diretas ou indiretas. Neste último caso, geralmente, surgem da mesma maneira que as distinções de classe ou culturais. Igualmente, a natureza oral da Igreja exclui um grande número de pessoas que possuem outras formas de expressão que lhes são mais úteis. Estas são apenas algumas das muitas formas de discriminação que a Igreja, consciente ou inconscientemente, pratica.

16. É na vitória de Cristo que temos esperança. Nisto reconhecemos a nossa responsabilidade. A Igreja se converterá num corpo verdadeiramente aberto às pessoas, quando as estruturas e a linguagem que afastam as pessoas, forem removidas.

Uma ênfase nas relações humanas dentro da comunidade que cura e se preocupa, comunicará o Reino do qual ela é testemunha. Quando as comunidades locais têm a coragem de se examinarem e de se desafiarem a si mesmas, como também às comunidades nas quais vivem, o seu testemunho começa a tornar-se uma realidade. Vêem-se nela as esperanças e aspirações das pessoas da comunidade que está em volta, evidenciadas na vida e no testemunho do Reino, e, assim a Igreja a nível local, manifesta o mesmo quando seus membros refletem a sua experiência nessa comunidade.

As Boas-novas, o Evangelho de Jesus Cristo, revelam-se no testemunho pelo qual vivemos. Além disso, é a maneira pela qual descobrimos quão perto estamos da vontade de Deus nas nossas tentativas de dar vida ao Evangelho na comunidade local.

A COMUNIDADE QUE CURA

17. Nosso Senhor curou os doentes como demonstração de que o Reino de Deus tinha chegado, e ordenou a seus discípulos fazerem o mesmo (Lc 9.1-6). Trata-se da cura da pessoa toda — perdão para os culpados, saúde para os doentes, esperança para os desesperados, restabelecimento de relações para os excluídos — o que é sinal da chegada do Reino. A doença tem muitas causas: opressão dos sistemas políticos e econômicos que abusam do seu poder e produzem insegurança, ansiedade, medo e desespero; guerra e deslocamento de refugiados; cataclismas naturais; fome e desnutrição; problemas matrimoniais e de família; excessos com o corpo e o sexo; distanciamento entre sexo,

gerações, raças, classes e culturas; desemprego; concorrência; divisão da humanidade em ricos e pobres. A base de muitas destas causas reside no afastamento de Deus.

18. As Igrejas, em sua resposta, devem-se comprometer fraternalmente com todos aqueles que lutam por livrar o mundo dessas causas básicas. Em sua tarefa de salvar, devem dar prioridade aos pobres, aos anciãos, aos refugiados e aos doentes crônicos que estão praticamente afastados de cuidados médicos. Não se diga que apenas os países pobres carecem de serviços médicos elementares. Trata-se também do fato de que a concentração profissional de resultados espetaculares, tratamentos caríssimos especializados e grandes hospitais desviam a atenção do cuidado básico da saúde que se deve dispensar a todas as pessoas. As Igrejas, portanto, devem:

- a) animar e apoiar uma medicina preventiva comunitária, pequenos hospitais nos lugares mais necessitados e atenção médica para com os mais pobres;
- b) tentar comprometer médicos, enfermeiros, pacientes e familiares destes, para descobrirem como deve ser respeitada a dignidade de cada pessoa, em vista dos muitos problemas éticos que apresenta a medicina moderna;
- c) estabelecer sistemas de atendimento ao estilo "Hopice Care Movement" (movimento de casas de saúde) a fim de compensar o sistema de atendimento ao qual nos temos acostumado;
- d) estimular os cristãos a verem o serviço ao povo como parte essencial e animadora do testemunho cristão na sociedade; e
- e) afirmar que a morte é parte normal da experiência humana, na qual a dignidade da pessoa deve ser respeitada e a esperança da ressurreição celebrada pela comunidade cristã.

19. A congregação local deve ser uma comunidade de saúde. O Espírito Santo utiliza o serviço amoroso como uma clara acolhida, utilizada pela congregação com esse intuito. Ouvindo-nos mutuamente e carregando as cargas uns dos outros, os aflitos recebem esperança e os doentes, recuperação. Aqueles cujos anseios têm sido aniquilados, recebem nova coragem através do grupo que os apóia. A vida sacramental e de oração representa uma força poderosa para o restabelecimento dos doentes – especialmente as orações intercessórias, a proclamação do perdão (absolvição), a imposição de mãos e a unção com óleos (Tg 5.14), como também a participação na Eucaristia.

20. Atualmente, pratica-se uma grande variedade de métodos de cura. O impróprio e o inviável do sistema ocidental no atendimento sanitário, tem reavivado o interesse pela medicina oriental e por outros métodos tradicionais de cura. Há também dois métodos especificamente cristãos, a seguir: o primeiro é o Enfoque Espiritual (Holistic) que é uma combinação de psicoterapia, medicina, assessoramento, fisioterapia, com a palavra, a oração e o apoio grupal. Recomendamos esta ajuda espiritual como condizente com a

preocupação de Jesus pela totalidade da pessoa humana. O segundo método consiste no renovado interesse pelos dons carismáticos de saúde, através dos quais muitas pessoas no mundo inteiro, têm sido curadas de doenças físicas e psicossomáticas, e experimentado um reavivamento espiritual. Em alguns casos, as práticas carismáticas cumprem um papel muito importante nos centros espirituais (Holistic). Dado que entre algumas pessoas existe ceticismo e incerteza com referência a certas práticas de saúde, apelamos aos cristãos a estarem mais abertos ao diálogo quanto a este tema, evitando assim, divisões desnecessárias; mas recomendamos também a realização de uma discussão séria sobre tudo aquilo que constitui uma cura autêntica. Solicita-se do Conselho Mundial de Igrejas que ofereça sua ajuda nesse sentido.

O TESTEMUNHO COMUM DO REINO DE DEUS

Testemunho comum e identidade cultural

21. Na sua missão em qualquer cultura, a Igreja está chamada a testificar do Cristo encarnado na vida familiar, nas celebrações comuns, na arte e nas suas lutas.

Afirmamos a necessidade e a possibilidade de um testemunho comum entre os povos e os grupos não suficientemente relacionados com o Evangelho, tanto nos agrupamentos culturais onde nunca foi proclamado como também naquelas sociedades onde já muitos não acreditam nele. Precisamos cooperar para o descobrimento do lugar onde esses povos e grupos se encontram e na maneira de atingi-los. Que preparo e que iniciativas poderão encarnar-se de maneira una na proclamação do Reino? Precisamos pesquisar as maneiras de coordenar esforços para podermos testemunhar entre esses diferentes agrupamentos culturais, evitando a concorrência e o proselitismo. Expressamos o nosso apoio a todos aqueles que estão trabalhando para conseguir que o Evangelho se consubstancie nas diferentes culturas.

22. Afirmamos a necessidade e a possibilidade de um testemunho comum entre povos de outras religiões e de outras ideologias, especialmente nas sociedades onde tais ideologias constituem maioria, ou dispõem do poder do Estado. Dentro desse contexto, temos refletido sobre o papel do martírio e o significado especial de um testemunho comum em situações de perseguição real sobre uma ou todas as Igrejas cristãs. Mesmo Igrejas que não estejam em plena unidade, devem lutar juntas para reunir esforços na consecução de maior liberdade para o testemunho de todas. Nenhuma comunidade religiosa deve solicitar privilégios que não esteja disposta a repartir com outros. Um testemunho comum pode ser o antídoto crucial ao intento de colocar comunidades e denominações contra as outras, a fim de isolá-las e privá-las da participação na vida política. O diálogo com pessoas de outras crenças pode

mostrar-nos como podemos atender às necessidades comuns da humanidade. Ser-nos-á possível, também, descobrir que Deus tem para nós suficiente inspiração na experiência de outras religiões.

23. Afirmamos que um testemunho comum é especialmente relevante nas sociedades pluralistas. As Igrejas podem contribuir melhor, através do esforço comum para promoverem a explicitação dos valores cristãos nos assuntos públicos e nos estilos de vida. Nas sociedades onde a fé cristã ou uma Igreja estejam mais estreitamente associadas com a identidade nacional, o testemunho comum oferece uma oportunidade de fortalecer a função crítica da fé cristã na transformação da cultura. Testemunho comum significa respeito pelas variadas heranças culturais e ainda evita as mais sutis e ocultas formas de invasão cultural. As Igrejas utilizam a linguagem de uma cultura para criar expressões genuínas e vernáculos de fé.

24. Este testemunho comum da Igreja no mundo nós o celebramos por meio da dança, das canções e compartilhando nossos alimentos uns com os outros.

Nas celebrações testemunhamos o poder do Evangelho para livrar-nos. Somente poderemos celebrar honestamente, quando as Igrejas percebam o prejuízo que causaram a seu testemunho comum com o escândalo de sua vida confortável e dividida; acreditamos que — a menos que a peregrinação pela estrada nos conduza a uma visível unidade no Deus que pregamos e adoramos, no Cristo que foi crucificado por nós, no Espírito Santo que nos renova e no Reino que vem — a missão que nos foi confiada neste mundo estará sempre sendo questionada.

O testemunho comum no contexto sócio-político

25. a) O testemunho comum se produz dentro do contexto de uma situação sócio-política determinada, tanto a nível local como global. A confiabilidade das Igrejas depende, em grande parte, da integridade de suas opções morais e de seus fins políticos na sociedade.

b) Não é preocupação da Igreja assumir os poderes do Estado, porém, as Igrejas, cooperativamente e através de seus membros, devem-se envolver no testemunho comum e na ação no plano político, embora reconhecendo as ambigüidades e a diversidade dos pontos de vista e das soluções que possam ser propostas.

c) Certas situações e opções sociais e políticas impedem os cristãos de testemunharem juntos. Isto pode acontecer em assuntos que afetem claramente princípios fundamentais; em tais casos, o dever de testificar conduz a uma ruptura. Se o membro de uma Igreja ou de uma comunidade eclesial

adota ou aceita uma ideologia que despreze pessoas, seja na teoria, seja na prática, sua posição significará um ato de desprezo do amor de Deus e, em consequência, isso deverá ser publicamente condenado pelos outros cristãos. Em tais casos, a solidariedade só se poderá expressar através da oração e do arrependimento, tendo em mente que os inimigos e opressores são, apesar de tudo, semelhantes, e que nisso há um elemento de tragédia, vergonha e dor pela ruptura da comunicação e pelo, às vezes inevitável, apelo à violência.

Testemunho comum e diversidade confessional

26. a) Todos participamos num compromisso básico de fé, que é a essência e a fonte do nosso testemunho comum do Reino.

b) O testemunho comum é obscurecido, apagado ou deturpado quando:

- a ajuda intereclesialística em forma humana, financeira ou de qualquer outra espécie conduz à insensibilidade cultural, à dependência da Igreja e a um estilo de vida impróprio, o que deturpa o Evangelho, sonega a cultura e engana o povo;
- a ajuda intereclesialística fomenta as divisões da Igreja, quando cooperantes, agências e grupos trabalham separadamente e, ainda mais, são concorrentes na missão e no desenvolvimento; e
- a ajuda intereclesialística não leva em conta as Igrejas locais existentes, nem sua identidade nem a sua missão dentro de seus próprios contextos.

c) Caso se queira e se deva lutar para superar os esforços que tentam quebrar o testemunho comum, deve-se:

- dar a conhecer localmente, num estilo ecumênico, os recursos partilháveis dos quais se dispõe;
- reconhecer os Conselhos de Igrejas nacionais e locais como lugares de possibilidades de se partilhar, tanto a força como a fraqueza de todos os membros, não procurando reter os elementos melhores para os propósitos de alguns deles;
- fazer com que as traduções e a distribuição da Bíblia se façam cooperativamente;
- desenvolver programas de capacitação teológica de maneira ecumênica para clérigos e leigos quando, onde e na extensão que seja viável;
- fortalecer a cooperação entre o ministério pastoral e diacônico como forma prática de reconhecimento de um ministério e de um testemunho comum, apesar dos obstáculos que ainda permanecem com relação ao reconhecimento mútuo da ordenação, e como um enfoque apropriado para superá-los;
- fomentar um atendimento pastoral comum aos matrimônios mistos, cooperar na utilização dos meios massivos de comunicação, imprensa e outras publicações, e em iniciativas comuns no campo da vida espiritual;

- determinar estilos de vida para as Igrejas e para os cristãos, de acordo com o contexto local e com referência ao que é preferencial e ao que é secundário na sociedade; e
- respeitar a organização e o culto das outras Igrejas, desfazendo assim, uma atitude concorrente e proselitista entre umas e outras.

27. Para oferecermos um pleno testemunho comum em todo lugar, devemos fixar nossa atenção em três níveis particularmente sensíveis:

- a) o nível local e nacional, onde as Igrejas devem buscar e fomentar a unidade no e pelo testemunho comum;
- b) o nível internacional, no qual as relações entre as Igrejas devem ser mais cuidadosamente testadas, a fim de obter uma proveitosa e responsável partilha daqueles recursos que destaquem, sem prejudicar, o testemunho comum. Recomendamos as enormes possibilidades das visitas de equipes ecumênicas;
- c) o nível interconfessional, no qual está tendo lugar um promissor diálogo ecumênico.

Reconhecemos que estão surgindo novas linhas de desunião que oferecem novas áreas onde se podem construir pontes de entendimento, o que abre setores novos nos quais será necessário desenvolver o testemunho comum.

A EUCARISTIA COMO TESTEMUNHO DO REINO DE DEUS E COMO EXPERIÊNCIA DE SEU REINADO

Palavra e sacramento

28. Ao falarmos do culto e de nossa compreensão daquilo que é central nele, temos percebido as diferentes ênfases persistentes; mas acreditamos que há um crescente consenso ecumênico nesse sentido. Valorizamos os documentos de Fé e Ordem sobre Batismo, Eucaristia e Ministério, os quais nos ajudam a ver a nossa crescente unidade. Devemos valorizar a qualidade sacramental que possui a palavra falada, já que, na pregação pedimos ao Espírito que tome nossas pobres palavras e nossos pensamentos e os faça eficientes, amorosos e capazes de tocar no coração dos nossos ouvintes. Devemos procurar receber a Eucaristia como a Palavra de Deus, que nos fala diariamente em forma renovada, de sacrifício e de vitória. Acreditamos que, se as nossas Igrejas mantêm unidos estes dois aspectos do partilhar cristão, poderemos evitar tanto o excessivo intelectualismo de uma certa pregação tradicional, como o excessivo ritualismo de alguns que se concentraram inteiramente na Eucaristia.

A unidade com Cristo em sua missão

29. O partilhar do pão e do vinho é o símbolo que Jesus deu aos seus discípulos para demonstrar-lhes que estavam incluídos em sua própria vocação de ser o Filho do Homem.

Eles estavam ansiosos de participar dos direitos do almejado Reino; mas não podiam aceitar o caminho do sofrimento que Jesus sabia que teria de ser seu batismo e seu cálice. Foi assim que Jesus caminhou sozinho para a cruz. Entretanto, na mesma noite da traição, quando a agonia e a angústia manifestaram seu poder, ele ofereceu esse alimento para que os seus discípulos se reconhecessem unidos a ele. Agora estamos num mundo onde a agonia se multiplica e onde não há caminhos fáceis para a paz.

Nesta noite de traição, Jesus nos convida a repartir pão e vinho a fim de que sejamos um com ele no amor sacramental. "A koinonia da Igreja nada menos é que a mais literal participação no sofrimento e ressurreição de Cristo para prover o que deve ser suportado a fim de abrir o Reino para que outros entrem nele" (J.B. Taylor). O ser incorporado a Cristo através da obra do Espírito Santo é a maior bênção que o Reino oferece e o único lugar da nossa atividade missionária no mundo (2 Co 1.7; 1 Pe 4.13; Cl 1.24; Gl 3.27, 28).

A unidade do povo de Deus e o crescimento da missão de Cristo

30. a) A comunhão de Deus em Cristo e a comunidade entre o povo de Deus, são dois aspectos de um mesmo sacramento. Porém, freqüentemente, o crente que participa da Eucaristia o faz como um indivíduo isolado, embora cercado de outras pessoas. A congregação não se converte, automaticamente, numa unidade. Pode ser um agrupamento de pessoas isoladas, cada uma concentrada na sua vida interior e à espera de uma palavra pessoal do Senhor. Isto é particularmente perigoso nas grandes congregações. Conduz a um enfraquecimento do nosso testemunho, porque perdemos todo sentido de ação corporativa no mundo, em favor de uma ação privada individual. Portanto, confiamos em que as Igrejas examinarão regularmente a natureza de sua vida comunitária;

b) Temos percebido que, com muita freqüência, surge uma distinção, ou ainda, uma separação, entre cristãos que são socialmente ativos em nome de Cristo e aqueles que se oferecem a si próprios em oração, em estudo e na liturgia. Ambas as formas de oferta pessoal são enfraquecidas e distorcidas por tal separação. A ação social pode-se converter num impaciente ativismo, apoiado apenas por vagos ideais. O culto pode-se converter numa atitude indulgente e pessoal, sem qualquer preocupação pelos outros. Acreditamos

que ambos os aspectos do discipulado podem permanecer unidos na vida cristã. O verdadeiro ritmo do compromisso cristão, está determinado pela atitude de: reunir-se e dispersar-se; dar e receber; louvar e trabalhar; orar e lutar;

c) Vivemos num mundo de divisões e por isso nos temos acostumado facilmente com as divisões existentes dentro da Igreja. O fato de que a mesa do Senhor tem sido dividida, permanece como um grande escândalo. Há muitas fontes históricas que provocam tal desunião. Ainda hoje se mantém um processo que enfrenta grandes dificuldades e que procura trazer todos os cristãos à fraternidade de uma só mesa, onde seja possível comermos do mesmo pão e bebermos do mesmo cálice. Esta é uma fraqueza que afeta nosso testemunho missionário e suas raízes estão, certamente, na nossa desobediência. Se Cristo convida o seu povo para a sua festa, como é que nós podemos falhar na celebração de uma comunhão plena com todos aqueles que o amam e lhe pertencem para sempre? Insistimos junto às nossas Igrejas pelo prosseguimento da procura dessa unidade que revelará o Senhorio de Cristo.

A Eucaristia / Pão peregrino

31. a) Há momentos e lugares nos quais o simples fato de nos reunirmos para celebrar a Eucaristia, pode significar um testemunho público. Em certas regiões, os cristãos podem ser desestimulados a, ou punidos por participarem de tal celebração. Temos sabido de muitos que se reúnem às custas de grandes riscos, e essa coragem revela àqueles que os rodeiam, quão precioso é esse sacramento. Noutras situações, a Eucaristia pode ser celebrada ao ar livre como um testemunho para ser assistido. Uma celebração tão rica pode oferecer novas esperanças a uma sociedade cínica e secularista. À mesa do Senhor se manifesta uma visão de Deus que atrai o coração humano para ele;

b) A experiência da Eucaristia, porém, acontece, primordialmente, dentro da comunidade Igreja. Dá vida aos cristãos para que possam ser formados à imagem de Cristo e assim se converterem em testemunhas efetivas dele. Na celebração da Páscoa, como por exemplo, nas Igrejas Ortodoxas, quando a luz de velas se espalha dos celebrantes para os congregados, e por meio destes a cada lar, o significado ritualístico se manifesta de maneira muito livre.

c) A fim de que tal processo se possa ativar, devemos procurar que a liturgia ajude a Eucaristia a falar de nossa condição. Cada ministério cristão e cada congregação devem buscar essa compreensão, e, para isso, somente podemos oferecer algumas indicações, a saber:

Onde um povo é duramente oprimido, a Eucaristia fala do êxodo e da libertação da escravidão.

Onde os cristãos são rejeitados ou presos por causa de sua fé, o pão e o vinho se transformam na vida do Senhor, o qual foi rejeitado pelos homens, mas se

transformou na "principal pedra angular".

Onde a Igreja vê diminuído o número de seus membros e seus orçamentos reduzidos, a Eucaristia afirma que não há limites para o dom de Deus, nem fim para a esperança nele.

Onde a discriminação em termos de raça, sexo ou classes constitui um perigo para a comunidade, a Eucaristia permite às pessoas de todos os grupos comerem a mesma e única comida e se fazerem um só povo.

Onde o povo desfruta de bem-estar e de uma vida fácil, a Eucaristia diz: Assim como Cristo compartilhou sua vida, partilha o que tens com aqueles que padecem fome.

Onde uma congregação está isolada pela política, pela guerra ou pela geografia, a Eucaristia nos une com todo o povo de Deus, em todo tempo e lugar.

Onde um irmão ou uma irmã está perto da morte, a Eucaristia constitui a porta que leva ao Reino de Nosso Pai Amado.

De todas estas maneiras alimenta Deus a seu povo, quando este celebra o Mistério da Eucaristia e assim confessa, através de atos e palavras, que Jesus é o Senhor, para a glória de Deus, o Pai.

CONCLUSÃO

32. Tendo examinado estas formas, nas quais a Igreja testemunha do Reino, sentimo-nos levados a perguntar: Que significa isto para a congregação na qual adoraremos no próximo domingo, tendo em mente o contexto global de nossa obediência cristã local? Cada um de nós deve fazer uma interpretação pessoal de seu próprio contexto. Mas, como resumo, vemos que cada um dos cinco itens que seguem apresenta um desafio premente para cada congregação.

- a) Conhecemos a Jesus Cristo de maneira tal que podemos falar convincentemente dele?
- b) Está a nossa congregação atingindo e oferecendo real acolhida a todos aqueles que passam necessidades e a todos aqueles que procuram algo?
- c) Estamos expressando o ministério da saúde do Espírito aos de coração quebrantado, às mentes conturbadas e aos corpos doentes?
- d) Estamos compartilhando com todos os cristãos da nossa vizinhança e em nossa pátria e profunda preocupação por melhorarmos os padrões de vida?
- e) Ao recebermos a Eucaristia, oferecemo-nos plenamente a Deus e a seus filhos necessitados, assim como ele se entrega a nós totalmente?

Nenhuma congregação poderá jamais dar respostas inteiramente adequadas a estas perguntas. Elas serão sempre um estímulo para o auto-exame, o arrependimento e o crescimento. Todos os cristãos vivem na esperança, aguardando que os poderes do Espírito transformem a vida, confiantes na misericórdia de Deus, quando o Senhor venha em juízo e reine soberano.

SEÇÃO IV

Cristo, Crucificado e Ressuscitado, Desafia o Poder Humano

SENTIMO-NOS ACUSADOS

1. Reunimo-nos em Melbourne – em obediência ao Cristo crucificado, ressurreto e que subiu aos céus – para examinar nosso chamado a sermos suas testemunhas em todo o mundo. Mais uma vez, e de maneira intensa, temos reconhecido que o expansionismo colonialista do Ocidente tem sido considerado por muita gente do Terceiro Mundo como uma invasão bárbara. Nem todas as feridas cicatrizaram.

No fim da era colonialista, sem dúvida, não nos temos livrado do fato concreto da dominação. Um poder foi anulado, mas outros sete ocuparam seu lugar. Grande parte do mundo em desenvolvimento se converteu diretamente, ou através de terceiros, em vítima da luta entre as superpotências. Alguns países sofreram ocupação militar, repressão política e agressão ideológica. Outros têm experimentado extermínios por parte das corporações multinacionais que, junto às elites locais, têm estabelecido novos centros de poder que agora dominam o mundo inteiro. Modelos de desenvolvimento tecnológico e burocrático produzem lucros incriveis que só não favorecem os pobres. A partir da última Conferência de Banguécoque (1973), as condições se têm deteriorado asperamente.

A experiência asiática foi descrita em 1977 nos seguintes termos: A realidade dominante do sofrimento na Ásia é que o povo está esgotado, pela fome, pela tortura, pela privação dos direitos fundamentais, pela exploração econômica, pela discriminação racial e étnica, repressão sexual, solidão, falta de relacionamento e vida comunitária. (Informe à Sexta Assembléia da Conferência Cristã da Ásia, junho, 1977).

2. Em Melbourne, tivemos que enfrentar o fato de que a cumplicidade das Igrejas com os poderes colonialistas, tão freqüentemente condenada no passado, tem continuado e continua ainda no presente.

Nas sociedades de consumo atualmente emergentes e nos centros ricos de muitos países, alguns bons cristãos e outras pessoas estão, "com cruel ingenuidade", devorando o mundo inteiro. Uma minoria de indivíduos pretende vantagens, loucas e egoístas, em seu próprio benefício econômico, o que gera grande sacrifício humano, em troca da construção ou manutenção de nossos centros industriais, tanto nos países ricos como nos pobres. O clamor dos famintos se perde entre os prazeres dos ricos.

Como representantes das Igrejas de todas as partes do mundo, sentimo-nos acusados por nossas consciências na presença do Cristo crucificado, em virtude de nosso consentimento com tais sofrimentos e nossa participação nessa vergonhosa e permanente injustiça. Aceitamos essa acusação, não só como representantes de Igrejas ricas, como também de Igrejas pobres. Assim como às Igrejas ricas se está pedindo que compartilhem do sofrimento dos oprimidos, também os cristãos oprimidos se posicionam ao lado dos acusados e partilham essa dor, visto que somos irmãos e irmãs em Cristo. Esta é uma expressão, não apenas da unidade da Igreja e da solidariedade do povo de Deus, senão também da aflição que produz em nós a compreensão de que todos nós somos parte de um mundo opressor.

Desejamos que nosso arrependimento nos leve a nos corrigirmos pela graça e pelo perdão do Nosso Senhor e, nesse sentido, consignamos nossas intenções neste informe.

Somente, na medida em que nos mantivermos unidos em tal solidariedade, poderemos ver-nos livres de sermos presos pelas estruturas de poder das nossas sociedades. Como poderemos compreender esses poderes à luz da nossa oração: "Venha o teu Reino"?

AS REALIDADES DO PODER

3. O mundo criado por Deus é, essencialmente, bom. A proclamação do reinado de Deus é o anúncio de uma nova ordem que desafia os poderes e as estruturas que se têm tornado diabólicas num mundo corrompido pelo pecado contra Deus. O Antigo Testamento mostra a longa história da necessidade que há de garantir que o poder humano esteja sujeito à lei e sob constante julgamento no interesse de uma conduta honesta. Jesus de Nazaré rejeitou o poder coercitivo como instrumento para mudar o mundo. Mais ainda, utilizou seu poder para perdoar pecados e curar, assim como sua autoridade sobre os poderes demoníacos e desumanizantes como sinais da irrupção do Reino de Deus. Ensinou e encarnou um amor pleno e um juízo transcendental que significou um desafio radical aos poderes estabelecidos na sua própria sociedade. As forças militares, políticas e religiosas de então tramaram junto à força da massa popular de Jerusalém para crucificá-lo.

A visão da fé distingue nessa cruz a encarnação de um Deus que supera o sofrimento e o amor e sobrevive ao que de pior essas forças possam causar-lhe. Nos acontecimentos decisivos que houve depois da crucificação, algo radicalmente novo ocorreu, cuja melhor descrição seria qualificá-lo de uma nova criação. Um poder de características inteiramente novas surgiu para estar presente de maneira aberta entre os homens. Aqueles que atenderam, descobriram que compartilhavam desse poder. A inexorável relação de causa e efeito pareceu ter-se rompido, e, então, experimentaram uma libertação que lhes permitiu enfrentar seus perseguidores sem medo e proclamarem que os poderes tinham sido depostos e desmontados de maneira decisiva, embora estejam sendo, de certa forma, tolerados até à consumação final da história.

Os primeiros cristãos utilizaram muitas analogias para descrever aquilo que tinham experimentado e aquilo que acreditavam que tinha acontecido. A figura de maior impacto é a do cordeiro sacrificado, morto, porém vivo, compartilhando o trono com o Deus vivo, o que simboliza todo o poder e soberania. O princípio do amor auto-sacrificial está entronizado no centro do universo.

Tendo isto como nossa fé, qual é nossa resposta às vergonhosas realidades de nosso mundo? Como devemos enfrentar esses poderes?

NOSSA RESPOSTA

Em relação aos poderes

4. O Cristo crucificado fala diretamente às questões centrais com que se defronta a humanidade, tanto na vida pessoal como na vida política. Talvez um exemplo ajude a explicar esta afirmação. Nossa geração está procurando seriamente uma resposta para a seguinte pergunta: Que significa ser humano hoje? Como podemos afirmar nossa humanidade e acabar com tudo aquilo que a degrada e avilta? A minha identidade é o meu tribalismo. Existo como parte de um grupo mas o meu tribalismo não é apenas o meio pelo qual necessariamente expresso o meu ser; é também a maneira — em forma de racismo — pela qual tento humilhar vossa identidade e vosso ser. Só é possível morrer para meu tribalismo (“levando-o à cruz”), se eu puder afirmar minha identidade tribal (em Cristo) sem degradar-vos. Desta forma, o poder demoníaco do racismo pode ser destruído, seja nos indivíduos, seja nos grupos, e é assim que o Cristo crucificado desafia os poderes.

5. É claro, nem todos estão dispostos a perder sua identidade dessa forma. O racismo e outros poderes, como o militarismo, o nacionalismo agressivo, e as ambições de poder continuam exercendo uma influência demoníaca de grande poder maligno. Como é que vamos enfrentá-los? À medida em que as

Igrejas utilizem diversos tipos de poder, devem evitar a imitação dos modelos de poder que tentam desafiar, pois de outra forma não poderão distinguir-se deles. À luz do Reino de Deus, o critério fundamental para se servir de seu poder, deve ser o bem dos pobres e a sua libertação da opressão. Ao fazê-lo dessa forma, as Igrejas usarão seu poder institucional de todas as maneiras possíveis, incluindo os sistemas legais, ou apesar deles. As Igrejas, então, correrão o risco de pôr em jogo sua vida institucional e, fazendo isto, estarão em constante perigo de serem utilizadas pelos poderes. Este perigo não será evitado mesmo quando as Igrejas relutem em se comprometer na luta. Ficar à margem, é aliar-se com o opressor.

Desafiando os poderes

6. Há muitas situações diferentes nas quais as Igrejas são chamadas a desafiar os poderes. Em algumas instâncias eles são decididamente opressivos; em outras são "mistos", isto é, em alguns pontos parecem estar atuando como se afirmassem a humanidade do povo; outras vezes, pela graça de Deus, revelam concretamente níveis altos de justiça através de respostas às necessidades e aos direitos dos seus cidadãos. O critério para determinar a relação com os poderes é fornecido pelo grau no qual o poder de serviço, libertadore criativo, de Deus seja evidenciado nas ações, e pelo nível de igualdade que esses poderes venham a estabelecer. Temos compartilhado experiências de Igrejas que descobriram que, colocar-se ao lado dos esmagados e marginalizados e serem sensíveis a suas necessidades, significa partilhar seu sofrimento.

7. Quando as Igrejas enfrentam os poderes em nome do povo que está sendo desumanizado, sua respeitabilidade entre os oprimidos é posta à prova. As Igrejas perdem sua credibilidade quando não são consistentes em sua preocupação pelos mais necessitados. Em tais situações devem atuar como agentes de renovação e estar conscientes de que serão minoria; podem, no entanto, ser minorias criativas se optam por assuntos vitais à comunidade e motivam outras pessoas a se unirem na luta pela plena humanização do povo. Outra possibilidade para as Igrejas atuarem como agentes de transformação reside no potencial de despertarem atitudes, valores e consciências. Isto exige que se descubram alternativas para as Igrejas individualmente, tais como: o controle da violência, distribuição de recursos econômicos, aproveitamento de recursos naturais, aplicação de tecnologias adequadas e maneiras diversas de organização política a nível local nacional e internacional.

Em particular, acreditamos ser necessário mudança radical nos estilos de vida daqueles que são pobres.

Temos percebido que as forças do mundo se refletem, ainda, na vida da Igreja. As tensões presentes na sociedade aparecem também na Igreja, motivo pelo

qual a Igreja deve lutar contra essas tensões na sua própria existência, como na dos outros. Tal conflito pode ser espiritualmente extenuante. Sabemos de alguns cristãos que se desgastaram totalmente quando confrontados com esse problema. Reconhecemos a nossa necessidade de nos integrarmos mais fielmente numa intensa e profunda oração como algo essencial ao nosso compromisso. Por tanto, o desenvolvimento de uma espiritualidade dinâmica torna-se uma obrigação missionária das Igrejas, o que abrange uma renovação dos sistemas educacionais e de apoio às comunidades.

Logicamente, não sugerimos que a Igreja tenha qualquer monopólio quando os poderes sejam desafiados. Deus serve-se de muitos meios para conseguir seus propósitos de misericórdia e juízo, além dos limites da Igreja visível. Seus instrumentos incluem, muitas vezes, o testemunho corajoso daqueles que não crêem em seu nome, ou ações de indivíduos e grupos de outras crenças, ou organizações seculares com as quais nos podemos unir numa ação comum.

Experimentando o poder do Cristo Crucificado

8. Pela sua morte na cruz, Cristo mudou o contexto da vida humana. Tomamos conhecimento das muitas maneiras pelas quais os cristãos têm experimentado e experimentam o poder do Cristo Crucificado, principalmente no Sacramento do Batismo, na Eucaristia e na vida litúrgica da Igreja. A fidelidade dos discípulos nas “pequenas coisas” é admirável, mas isto não nos exime de responder a uma visão mais ampla. As marcas do Cristo crucificado determinarão o estilo de ação social da Igreja e de seus membros; elas dificilmente refletirão os caminhos mais curtos e estarão poderosamente presentes no sofrimento e no martírio dos cristãos de hoje. Aqueles que são perseguidos pela sua fé também partilham a experiência de seu Senhor crucificado.

9. Causa-nos regozijo que, em certas situações revolucionárias do nosso tempo, o poder de perdoar está procurando relevar o da vingança. Noutras situações, a experiência de abrir mão de “status” tem sido fonte de força espiritual. As Igrejas de outros lugares, confiantes no poder de Cristo, têm permitido às minorias étnicas recuperarem sua identidade e tomarem posição contra governos injustos. Nenhuma destas situações se tem permanentemente mudado, pelo que compete a todos nós perseverar no desafio aos poderes. Não podemos, porém, desconhecer o fato de que muitos cristãos não experimentaram ainda o poder do Cristo crucificado. Muito facilmente nos aperta a aflição, a dor, o medo e um sentimento de opressão externa. Isto nos lembra que nunca estamos livres da necessidade de renovação e de redescobrir a força que nos vem do fato de desafiarmos os poderes.

Sofrimento e violência

10. Acreditamos que o Cristo crucificado participa na agonia do sofrimento do mundo já que, crucificado, pode trazer uma transformação interior desse sofrimento, proporcionando um poder que deriva da cruz. Uma nova solidariedade nasce naqueles que sofrem juntos e descobrem novos recursos.

Ao pensar naqueles cristãos que sofrem por causa de sua fé debaixo de diferentes regimes políticos, insistimos categoricamente em que os direitos humanos e a liberdade religiosa sejam respeitados em tais casos. Reconhecemos arrependidos, que, no passado, e ainda hoje, embora de outras maneiras, nós, os cristãos, não temos respeitado a liberdade religiosa como um direito inalienável dos seres humanos.

11. O desafio aos poderes e o sofrimento que disso resulta, revela a incrível presença da violência. A violência é um fato da vida, qualquer que seja nossa situação. É, porém, um fato e não um destino, portanto os cristãos devem resistir resolutamente a seu poder. Estamos conscientes de que os cristãos de hoje escolhem caminhos diferentes para combater a violência. Desejamos afirmar que a prática da não-violência é parte inalienável da obediência cristã, e conclamamos as Igrejas a prestarem todo o seu apoio àqueles que se dispõem a essa disciplina de vida.

Em alguns casos, um sofrimento vicário como o de Nosso Senhor terá que ser a opção de seus seguidores para poder contrabalançar a violência com o amor que sofre — caminho da cruz. Há, entretanto, situações nas quais os cristãos encontram suas comunidades mergulhadas na violência. Em tais circunstâncias, e sem se identificarem com qualquer movimento político, as Igrejas devem atuar na base de formas concretas de solidariedade com todos aqueles, cristãos ou não, que estejam envolvidos numa contraviolência que lhes permita o libertarem-se da insuportável violência dos opressores. É necessário que todos levem em consideração o fato de que a ameaça global causada pelo crescente militarismo poderá, nos anos por vir, outorgar uma importância ainda maior à opção pela não-violência.

A dicotomia que acabamos de descrever e que divide os cristãos no que diz respeito à moralidade da violência, não se propõe como uma harmonia complementar, senão que um debate ecumênico ainda não resolvido e que esta Conferência não estudou diretamente.

A urgência deste debate é aumentada pelo desenvolvimento político dos anos recentes. Apelamos, com urgência, ao Conselho Mundial de Igrejas para que ofereça prioridade a um estudo concreto deste problema.

Em relação às estruturas eclesiais

12. A nossa resposta à desumanização e à opressão não pode ser, como tem sido, de uma Igreja inocente num mundo culpado, pois sabemos — para nossa vergonha — que o poder exercido dentro da Igreja, (na realidade empírica de sua forma terrena), pode ser abusivo. O juízo deve começar pela casa de Deus.

13. Temos que definir como se pode julgar quando o poder está a favor ou contra Deus. Quais são os critérios pelos quais podemos fazer tal juízo?

a) Fundamentalmente, temos que perguntar como está sendo usado o poder. Está sendo usado para o engrandecimento e autopreservação da comunidade, da instituição, do dirigente, ou é, essencialmente, desinteressada? Por exemplo, quando observamos uma comunidade, nós a vemos como primordialmente preocupada pelas necessidades dos pobres e sem poder — seja para os que estão dentro ou fora dela — ou a vemos preocupada com seus próprios direitos, privilégios e futuro? Devemos perguntar se ela simpatiza e se identifica com os opressores ou sente-se à vontade no meio deles.

b) No que diz respeito às lideranças, devemos expor dois aspectos. O primeiro diz respeito à motivação, e indaga se o poder é exercido como uma expressão de amor desinteressado que sirva para liberar e estimular os dons presentes na comunidade, em nome dos quais o poder é exercido para o pleno cumprimento de seus verdadeiros propósitos, ou se as lideranças os utilizam apenas em proveito próprio.

Uma Igreja na qual o poder é exercido com humildade e amor, se destaca como um sinal do Reino de Deus no mundo.

c) Mas a só motivação constitui uma comprovação inadequada. Aqueles que usam o poder estão propensos à autodecepção sobre os motivos e a efetividade de seus métodos. As Igrejas e seus líderes devem procurar conhecer o nível de percepção da comunidade para saber em que medida o seu poder está contribuindo para libertar os pobres e oprimidos. O exercício da liderança tem um propósito construtivo: é o de edificar o corpo de modo tal que cada membro possa atingir a plena maturidade da Estatura de Cristo, e chegue assim, a perceber sua plena humanidade.

Deve-se assinalar que isto, de maneira alguma implica no desenvolvimento duma casta de superindivíduos prósperos, com cérebro brilhante e psiquê estranha. A plena humanidade tem que ser vista na sua semelhança com a amorosa auto-entrega do Cristo Crucificado.

d) Isto nos leva a um novo critério. O poder que reflete o poder de Cristo, é aquele que se exercita dentro de uma comunidade participante, edificada em comunhão com o Deus Trino. É um poder que se partilha, assim como a vida é compartilhada pela Trindade.

O que devemos perguntar é se todas as pessoas, como filhos de Deus,

participam das agências de poder, ou se existem grupos que são excluídos, na base de sexo, idade, incapacidades, situação econômica, marginalização social, etc . . . Ao fazer esta pergunta, devemos assinalar que é necessário pensar, não apenas em participar nas decisões, senão também no exercício comum de todos os recursos que se expressam numa comunidade, como medicina, ensino, organização e assistência.

Qualquer uso do poder que suprima o afetivo exercício desses recursos constitui um abuso que leva à desumanização das pessoas. A clericalização da Igreja e a consequente cassação do poder aos leigos, é uma clara expressão de abuso de poder. Este problema se afirma pelo fato de que, sempre que as estruturas das Igrejas depositam o poder nas mãos de umas poucas pessoas, ou até de uma só, se estabelece um sistema piramidal, com o inerente perigo de monopolização desse mesmo poder.

A capacitação que o Espírito concede é para todo o povo de Deus. Por conseguinte, as estruturas e a política devem proporcionar igualdade de oportunidades para homens e mulheres, a fim de que possam exercer suas aptidões através da vida e da liderança da nova comunidade em Cristo. Dessa forma, a comunidade eclesial será uma testemunha da nova sociedade, na qual o poder é compartilhado e os dons reconhecidos como complementares.

e) Neste aspecto, deploramos especialmente a falta de poder exercido pelas mulheres em muitas Igrejas. A Bíblia ensina que elas também foram criadas à imagem de Deus e são igualmente batizadas na única Igreja de Cristo, na qual não existe homem nem mulher.

f) Para apontar outro critério, há que fazer menção do exercício do poder através da divulgação do conhecimento. Uma instituição ou um líder exerce controle sobre a interpretação, liberação e retenção do conhecimento. Uma linguagem altamente técnica não somente exclui a muitos de participar de discussões sobre a fé, como também pode-se converter em ídolo. Devemos perguntar se aquilo que se está propagando ou ensinando, está aberto à Verdade que é Cristo, ou se, pelo contrário, é uma idolatria encerrada em si mesma, como as ideologias. Como já destacamos, os modelos teológicos podem desenvolver-se até serem utilizados como instrumentos de poder e opressão, e no mínimo, porque tais formulações não podem ser utilizadas pelos oprimidos para expressarem sua compreensão de Deus em Cristo. O fato de que atualmente se estão desenvolvendo formulações teológicas que promovem a libertação dos oprimidos, das mulheres e dos negros, coloca novas e prementes questões em relação às expressões teológicas tradicionais.

O dinheiro

14. O uso do poder econômico tem que ser julgado por estes critérios: de onde vem o dinheiro e como ele é usado na Igreja é um aspecto muito importante no que se refere ao uso do poder da mesma. A origem do dinheiro

afeta os modos de como pode ser usado. Há Igrejas que recebem o dinheiro de impostos eclesiásticos ou de seus governos. Isto pode impor limitações quanto a seu uso e quanto à liberdade da própria Igreja. A Igreja pode ser utilizada como ferramenta do poder político. Contribuições voluntárias de algumas instituições ou individuais podem ter efeitos semelhantes.

Com que direito achamos que as Igrejas devem acumular fundos para investir? Parece-nos que esta pergunta merece uma atenção bem maior do que se tem dado. Até mesmo onde isto seja aceito, a política de investimentos pode refletir qual a posição da Igreja com respeito aos oprimidos. Quando o dinheiro para a obra eclesiástica procede de Igrejas ricas ou de organizações, pode-se criar um sentido de dependência que afete a relação entre o doador e o receptor. O dinheiro deve ser considerado como um instrumento que possibilite um compartilhar mútuo. Os economicamente carentes têm o direito de participar em igualdade de condições dos recursos da terra. O dinheiro da Igreja deve ser utilizado para apoiar a luta dos pobres contra uma sociedade injusta.

Comunidade em Cristo e estruturas eclesiásticas

15. No Novo Testamento se afirma que a Igreja é o Corpo de Cristo, uma comunidade de crentes que assume forma institucional dentro da história.

No exercício do poder para cumprir sua missão, a Igreja, por seus membros, às vezes se tem enredado num sutil e óbvio abuso do poder que Deus lhe concedeu. A Igreja pode recusar a aceitação de novas formas de vida comunal e missão, especialmente se estas provocam tais abusos. Nestes casos, a comunidade-em-missão (uma comunidade de base, por exemplo) torna-se vítima da rigidez de formas e estruturas, em vez de ser beneficiada por elas.

Ditas Comunidades de Base — que nos últimos vinte anos têm surgido em grande número, especialmente na América Latina, junto à Igreja institucional — significam para a instituição Igreja um especial desafio em relação às estruturas de poder que atualmente operam nela. As estruturas de poder na Igreja frequentemente são consideradas imutáveis porque são sacralizadas. Ao invés de ser a imagem de uma comunidade que serve e participa, a instituição eclesiástica pode chegar a ser reflexo das estruturas de dominação e exploração que persistem na sociedade. É possível, então, tomá-las e fortalecê-las num processo de sacralização. Quando isso acontece, ocorre distorsão entre a prática da Igreja e a sua verdadeira mensagem de Boas-novas para os oprimidos. Sem dúvida, cada nova forma pode ceder à tentação de se converter em mais um elemento de opressão, se não estiver constantemente aberta para as diversas necessidades de seus membros.

16. Sem tentar construir um novo modelo, podemos sublinhar alguns caracteres-chave que definem as Comunidades Eclesiais de Base e que questionam até as estruturas mesmas da Igreja institucional, ao assumirem sua permanente tarefa de missão e evangelização:

- a missão da comunidade em Cristo é preparar-se a si própria e ao povo todo para o Reino iminente de Deus, através da proclamação das Boas-novas;
- as estruturas que estão a serviço desta comunidade devem ser dinâmicas, fluentes e flexíveis, tais que permitam a criatividade de todos os membros da comunidade, e o florescimento de toda espécie de ministérios;
- o processo contínuo de formação deve basear-se na experiência do dia a dia do povo, para a plena realização de sua humanidade;
- isto requer, necessariamente, que a Igreja esteja política e socialmente, consciente das lutas dos oprimidos e envolvida nelas;
- conseqüentemente, a Palavra de Deus, deve ser lida a partir da perspectiva dos pobres.

Arrependimento e reestruturação na missão

17. À luz destes fatos, devemos afirmar que o Cristo crucificado, não só desafia as estruturas da sociedade, como também as da Igreja institucional. Uma resposta efetiva a este desafio é de importância crucial para o cumprimento da missão confiada à Igreja pelo Cristo ressuscitado. Requer arrependimento e reestruturação:

As Igrejas são tentadas a se centralizarem e a se preservarem a si mesmas, entretanto, seu chamado é para servir e compartilhar. Também são tentadas a se perpetuarem, mas seu chamado é um compromisso total com as promessas e exigências do Reino de Deus. As que são tentadas a continuarem sob dominação clerical masculina, são chamadas a serem comunidades vivas, nas quais todos os membros possam exercer seus dons e compartilhar responsabilidades. O mesmo se pode aplicar àquelas Igrejas que tendem a decair ou estão em agonia ou sufocadas pelas próprias estruturas. Do mesmo modo são tentadas a serem exclusivistas e privilegiadas, mas seu chamado consiste em servir ao Senhor que é o Cristo crucificado, o qual não reclamou privilégios para si, senão que sofreu por todos nós. As Igrejas propendem a refletir e reforçar as estruturas dominantes e exploradoras da sociedade, seu chamado, porém, é o de serem instrumentos capazes de criticar o "status quo". São ainda tentadas a obedecer parcialmente, mas seu chamado é uma entrega total ao Cristo que, antes de ser elevado, teve que ser crucificado.

18. Muitos de nós achamos que, tanto bíblica, como teológica ou pastoralmente, não há razão alguma pela qual as mulheres devam ser excluídas de qualquer posto nas Igrejas. Os que fazem esta afirmação sentem-se na obriga-

ção de exigir dessas Igrejas que excluam mulheres de posições da liderança máxima, a que procurem maneiras através das quais elas possam ter acesso cada vez maior a postos de plena responsabilidade. Temos de reconhecer, porém, que se têm manifestado agudas diferenças de opinião neste assunto, fato pelo qual foi impossível chegar a qualquer consenso na nossa secção. Acreditamos que a missão da Igreja está a exigir uma ininterrupta discussão no que diz respeito a este debate ecumênico não resolvido. Um outro assunto é derivado da preocupação com modelos estruturais de tipo piramidal que prevalecem em algumas Igrejas. O ensino e exemplo de Jesus Cristo, no que diz respeito ao poder e à liderança, é que tais funções devem ser exercidas em espírito de serviço, e as Igrejas são chamadas a darem testemunho disso. Tradicionalmente, isto tem sido considerado como algo que afeta o estilo pelo qual o poder é exercido. Muitos de nós sentimos-nos obrigados a perguntar-nos se isto não deveria também definir as estruturas de autoridade.

Informamos que não nos foi possível conseguir unanimidade neste delicado assunto que provoca perguntas difíceis em todas as Igrejas. Contudo, como a Secção recebeu o pedido de examinar as estruturas da Igreja à luz do Cristo crucificado, não pudemos tratar superficialmente este último assunto.

A respeito da Evangelização

19. Jesus Cristo deu a seus discípulos a ordem de anunciarem o Evangelho até os confins da terra e até sua volta no fim dos tempos: “Ide e fazei discípulos de todas as nações . . . Ensinando-lhes todas as coisas que eu vos mandei”. É importante hoje examinar o conteúdo e modalidades de evangelismo, à luz dos avanços do conhecimento bíblico, de nossos erros do passado e o surgimento de novas forças e problemas no presente. Jesus Cristo é o centro do Evangelho — “Amai-vos uns aos outros, assim como eu vos amei” — é a mensagem de sua vida e — “Arrependei-vos e acreditai no Evangelho” — foi o seu ensino. Isto requer uma mudança radical em todos aqueles que respondem ao apelo.

Um genuíno evangelismo é, por isso, a proclamação de Jesus como Salvador e Senhor o qual deu sua vida pelos outros e deseja que nós façamos o mesmo, libertando-nos, através do perdão de Deus. O Evangelho é verdadeiro e digno de fé somente quando é tanto palavra como ação, proclamação e testemunho. Dizer isto não significa que o evangelismo derive das boas obras dos cristãos; a falta de obediência, porém, pode atuar como pedra de tropeço.

Num mundo de assaltos e genocídios em grande escala, o evangelismo cristão só poderá ser honesto e autêntico se se posiciona claramente contra tais injustiças, que diametralmente se opõem ao Reino de Deus, e se procura uma resposta num ato de fé que implique comprometer-se. A vida cristã não pode

surgir ou comunicar-se por meio do silêncio e da inação frente à exploração continuada da maioria da raça humana por uns poucos privilegiados. "Pois aquele que não ama a seu irmão, a quem vê, como pode amar a Deus a quem não vê (1Jo 4.20)? O próximo, hoje, também caiu nas mãos de ladrões como na parábola do Evangelho. Ai do evangelista que proclama a palavra, mas passa de lado pelo seu próximo como o sacerdote e o levita!

A unidade e integração da ação social e da evangelização nos tem sido sugerida pela proposta de que, lançar um desafio político ao opressor em nome de Cristo poderia ser a única maneira autêntica de apresentar diante dele, aquilo que significa fazer de Cristo a realidade dominante da vida. Portanto, afirmamos e procuramos obedecer ao mandado de levar a todas as nações o testemunho de Cristo e este crucificado. Rejeitamos como herética qualquer proclamação dum Cristo desencarnado, uma caricatura de Jesus, apresentando-o como se não estivesse intimamente ligado à vida humana, e suas relações. Nosso evangelismo deve-se situar no contexto das estruturas de uma missão global.

No contexto da missão

20. No decurso das nossas reuniões, temos sido levados a estudar o significado da crucifixão de Jesus, fora dos muros da cidade. Vemos isto como um sinal que concorda perfeitamente com sua vida; ele, que é o centro, está em constante movimento até a periferia, chegando-se aos marginalizados, vítimas dos poderes demoníacos, políticos, econômicos, sociais, culturais e, especialmente, religiosos. Se tomamos a sério este modelo, concluímos que temos de estar com Jesus na periferia, à margem da sociedade, pois são claras as suas prioridades.

Missão e evangelização devem-se considerar no contexto das palavras do Cristo crucificado dirigidas a seu próprio povo: "O Espírito do Senhor está sobre mim, porque ele me consagrou para levar as Boas-novas aos pobres; ele me enviou para anunciar a liberdade aos presos e dar visão aos cegos; a pôr em liberdade os oprimidos; e a anunciar o ano favorável do Senhor" (Lc 4.18,19).

À Missão e à evangelização interessam os pobres, os cegos, os cativos, os oprimidos, e a condição deles provocada pelas estruturas econômicas, políticas e religiosas injustas que persistem. Por muitos anos, as Igrejas, ao enfocarem sua obra beneficente atenderam seriamente a estas necessidades. Este tipo de caridade é, cada vez mais, considerado como unilateral, pois não enfrenta as causas e as estruturas que provocam as condições citadas.

Nosso estudo e oração em torno de nosso tema "Cristo crucificado e ressuscitado desafia o poder humano", tem-nos levado a ver uma significação muito

especial no papel dos pobres, dos fracos e dos oprimidos. Não poderia ser que eles tivessem uma visão mais clara e uma relação mais estreita com o Cristo crucificado que sofre neles e com eles? Não poderia ser que os pobres e os fracos tivessem a palavra mais significativa para os ricos e poderosos, isto é, que Jesus deve ser procurado nas periferias e ser seguido “fora da cidade”? Esta maneira de segui-lo implica num compromisso com os pobres? Quem, senão a Igreja dos pobres, poderá pregar com integridade aos pobres do mundo?

É assim que vemos as Igrejas pobres do mundo, como portadoras da missão; missão mundial e evangelizadora que, talvez agora, esteja fundamentalmente em suas mãos. Talvez elas possam despertar o mundo para uma tomada de consciência sobre o chamado urgente que Cristo faz em favor duma resposta difícil e radical. Ofereçamos estes pensamentos à consideração de todos aqueles que se preocupam com a missão.

21. Um segundo contexto da missão hoje está dominado por poderes interconectados que constituem um círculo vicioso.

- a) O poder que plasma crenças, atitudes, cultura, teologia, idéias e valores.
- b) O poder de organização, tipos e modelos de ministérios; natureza da liderança; burocracia; disciplina, etc . . .
- c) O poder remunerativo; salários e subsídios; recursos para a manutenção de instituições; bolsas de estudo e benefícios semelhantes; investimentos; doações de diversos tipos; dotações orçamentárias.
- d) O poder punitivo – lei e ordem; suspensão e recusa de reconhecimento; retirada de apoio; quebra de relações e supressão de financiamentos.

Estes quatro poderes e sua interação, refletem o tipo de círculo vicioso, seja em nossas sociedades como em nossas Igrejas. Nesta realidade, a Igreja imita os modelos do poder mundial, em vez do poder redentor do Cristo crucificado.

Tal círculo precisa ser quebrado, se é que um novo ponto de partida para as relações missionárias tem que ser estabelecido. Os itens que possam e devam ser quebrados, dependerão de cada situação e contexto. Não somente nos lugares “dependentes” do mundo como também as Igrejas, nas regiões “dominantes” do mesmo. Uma vez quebrado o círculo, se inicia um processo de mudanças que desafia todos os poderes – isto é o verdadeiro morrer e ressuscitar em Cristo.

A missão nas periferias

22. O conceito de que a missão é algo que tem a ver com o “receber” e o “enviar” entre países, tem sido, há tempos, substituído por uma mutualidade partilhada na missão, o que compreende um duplo fluxo entre as Igrejas dos países industrializados e as do Terceiro Mundo. Queríamos destacar o seguinte:

A comunidade cristã na República Popular da China lembra-nos o poder do Cristo crucificado para sustentar a fé e o testemunho, fora das estruturas de poder das quais dependeu por muito tempo. A comunidade cristã, há muito tempo, tem demonstrado a correlação entre a confiança em si mesma e o compromisso com a luta nacional do povo na busca da justiça. À medida em que aumentarem as relações com outras Igrejas, será vantajoso para todos, aprender da experiência da Igreja na China, no enfrentamento dos problemas de identidade cultural e fé autêntica.

23. Percebemos uma mudança no sentido da missão que surge de nossa compreensão do Cristo que, sendo o centro, se está movendo sempre em direção à periferia. Sem que, de maneira alguma, neguemos a permanente significação e necessidade da solidariedade entre as Igrejas dos hemisférios Norte e Sul, acreditamos poder discernir um desenvolvimento através do qual, a missão dos oitenta terá um lugar sempre maior dentro de tais zonas. Estimamos que se produzirá o intercâmbio entre Igrejas da Ásia, África, e América Latina, entre cujos membros se encontram pobres e ricos. Esperamos que esse desenvolvimento assuma a forma de iniciativas ainda mais significativas por parte das Igrejas de pobres e oprimidos, voltadas para a periferia. De maneira semelhante, entre os países industrializados, uma nova reciprocidade, que surge especialmente dos grupos marginalizados, poderá levar à partilha na periferia das sociedades mais ricas. Parece-nos que — enquanto os recursos continuarem chegando das Igrejas mais ricas para as mais pobres, embora não seja nossa intenção de estimular o isolacionismo — um dos benefícios desta nova realidade poderia ser a diminuição do domínio e dependência que tão escandalosamente caracteriza a relação entre muitas das Igrejas dos hemisférios Norte e Sul, respectivamente. Devemos, em todo caso, trabalhar por uma nova ordem mundial, aderindo a uma confrontação com os poderes no centro.

Desta maneira, temos reconhecido que as Igrejas, em cada um dos três “mundos”, têm primordial responsabilidade pela missão e evangelização em seus próprios países e regiões; que são elas as que são convocadas a assumir um papel crítico em nome do Cristo crucificado, relativamente a suas próprias estruturas e governos, e a exercerem um controle sobre o seu próprio interesse, assim como sobre todos os meios utilizados no cumprimento de sua tarefa missionária e evangelística.

24. Só assim poderemos estar em solidariedade com as Igrejas de outras regiões no exercício da missão e da busca da justiça, legitimada como serviço do Cristo crucificado que desafia todo poder humano. Construir relações intereclesiais sem desafiar nossas próprias estruturas, que desumanizam e traem o Reino, é construir sobre areia.

Experimentamos um certo sentimento de frustração, pois muito do que estamos dizendo já foi claramente declarado na Conferência sobre "Salvação Hoje", realizada em Banguécoque (1973). Porém, confessamos que temos continuado em nosso pecado. Necessitamos, como indivíduos e como comunidades eclesiais, converter-nos para uma ação que reflita o Cristo crucificado no modo como utilizamos nosso poder nas mútuas relações entre nossas instituições, eclesiais e seculares, e, especialmente, nas que desenvolvamos com os pobres, os alienados e os oprimidos.

Desafiamos nossas Igrejas a reverem sua reflexão-ação à luz do Cristo crucificado e do seu Reino, enfrentando os sistemas econômicos do nosso mundo atual.

25. À luz destas reflexões, recomendamos o seguinte:

a) As Igrejas deverão comprometer-se num constante diálogo, entre si como com outros, a fim de entenderem e se identificarem com todos aqueles que estão alienados social e economicamente por causa da raça, etnia, sexo, cultura e religião;

b) As Igrejas do Ocidente têm bilhões investidos nas transnacionais e em bancos comerciais. Estes investimentos devem-se converter num recurso a mais para a missão da Igreja de Cristo, a qual, por sua vez, deve-se colocar do lado dos pobres e dos fracos. Isto poderá significar a retirada de tais investimentos dessas corporações e bancos. Queremos louvar particularmente a decisão do Comitê Central do Conselho Mundial de Igrejas, realizado em Kingston, na Jamaica, em 1979, de manter a "Ecumenical Development Cooperative Society" (EDCS) no seu objetivo de facilitar dinheiro a juros baixos aos mais pobres dos pobres, para seus planos de desenvolvimento.

Recomendamos que a Comissão de Missão e Evangelismo faça um apelo a seus membros nacionais a apoiarem este novo canal ecumênico como uma alternativa de investimentos.

c) Insistimos também em que se estimulem e apoiem as organizações eclesiais que estão apelando às transnacionais e bancos para que desenvolvam uma responsabilidade cooperativa e evitem investir naqueles países que oprimem brutalmente a seu povo.

d) Da mesma forma insistimos com a Igreja para apoiar os organismos internacionais que estão trabalhando por uma nova ordem econômica: Nações Unidas, UNCTAD, etc . . . como também o desafio a participarem num fundo global.

e) Urge que os programas de desenvolvimento e as subunidades do Conselho Mundial de Igrejas: CICARWS, CCPD, UIM-URM, ECLOF, Ecumenical Sharing of Resources, etc . . . , sejam analisados e apoiados em todos os níveis das Igrejas-membros do Conselho Mundial.

f) A Comissão de Missões e Evangelismo e os Conselhos Nacionais e Regionais de Igrejas, sejam convocados a tomar a iniciativa de desafiar as Igrejas a implementarem melhores estruturas de cooperação na missão, ajudando-as a se unirem para o estudo de novas possibilidades de participarem na tomada de decisões, a melhorarem seus enfoques para o mútuo apoio, o intercâmbio ecumênico de pessoal e o testemunho unido, à luz deste informe. Em particular, deve-se dar nova consideração às razões que motivaram a proposta de uma moratória. Tais razões não perderam absolutamente sua urgência, desde a Conferência de Banguécoque em 1973.

g) Pede-se que as Igrejas e as organizações que recebem assistência econômica, adaptem suas orientações e estilos de vida às dos pobres aos quais servem.

“FAZEI ISTO . . .”

26. A Eucaristia é central na vida de culto dos seguidores do Senhor Crucificado. De maneiras próprias lembramos a morte do Senhor até que ele venha. Neste banquete, o mistério do Reino adquire uma forma concreta. Nesse ato nos colocamos face a face com a natureza de serviço da comunidade do Crucificado — sua necessidade de ser pão partido e vinho derramado. Unimo-nos na fé com a multiplicidade da experiência cristã no mundo e nos regozijamos com os santos das Igrejas confessionais, cujo testemunho é hoje sinal do Reino.

A ordem de Jesus, “Fazei isto . . .” nos impele a sermos fiéis à verdade que nos foi outorgada. Não precisamos tanto de palavras, como da vontade e da coragem para agir. Sabemos que a referida ação nos porá em conflito com os poderes deste mundo, ao lado do Crucificado.

No decurso de nossa Conferência, estamos conscientes de estar vivendo um período no qual as tensões internacionais, mais uma vez, se têm intensificado perigosamente e que o destino do mundo está novamente sujeito à rivalidade das grandes potências. Ao deixarmos esta Conferência, não silenciaremos ante

o perigo de um novo conflito. Não aceitaremos que o futuro da humanidade venha a ser decidido por algum dos "grandes", seja lá qual for o seu senso de responsabilidade. Eles são escravos do jogo diabólico da concorrência pelo poder. Dominados como estão, pela incerteza de se manterem no poder como líderes precários, são todos ainda mais escravos do incessante desejo das nações ricas de manterem os privilégios nacionais dos ricos e dos poderosos, e de fazê-lo a qualquer preço, até mesmo de um apocalipse nuclear. Ao sairmos daqui, em nome daquele que a tudo renunciou pelo amor de todos, fazemos um apelo aos cristãos, do mundo inteiro, para abrirem seus olhos para as consequências fatais da corrida pela riqueza e levantarem uma voz poderosa em defesa da paz, lembrando que ela só pode ser assegurada através de uma justa distribuição dos recursos do mundo. O egoísmo nacional é um pecado cujo salário não pode ser outro senão a morte, talvez a morte do mundo inteiro. Nossa fé no Reino de Cristo deve excluir sempre a aceitação de um fatalismo resignado. Portanto, devemos rejeitar e resistir ao conselho desesperado que aceita a inevitabilidade da guerra.

Cristo Ressuscitou!
"Vem Senhor Jesus!"

O CEDI (Centro Ecumênico de Documentação e Informação), reúne uma equipe inteiramente dedicada a produzir material informativo e selecionado em cima da realidade nacional: e a coletar — de centenas de fontes, dentro e fora do Brasil — informações, reflexões e estudos voltados para a Pastoral Popular. As publicações do CEDI se distribuem de quatro formas, cada uma com timbre especial. São:

PRESENÇA

Resenha de informações do mundo e Igreja que estão aí (desde o Boletim semanal de pequenas comunidades, até ao jornal diário de algumas grandes capitais brasileiras). Além da informação, cada número traz a assessoria bíblico-científica (o estudo bíblico e o comentário técnico). Mensal.

TEMPO

Seleção de artigos — originais e transcrições — com vistas a alimentar as lideranças da Pastoral Popular e as próprias bases populares. Trimestral.

CADERNOS DO CEDI

Estudos de certos temas pertinentes, atuais e fundamentais à prática pastoral, abordados de maneira clara e objetiva. Visam estudar os contextos da realidade sócio-política. Não periódicos.

ACONTECEU

Publicação mimeografada com fatos destacados da imprensa diária sobre trabalhadores rurais e urbanos, índios, sindicatos e agentes de pastoral. Semanal.

PRESENÇA E TEMPO constituem uma unidade de assinatura inseparável: Cr\$ 600,00 anuais.

CADERNOS DO CEDI podem ser solicitados ao preço de Cr\$ 200,00 (3 números anuais)

PRESENÇA, TEMPO E CADERNOS podem ser solicitados avulsamente a Cr\$ 100,00 cada um.

ACONTECEU tem assinatura de apoio e colaboração de Cr\$ 1.200,00 anuais + dossiês. Para agentes pastorais e trabalhadores poderá ser distribuído ao preço de Cr\$ 300,00 anuais.

As assinaturas são pagas com cheques a Tempo e Presença Editora Ltda. Caixa Postal 16082 CEP 22221 Rio de Janeiro RJ

Pedido de Assinatura de _____

Nome _____

Endereço _____

CEP _____ Cidade _____ Estado _____

Nº de Cheque ou Vale Postal _____ Valor _____

Observações _____



PUBLICAÇÕES DO CEDI
Centro Ecumênico de Documentação

Centro Ecumênico
de Documentação
e Informação



Centro de Documentação e Informação
Rua Cosme Velho, 98, fundos - tel 205 5197
22241 Rio de Janeiro RJ
Av. Higienópolis, 983 - tel 66 7273
01238 São Paulo SP

